

Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”

UNIGRANRIO

Paulo Fernando Gonzaga Cavallari

Repensando o binômio crescimento-desenvolvimento: estudo de caso sobre o município de Itaguaí-RJ, sob o enfoque do Desenvolvimento Local

Rio de Janeiro

2014

Paulo Fernando Gonzaga Cavallari

Repensando o binômio crescimento-desenvolvimento: estudo de caso sobre o município de Itaguaí-RJ, sob o enfoque do Desenvolvimento Local

Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio “Prof.
José de Souza Herdy”, como parte
dos requisitos parciais para obtenção
do grau de mestre em Administração

Área de concentração:

Gestão Organizacional

Orientadora:

Prof. Dra. Rejane Prevot Nascimento

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

- C377r Cavallari, Paulo Fernando Gonzaga.
Repensando o binômio crescimento-desenvolvimento : estudo de caso sobre o município de Itaguaí-RJ, sob o enfoque do Desenvolvimento Local / Paulo Fernando Gonzaga Cavallari. – 2014.
126 f. : il. ; 31 cm.
- Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.
“Orientadora: Profª. Drª. Rejane Prevot Nascimento.” Bibliografia: f. 114-124.
1. Itaguaí (RJ). 2. Desenvolvimento municipal. I. Nascimento, Rejane Prevot. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD - 658

Paulo Fernando Gonzaga Cavallari

"Repensando o binômio crescimento-desenvolvimento: estudo de caso sobre o município de Itaguaí-RJ, sob o enfoque do Desenvolvimento Local".

Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio
"Prof. José de Souza Herdy",
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do grau
de Mestre em Administração.

Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovado em 03 de Julho de 2014.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Rejane Prevot Nascimento
Universidade do Grande Rio



Prof. Dr. Lidia Micaela Segre
Universidade do Grande Rio



Prof. Dr. Henrique Luiz Cukierman
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho, primeiramente, à minha mãe, Leda, cujo exemplo de força, superação, caráter e perseverança apesar das adversidades que a vida lhe impôs de forma prematura, é capaz de transmitir-nos os verdadeiros e mais importantes valores da vida.

Da mesma forma, dedico à minha esposa Karin e às minhas filhas Victória e Fernanda, minhas maiores incentivadoras, pelo apoio e compreensão ao longo do período de estudos, além do fato de sempre me fazerem acreditar de que eu seria capaz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde que me proporciona e pelos exemplos positivos que têm colocado à minha frente.

À minha orientadora, professora Dr^a Rejane Prevot Nascimento, pelo incentivo, compreensão, humildade, amizade, dedicação e conhecimento agregado.

À professora Dr^a Lidia Micaela Segre que, através da sua capacidade excepcional me instigou a aprimorar meu senso crítico em relação àquilo que eu realmente gostaria de transmitir neste estudo.

Aos colegas dos cursos de mestrado e doutorado da UNIGRANRIO com quem tive o privilégio de compartilhar meus dias, bem como a todo o corpo administrativo da instituição.

Ao Diretor Comercial da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., Sr. Alexandre Porto Gadelha, pela amizade, incentivo e confiança demonstrados.

“Seré uno más entre los ancianos de nuestra sociedad, seré uno más de los habitantes de la población rural, uno preocupado por los niños y los jóvenes de nuestro país; y seré un ciudadano del mundo comprometido, mientras tenga fuerzas, con la tarea de conseguir una vida mejor para las personas en todas partes”.

Nelson Mandella (1918-2013)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o tipo de desenvolvimento presente no município de Itaguaí, no Rio de Janeiro, consideradas as características do Desenvolvimento Local. Os altos investimentos públicos e privados na região resultam num aumento substancial da arrecadação municipal de tributos e num dos maiores PIB per capita da região metropolitana do Rio de Janeiro. Paralelamente, observou-se que os repasses governamentais de verbas federais e estaduais ao município, também aumentaram significativamente. O acelerado processo de crescimento que se tem vivenciado no município está inserido neste estudo de forma comparativa aos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, IDH-M. Tendo como base o arcabouço teórico do Desenvolvimento Local, se estabelece uma análise crítica a respeito dos processos que poderiam gerar uma valorização real da identidade local e do seu território. Como resultado, identifica-se a existência de várias cidades dentro de uma só, descaracterizando a categoria da municipalidade, com a existência de poderes e interesses que se sobrepõem. De maneira geral, fraca participação popular, concorrência de mercado voltada para a competição, desenvolvimento educacional não prioritário, baixa ação empreendedora, inexistência de redes formais, processo de governança em estado crítico, evidências de coronelismo local e valorização de interesses particulares em detrimento dos coletivos, aparecem em decorrência das entrevistas semiestruturadas realizadas no estudo de caso, da observação direta não participante e da pesquisa bibliográfica. Percebe-se também que, o grandioso processo de investimentos tem sua origem no interesse direto pela localização geográfica privilegiada de Itaguaí e de seus benefícios logísticos, no decorrer do qual são claramente desfeitas as características locais.

Palavras-chave: Itaguaí, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Territorial, Investimentos públicos e privados, Origem do Desenvolvimento.

ABSTRACT

This research aims to identify the type of the development in the municipality of Itaguai, in Rio de Janeiro, considered the characteristics of Local Development. The high public and private investment in the region result in a substantial increase in the municipal tax collection and one of the highest GNP per capita in the metropolitan region of Rio de Janeiro. In parallel, we observed that government transfers of federal and state funds to the municipality, also increased significantly. The accelerated growth that has been experienced in the city is entered in the study of comparative indicators of socioeconomic development, such as the Human Development Index of Municipalities, HDI-M form. Based on the theoretical framework of Local Development, establishes a critical analysis about the processes that could lead to a real appreciation of the local identity and its territory. As a result, we identify the existence of several cities in one, unconfiguring the category of municipality, the existence of powers and interests that overlap. In general, weak popular participation, competition-oriented market, non-priority educational development, low entrepreneurial action, lack of formal networks, governance process in critical condition, local colonel conduct evidence and valuation of private interests at the expense of collective appear as a result of semi-structured interviews in the case study, the direct non-participant observation and literature search. It is also evident that the grand investment process has its origin in the direct interest of Itaguai privileged geographic location and its logistical benefits, during which are clearly broken local characteristics.

Keywords: Itaguai, Local Development, Land Development, Public and Private Investments, Source Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa das regiões político-administrativas do Rio de Janeiro	14
Figura 2	Trajetos do Arco Metropolitano.....	16
Figura 3	Mapa Parcial dos municípios do estado do Rio de Janeiro	63
Figura 4	Fluxo escolar (2010).....	65
Figura 5	Frequência escolar (2010).....	66
Figura 6	Evolução dos Repasses da União e do Estado (2005-2010).....	68
Figura 7	Evolução da receita tributária (2005 – 2010)	69
Figura 8	Evolução da Carga tributária per capita – histórico e Investimentos per capita (2005-2010).....	70
Figura 9	Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano.....	71
Figura 10	Vista Aérea do município de Itaguaí (RJ) – Foto de Satélite.....	73
Figura 11	Área Contaminada pela INGÁ Mercantil	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	IDH-M Renda, Educação e Longevidade	54
Tabela 2	Relação dos Entrevistados	57
Tabela 3	Índice de Desenvolvimento Humano do município de Itaguaí	67
	A relação entre o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano do	
Tabela 4	Município e o PIB – Produto Interno Bruto (Itaguaí X 10 maiores IDHM do estado do RJ)	70
	Comparativo variação do PIB de Itaguaí com o dos 10 maiores	
Tabela 5	municípios (PIB) do estado do Rio de Janeiro 2000-2010	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Faixas de Desenvolvimento Humano	53
Quadro 2 Quadro Analítico-Sintético	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIAPI	Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Itaguaí
APLIM	Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Centro de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COOPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPBS	Companhia Portuária Baía de Sepetiba
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CTR	Central de Tratamento de Resíduos
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FIRJAN	Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro
FRAMI	Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM-Bio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios para Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios para Saúde (longevidade)
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios para Renda
ILDES	Fundação Friedrich Ebert
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LLX	Empresa de Logística do Grupo EBX
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MMX	Empresa de Mineração e Metálicos do Grupo EBX
MRS	MRS Logística S.A.
MS	Mato Grosso do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPP	Poder de Paridade de Compra
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
RNB	Renda Nacional Bruta
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
TAV	Trem de Alta Velocidade
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USIMINAS	Usina Siderúrgica de Minas Gerais
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problema de Pesquisa	17
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo geral	18
1.2.2	Objetivos específicos	18
1.3	Delimitação da Pesquisa	19
1.4	Relevância do Estudo	19
1.5	Organização Geral do Trabalho	20
2	REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1	A Economia Fluminense no século XXI.....	23
2.2	Crescimento e Desenvolvimento	26
2.3	Visões do Desenvolvimento	29
2.4	A Questão da Territorialidade	37
2.5	Modelos de Desenvolvimento Local	40
2.5.1	O Desenvolvimento Local	40
2.5.1.1	Alguns problemas das metodologias de indução ao Desenvolvimento Local.....	45
2.5.1.2	A Administração Municipal e o Desenvolvimento Local ⁴⁶	
2.6	Indicadores de Desenvolvimento	49
2.6.1	O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M	50
3	METODOLOGIA	55
3.1	Instrumentos de Coleta de Dados	55
3.2	Sujeitos de Pesquisa.....	57
3.3	Procedimentos de Análise de Dados.....	58
4	PESQUISA DE CAMPO – O município de Itaguaí (RJ) e seu desenvolvimento	60
4.1	O município de Itaguaí, no Rio de Janeiro.....	60
4.1.1	Recursos transferidos pela União e pelo estado do Rio de Janeiro ao município X arrecadação municipal de tributos.....	68
4.1.2	A relação entre a arrecadação municipal e os investimentos do executivo local	69
4.1.3	Itaguaí e o Meio Ambiente	72
4.2	Apresentação dos Dados da Pesquisa de Campo.....	76
4.2.1	Apresentação dos Entrevistados	76
4.2.2	Apresentação dos Dados.....	79
4.2.2.1	A Municipalidade.....	79
4.2.2.2	Aspectos da Governança	81
4.2.2.3	O Pensamento Múltiplo	83

4.2.2.4	A Equidade Social.....	86
4.2.2.5	O Desenvolvimento Educacional.....	88
4.2.2.6	A Cooperação e a Participação.....	91
4.2.2.7	Elementos da Aprendizagem.....	94
4.2.2.8	A Sustentabilidade Ambiental.....	94
4.2.2.9	O Empreendedorismo.....	98
4.2.2.10	A Origem do Desenvolvimento.....	101
4.3	Análise dos Dados.....	101
5	CONCLUSÕES.....	110
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
7	APÊNDICES.....	125
7.1	Roteiros Semiestruturados das Entrevistas.....	126

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado pelo esgotamento da produção em massa, intensiva em recursos não renováveis e pela força que as transações e mercados financeiros ganharam no sistema econômico mundial. Em paralelo, observou-se o desenrolar de uma crise econômica global, especialmente enfrentada pelos países mais desenvolvidos, ao tempo em que países de menor grau de desenvolvimento humano, econômico e social começam a se tornar representativos no cenário internacional.

As discussões a respeito dos efeitos das mudanças contemporâneas sobre a produção do espaço e a organização dos territórios estão presentes em todos os campos das ciências sociais e econômicas. Milton Santos, em um artigo intitulado “O retorno do território”, procura demonstrar a importância de se reencontrar este conceito, levando-se em consideração que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1998, p. 15), destacando a necessidade de recuperarmos, analiticamente, o papel ativo do território.

Neste contexto, o fenômeno de interiorização do crescimento, que é a forma mais adequada de mencionar que o crescimento econômico está em processo de descentralização, não mais restrito às capitais e aos grandes centros, foi analisado neste estudo a partir do caso do município de Itaguaí-RJ.

A motivação para o estudo do município foi determinada por interesses pessoais do pesquisador, que atua como observador e trabalhador local desde o ano de 2003 tendo presenciado, desde então, no dia a dia, o confronto das mazelas políticas, da precariedade estrutural e dos discursos vazios, com a grande potencialidade da região, com os grandes investimentos já feitos e outros programados e da imensa expectativa da comunidade na geração de novas oportunidades.

O IDH-M do município foi comparado com o Produto Interno Bruto, a arrecadação de tributos e os repasses (federal e estadual), em contrapartida aos investimentos públicos e privados que lá ocorreram em grande vulto, o que caracteriza a região como uma das novas e grandes configurações produtivas do estado.

Desta forma, o acelerado processo de crescimento que se tem vivenciado no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, está inserido neste estudo de forma comparativa aos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos, de maneira a identificar qual o tipo de desenvolvimento característico do município, diante dos significativos e crescentes resultados econômicos que a região vem apresentando.

Projetos industriais antigos como o Polo Petroquímico, a Zona de Processamento de Exportações (ZPE), o próprio Distrito de Itaguaí e o Complexo Portuário Industrial de Sepetiba estão sendo implantados, trazendo um dinamismo econômico há muitas décadas planejado e esperado por políticos e habitantes da região.

Itaguaí pertence à região metropolitana do Rio de Janeiro, configurando-se no panorama fluminense como um município sem expressão até algumas décadas atrás. A duplicação da rodovia Rio-Santos mudou este cenário, facilitando o deslocamento entre diversos municípios próximos. O reaparelhamento do porto, anteriormente conhecido como Porto de Sepetiba, agora Porto de Itaguaí, fez com que Itaguaí ingressasse de vez no ciclo econômico do estado.

De acordo com Muls (2004, p. 176), fica evidente que uma das características da economia de Itaguaí é “a forte dependência desta economia em relação ao anúncio de projetos industriais de grande porte que, na maioria das vezes, são fruto de decisões tomadas no âmbito externo aos centros institucionais e empresariais locais”, pela visibilidade negocial oportunista de grandes corporações, por meros interesses logísticos e pelas esferas de poder estadual e federal, do que da atuação do próprio poder local, e esta é uma das questões a que o estudo se propõe analisar.

Figura 1: Mapa das regiões político-administrativas do RJ



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

Para que se compreenda melhor a mudança da representatividade do município no cenário estadual, e a importância deste estudo, cabe ressaltar algumas considerações

que foram extraídas dos relatórios do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCERJ.

No período de 2004 a 2009, o PIB *per capita* de Itaguaí elevou-se a um dos maiores da região metropolitana do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas do município de Duque de Caxias (TCERJ, 2010).

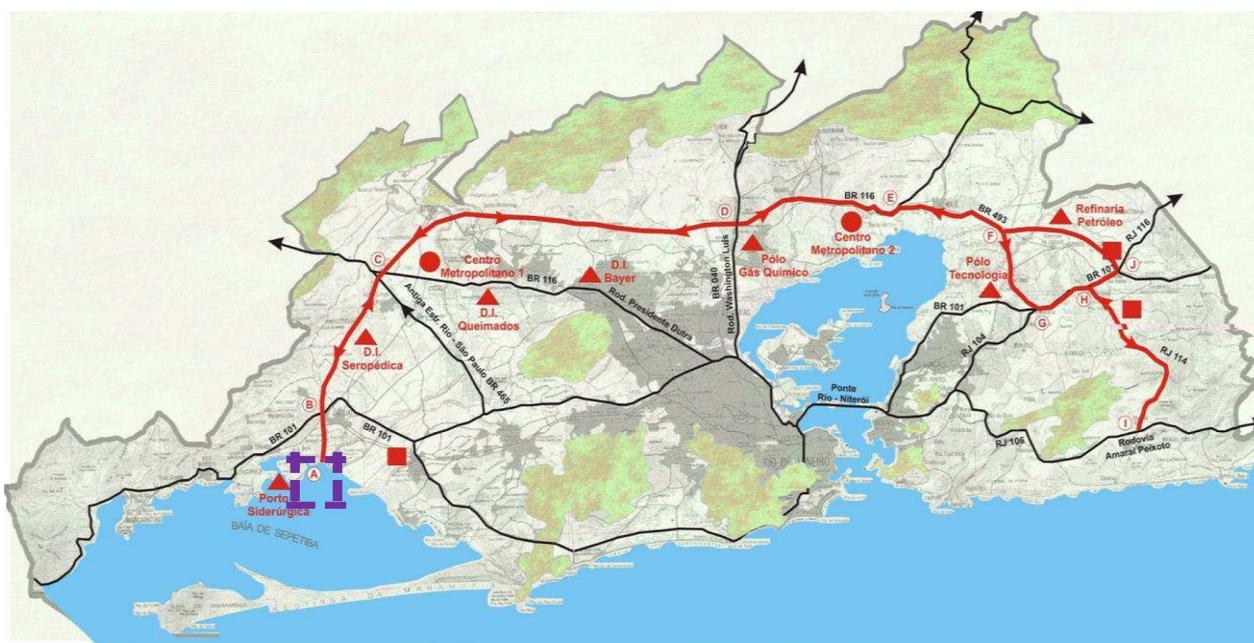
A título de repasses, o montante total transferido pela União e pelo estado do Rio de Janeiro ao município de Itaguaí (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 109% entre 2005 e 2010, passando de R\$ 77,22 milhões/ano para R\$ 143,30 milhões/ano.

Por outro lado, a arrecadação de tributos teve um crescimento de 303% no mesmo período. Tal evolução se deve ao aumento de 353% na arrecadação de ISS, 108% na receita de IPTU, 231% no Imposto de Renda retido na fonte, 597% no ITBI e de 94% nas demais taxas.

É importante registrar que, no entendimento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2013), a região de Itaguaí se caracteriza por concentrar o maior estoque de infraestruturas logísticas do estado e um dos maiores do país, com destaque para o Porto, a Rodovia Presidente Dutra e a malha ferroviária da MRS (que liga Minas Gerais e São Paulo aos portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro). Entretanto, é a construção do Arco Metropolitano, já em execução, obra originada pelo PAC do governo federal, que terá um grande impacto sobre a região nos próximos anos.

A importância estratégica do Arco Metropolitano está no fato de possibilitar a interligação de toda a região metropolitana, completando o acesso rodoviário do Porto de Itaguaí e aproximando essa região de Duque de Caxias, onde está instalada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e do Leste Fluminense, onde está sendo construído o complexo petroquímico COMPERJ. Portanto, por si só a ocupação do entorno do Arco Metropolitano será um grande motor do desenvolvimento futuro da região.

Figura 2: Trajeto do Arco Metropolitano



Fonte: Governo do Estado do RJ

Esse crescimento, entretanto, será multiplicado diversas vezes pela instalação, por parte da Petrobras, de uma das bases de apoio *offshore* para a exploração da camada pré-sal em Itaguaí, o que deve ocorrer entre 2016 e 2018, segundo informações do Tribunal de Contas do Estado.

Tenório (2007) afirma que o modelo de desenvolvimento local não se baseia simplesmente na mensuração de variáveis econômicas como taxa de juros, salários, inflação, déficit público, câmbio etc, mas sim nas potencialidades de uma determinada ou delimitada região geográfica. Leva-se em consideração, principalmente, os recursos naturais existentes, a vocação trabalhista e produtiva da comunidade e fatores socioculturais como: laços familiares, confiança entre os agentes produtores, grau de relacionamento entre as empresas, cooperação interfirmas, costumes, tradições, religião, etnia, laços culturais etc.

É desta forma que percebemos a valorização do território de Itaguaí, o que se verifica na evolução dos números de PIB per capita, repasses e arrecadação de tributos e por projetos diversos, muitos já em andamento, que vêm sendo canalizados para a região.

Considerando o contexto apresentado, buscou-se neste trabalho analisar o caso de Itaguaí utilizando-se como base teórica o conceito de desenvolvimento. A análise foi desenvolvida tendo como referência as características ideais que, com base na literatura

revisada, deveriam integrar um modelo de desenvolvimento sob o ponto de vista do Desenvolvimento Local.

1.1 Problema de Pesquisa

O Estado do Rio de Janeiro vem recebendo um volume de investimentos de bilhões de reais, que irão muito além dos jogos esportivos e da exploração de petróleo e gás natural. Este fato gera uma inquietação, considerando-se o grande distanciamento que ainda há entre as questões centrais do crescimento e do desenvolvimento, propriamente ditos.

O município de Itaguaí se tornou o objeto deste estudo a partir desta inquietação, em decorrência de um processo de atração de investimentos favorecido pela sua localização privilegiada, no decorrer do qual são desfeitas as características do local em favor de investimentos grandiosos e de processos de industrialização aparentemente mal planejados.

Do ponto de vista do pesquisador, a abordagem adotada neste trabalho é essencialmente crítica, com a observação direta dos aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, buscando responder à seguinte questão de pesquisa:

Qual o tipo de desenvolvimento que se observa no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, considerando as características do modelo de desenvolvimento local e territorial apresentados neste estudo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar o tipo de desenvolvimento que se observa no município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, considerando o modelo de desenvolvimento local e territorial apresentado neste estudo.

1.2.2 Objetivos específicos

Apresentar as principais características do desenvolvimento da Economia Fluminense;

Realizar um levantamento junto a representantes do Poder Executivo, Associação Comercial, Industrial e Agropastoril, lideranças comunitárias, Associação de Pescadores da Ilha da Madeira e empresários locais sobre as suas percepções acerca do desenvolvimento do município;

Identificar se o processo de desenvolvimento do município de Itaguaí é endógeno ou exógeno, ou seja, se o poder de decisão é local ou não;

Identificar se o desenvolvimento do município está orientado para a competição ou para a cooperação e solidariedade;

Mapear, analisar e comparar os indicadores de desenvolvimento econômico (PIB, repasses e arrecadação municipal) com os indicadores de desenvolvimento humano e social (IDH-M).

O trabalho se baseia no arcabouço teórico do Desenvolvimento Local, a fim de construir uma análise crítica a respeito dos processos que poderiam gerar uma valorização real da identidade local e do seu território.

Neste sentido, e de acordo com Fauré e Hasenclever (2005), permanece a dúvida se a economia do município é ou será capaz de endogeneizar os efeitos do crescimento do entorno da área portuária de Itaguaí.

1.3 Delimitação da Pesquisa

Vários estudos têm sido realizados a respeito da temática do desenvolvimento. No entanto, neste trabalho, nos limitaremos a descrever conceitos representativos de visões multidimensionais de desenvolvimento, com ênfase no Desenvolvimento Local.

De acordo com o critério espacial de Gil (2004), a observação da pesquisa ocorrerá no município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, local onde o fenômeno em estudo ocorre.

Segundo o critério temporal, a pesquisa ocorrerá no tempo presente, com registros históricos das características locais, considerando os indicadores existentes dos municípios brasileiros de 2000 e 2010.

É importante registrar a limitação representada pelos diferentes períodos de apuração de indicadores acessíveis, nem sempre anuais e, também, pelo recorte territorial utilizado nestas apurações, que compreende muitas vezes apenas países, estados ou regiões metropolitanas, não chegando ao nível dos municípios.

Quanto ao campo de observação, em relação à população pesquisada (RUDIO, 1985), o recorte é amplo, pois engloba atores governamentais, representantes de entidades de classe e líderes comunitários locais.

1.4 Relevância do Estudo

O grande impacto social e econômico dos investimentos realizados na região de Itaguaí-RJ, com as possíveis assimetrias que daí surgem, permitem observar a importância da temática do desenvolvimento daquela região por meio do enfoque das questões que afetam a sociedade local, numa perspectiva crítica, de maneira a entender se o desenvolvimento está sendo viabilizado ou planejado num sentido amplo e que seja voltado ao cidadão.

O problema em questão não é propriamente o de dinamizar a economia ou fomentar o desenvolvimento, mas a questão do bom uso do espaço territorial e da gestão

dos impactos negativos de um crescimento econômico acelerado, que nem sempre vem acompanhado das inversões em infraestrutura urbana necessárias à boa qualidade de vida.

Desta forma, este estudo tem como proposta, diante da iminência de que a região pesquisada passe a agir como um novo centro econômico no estado do Rio de Janeiro e, principalmente, face à arrecadação de tributos que proporcionará ao longo do tempo, entender como esse novo fluxo é percebido pelos moradores da região e aplicado/administrado pelos poderes públicos locais.

Neste sentido, este trabalho é de relevante importância para a área da Administração, com forte ênfase no desenvolvimento local e para a Administração Pública, já que a existência de Planos Diretores de Desenvolvimento nos municípios e uma avaliação positiva pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento quanto ao IDH-M, não resultam necessariamente em contribuição suficiente e efetiva para o desenvolvimento da região.

1.5 Organização Geral do Trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da Introdução do trabalho, que contextualiza o problema de pesquisa, seus objetivos, a delimitação da pesquisa e a relevância do trabalho.

No segundo capítulo é realizada uma revisão da literatura sobre o tema Desenvolvimento, abordando aspectos relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa, tais como um histórico sobre a economia fluminense no século XXI, a diferença entre os conceitos de Crescimento e Desenvolvimento, diferentes focos e dimensões representadas pelos ambientes onde os desafios atuam: econômico, social, político e ambiental. A questão local do desenvolvimento é abordada tendo vista a importância que este recorte no espaço geográfico representa como facilitador na adaptação de políticas macro aos pequenos ambientes. Dessa forma, a territorialidade mostra a sua importância. Nesse sentido, o foco do estudo é direcionado ao Desenvolvimento Local e Territorial. Questões como participação e cooperação são apresentadas, de acordo com estas perspectivas teóricas, como fundamentais no processo de desenvolvimento local.

Outro aspecto abordado refere-se à administração municipal, enquanto responsável pelas políticas locais de crescimento e desenvolvimento.

Por fim, serão apresentados os indicadores de desenvolvimento humano dos municípios, seu acompanhamento histórico, objetivos, assim como dos indicadores de crescimento representados pelo PIB, repasses e arrecadação municipal.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada para esta pesquisa. No quarto capítulo são apresentados o Estudo de Caso, os dados coletados em campo e a análise dos dados obtidos.

No quinto e último capítulo, são apresentadas as Conclusões deste estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No intuito de identificar o tipo de desenvolvimento que se observa no município estudado, optamos por contextualizar inicialmente aspectos relevantes da economia fluminense que retratam, ao longo do tempo, as mudanças na localização do eixo da produção de riquezas e empregos, a interiorização do crescimento e as potencialidades do interior do estado, não só pela exploração e produção de petróleo e gás natural, mas em função de diversos outros projetos de infraestrutura, mobilidade urbana, melhoria do escoamento da produção, dentre outros. Na seção seguinte, é apresentado um paralelo entre os conceitos de Crescimento e Desenvolvimento, assim como as diferenças entre ambos identificadas a partir da literatura. Neste sentido, são mencionadas importantes características do desenvolvimento, como a endogenia e a exogenia.

Visto que um dos objetivos deste trabalho é enxergar o processo de desenvolvimento de uma região com as lentes não restritas à dimensão Econômica, transcrevemos também outras importantes lentes que nos permitem visualizar esse conceito: as dimensões social, política e ambiental do processo de desenvolvimento.

Como papel importante que tem no estudo do desenvolvimento, especificamente com foco no Desenvolvimento Local, na sequência da revisão da literatura, abordamos a definição do espaço pela sua importância e da territorialidade como potencialidade, espaço onde se desenvolvem relações específicas, articulações etc.

Dessa forma, o Desenvolvimento Local ganhou tópico específico pela sua importância, complementaridade e pelo alinhamento que têm com a abordagem que se deu à investigação referente ao município de Itaguaí.

De grande importância, os laços entre a administração municipal e o desenvolvimento da localidade são analisados tanto sob o ponto de vista histórico da relação, tanto de uma maneira genérica, quanto pontualmente.

Por fim, são feitas considerações com base na literatura específica a respeito de Indicadores de Desenvolvimento, com ênfase no IDH-M, utilizado pela ONU/PNUD, a nível dos municípios, uma vez que no estudo de caso em questão é traçado um paralelo entre este indicador e outros característicos do crescimento econômico, como o PIB, a arrecadação municipal e os repasses governamentais.

2.1 A Economia Fluminense no século XXI

Em relação ao momento atual da economia fluminense não é nossa pretensão, neste estudo, considerar seus aspectos institucionais históricos no intuito de, a partir deles, delinear a sua evolução. Entretanto, cabe aqui como marco histórico o registro daquilo que Carlos Lessa (2001) designou como a perda da centralidade da capital carioca. Trata-se, basicamente, do afastamento do coração político do país, dos centros de negociação e de decisão, gerando efeitos colaterais ou efeitos induzidos pelas tais mudanças ocorridas.

Esta situação, bastante preocupante se considerada a ótica da perda do poder, vem sendo relativizada aos poucos pela valorização das características locais, especialmente pelas áreas costeiras do estado.

Depois de 50 anos desse esvaziamento político e econômico, o estado do Rio de Janeiro vem aos poucos reencontrando suas potencialidades, redefinindo seu papel na federação.

Os estudos sobre a evolução da economia do estado do Rio de Janeiro nos últimos 30 anos carregam uma discussão sobre a existência ou não de esvaziamento econômico, desindustrialização, ou simplesmente de inflexão nos componentes da base econômica, havendo um deslocamento de setores, ramos e segmentos de suporte da economia estadual, privilegiando os segmentos ligados direta ou indiretamente à economia do petróleo, em detrimento de diversos segmentos industriais (SILVA, 2008; NATAL, 2005).

O grande volume dos investimentos em curso apresenta uma capacidade imensa de atração de força de trabalho de todos os rincões do país, ante a perspectiva de emprego formal e de salários atraentes.

Segundo a Revista de Economia Fluminense (2011), notadamente a partir do ano de 2006, o Rio de Janeiro tem vivido um período de efervescência econômica. Seja pela caracterização do primeiro ano de mandato do atual Governador do estado, aliado político do governo federal, o que garantiu um fluxo de investimentos federais mais significativos para o estado, seja pela vocação natural da região, ora “redescoberta”.

Por sua vez, a Fundação CEPERJ (2010) alega que desde 2007 o governo do estado do Rio de Janeiro vem trabalhando na ampliação da sua capacidade de investimento, o que se comprova com as parcerias realizadas com instituições financeiras do governo federal, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, com

organismos multilaterais de financiamento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), do ano de 2010, o estado do Rio de Janeiro possui uma das principais bases industriais do país e a indústria de transformação teve a terceira maior participação no valor de transformação industrial nacional.

De acordo com o levantamento dos projetos de médio e grande portes realizado pela FIRJAN o estado do Rio de Janeiro concentra um volume recorde de investimentos anunciados para o período de 2012 a 2014: R\$ 211,5 bilhões. Ainda segundo a FIRJAN, se for levada em conta a pequena dimensão territorial do estado, apenas 43,7 mil km², o Rio de Janeiro passa a ocupar a posição de maior concentrador de investimentos públicos e privados em todo o mundo, com uma média superior a R\$ 4 milhões em aporte de recursos por km². Segundo informações da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro e do Comitê Gestor do PAC, do governo federal, o valor é 67,5% maior do que o previsto para o triênio de 2010 a 2012, quando foram anunciados R\$ 126,3 bilhões em investimentos. O estudo identificou 234 empreendimentos previstos para o período de 2012 a 2014, 61,5% deles já em andamento, ou seja, com obras já iniciadas e licenças ambientais adquiridas.

Os setores que revelaram maior crescimento foram os de Infraestrutura (responsável por R\$ 51 bilhões, ou 24,10% dos investimentos anunciados) e a Indústria de Transformação (que concentra R\$ 40,5 bilhões, ou 19,20%) em empreendimentos. A Petrobras continua respondendo pela maior parte dos investimentos, R\$ 107,7 bilhões (50,90%), enquanto Turismo soma R\$ 1,8 bilhão (0,80%), nas informações do estudo Decisão Rio, da FIRJAN, do ano de 2013.

Os investimentos diretos em instalações Olímpicas somam R\$ 8,6 bilhões (4,10%), mas o valor chega a R\$ 17,9 bilhões ao considerar empreendimentos indiretos relacionados a Copa do Mundo de futebol da FIFA - *Fédération Internationale de Football Association* e Jogos Olímpicos, como investimentos em transporte e rede hoteleira.

Dos R\$ 40,5 bilhões em investimentos industriais entre 2012 e 2014, R\$ 15,4 bilhões (38,00%) são investidos em Construção Naval, seguido pelos setores de

Siderurgia (R\$ 10,1 bilhões, 24,80%), Petroquímico (R\$ 6,1 bilhões, 15,10%) e Automotivo (R\$ 6,1 bilhões, 15,10%).

Do total dos investimentos na Indústria de Transformação, os empreendimentos estrangeiros mais do que triplicaram, totalizando R\$ 17,8 bilhões para o triênio de 2012 a 2014, sendo R\$ 14,1 bilhões de origem europeia. No período de 2011 a 2013, os investimentos estrangeiros somavam R\$ 5,8 bilhões.

É importante destacar que a estimativa da FIRJAN não inclui vários empreendimentos que, apesar da sua importância, foram classificados apenas como potenciais. Entre eles estão o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV), ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas, estimado em cerca de R\$ 36 bilhões; a siderúrgica chinesa Wisco, de cerca de R\$ 9 bilhões, que deverá se instalar no Complexo Industrial do Porto do Açu; e os demais investimentos previstos para o Complexo Industrial do Porto do Açu, como a usina termoeletrica movida a gás natural, de 3.300 MW (FIRJAN – Visões de Futuro, 2012).

Na opinião de Sobral (2010), as iniciativas políticas fluminenses oscilam ora entre tentativas de estimular o empreendedorismo e governanças em arranjos locais, ora em disputar a atração de empreendimentos de monta e a captação de recursos financeiros para grandes intervenções urbanas. E continua afirmando que, na ausência de transformações que aumentem a integração da base produtiva, permanecerá o caráter periférico do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, em grande parte preso aos transbordamentos de ciclos de crescimento externos ao seu território, caracterizando a exogenia da economia fluminense, apesar do alto volume dos investimentos.

Não obstante o volume destes investimentos, espetaculares do ponto de vista econômico, há pontos que merecem consideração.

Por todos estes motivos e pelo alinhamento com a pretensão desta pesquisa que é observar o tipo de desenvolvimento presente numa das regiões atualmente mais importantes do estado do Rio de Janeiro, o município de Itaguaí, entendemos como fundamental a compreensão das diferenças conceituais entre crescimento e desenvolvimento conforme descrevemos a seguir.

2.2 Crescimento e Desenvolvimento

Uma vez que o objetivo deste trabalho é identificar o tipo de desenvolvimento que se apresenta na região do estudo de caso, faz-se importante a reflexão sobre a definição do termo. Porém, percebe-se que tanto a literatura não especializada como grande parte da população brasileira têm uma ideia confusa desta definição, assemelhando-se ao que se entende como crescimento. Na linha deste trabalho, é correto afirmar que crescimento tem relação direta com resultado econômico, metas e valores facilmente mensuráveis e que o desenvolvimento, na sua amplitude, abrange variáveis não dependentes diretamente do crescimento.

Por este motivo, embora ambos os conceitos sejam importantes, entendemos que a distinção conceitual entre eles é fundamental para que se compreenda o enfoque buscado neste estudo, que procura confrontar de maneira crítica as características atuais do crescimento de Itaguaí com os indicadores de desenvolvimento humano e social existentes.

Para Sunkel (1979), noções como riqueza, evolução, progresso, industrialização e crescimento, cumpriram ou cumprem papel semelhante ao desempenhado pelas noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo fáceis de situar na evolução do pensamento econômico. O autor analisa três correntes de pensamento acerca do desenvolvimento. A primeira delas concebe o desenvolvimento como crescimento, a segunda o vê como uma etapa ou estado, já a terceira o focaliza como um processo de transformação estrutural global.

Nas palavras de Kliksberg (1998), o preâmbulo da Constituição da UNESCO -- um documento produzido décadas atrás --, já alertava, com razoável antecedência, para o fato de que o crescimento econômico é indispensável, mas não suficiente; que o desenvolvimento político é indispensável, mas tampouco suficiente, e que a solidariedade moral e intelectual da humanidade é o fundamento insubstituível para a paz e a segurança coletivas.

Nessa linha, é importante entender que crescimento e desenvolvimento são fenômenos distintos entre si.

Enquanto a América do Norte ainda se recupera lentamente da crise financeira de 2009 e a Europa ainda se debate para encontrar uma saída viável para a sua crise, os países emergentes apontam para um crescimento menor para os próximos anos. O Brasil

tem conseguido manter-se afastado dos piores aspectos da crise e segue crescendo, apesar dos índices mais moderados do que num passado recente.

Exemplificando, podemos identificar economias de países como o Brasil, que cresceram nos últimos anos, de forma até inesperada, contudo as diferenças regionais permanecem, os problemas sociais continuam e a segurança e a educação seguem em níveis inaceitáveis. Daí, comprova-se que crescimento não resulta obrigatoriamente em desenvolvimento.

Na opinião de Augusto de Franco (2002), desenvolvimento é um movimento sinérgico capaz de estabilizar de forma dinâmica um sistema complexo, no caso, uma coletividade humana. O autor, por sua vez, define crescimento como movimento e diz que movimento não pode ser reduzido a crescimento:

Criar, crescer, renovar, reinventar -- tudo isso é movimento, não apenas crescer. Crescer é importante, mas tem limites relativos aos valores de outras variáveis, melhor dizendo, à configuração global do arranjo de todas as variáveis que expressam fatores de desenvolvimento. Para além desses limites, o crescimento deixa de ser sinérgico e, assim, deixa de significar desenvolvimento (FRANCO, 2002, p. 4).

O autor complementa afirmando que “movimento assinérgico não é desenvolvimento. Se um país faz crescer o seu PIB, mas não consegue atingir valores compatíveis de capital humano e de capital social, então está havendo crescimento-sem-desenvolvimento” (FRANCO, 2002, p. 4).

Cabe mencionar aqui duas lógicas de desenvolvimento, abordadas amplamente na literatura especializada: as lógicas endógena e exógena. Tais lógicas se referem à origem do desenvolvimento, à forma como foi ou está estruturado, se é decorrente de ações e iniciativas do próprio local ou se decorre de fora para dentro, de cima para baixo, independentemente dos esforços locais nesse sentido.

Em relação à lógica endógena, Furtado (2000) entende que são políticas que resgatam especificidades e expandem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, isto é, para os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem a cultura.

Assim, do ponto de vista espacial o conceito de desenvolvimento regional endógeno pode ser entendido como um processo interno, de baixo para cima, com a participação dos atores locais, de modo a desenvolver a ampliação contínua de

agregação de valor e melhoria na qualidade de vida, pela qualificação e estímulo das estruturas e fatores internos, visando a consolidação de um desenvolvimento original e próprio da localidade, sem abandonar a estrutura para recepção de outros investimentos, necessários para a geração de emprego e renda que absorva a maioria da população local (AMARAL FILHO, 1996).

Já o desenvolvimento exógeno decorre de investimentos vindos de fora da região, a partir de interesses também externos e independentemente de qualquer esforço feito pelos atores locais. Normalmente, isso ocorre pela existência de algum atrativo regional em função de questões logísticas ou disponibilidade de mão de obra local de baixo custo, qualificada ou por qualquer outro motivo que seja de interesse externo ao local (Cadernos IPPUR/UFRJ, 2008).

Para Furtado (2000^a), sobre a lógica exógena, definem-se estratégias funcionais ao capitalismo global, transformando economias nacionais, especialmente a dos países em desenvolvimento, em províncias da economia global.

Segundo Schmitt (2010), a teoria endogenista, portanto, contribuiu significativamente para esta nova percepção de desenvolvimento através da identificação dos fatores de produção determinantes atualmente como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa, a informação, a coletividade, não mais de uma forma exógena como sempre foi compreendido e aceito, mas sim, endógena.

Assim, se verificou que uma localidade que dispõe destes fatores ou que está estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente possui condições mais favoráveis de alcançar um desenvolvimento sustentável.

Para se entender a abrangência do conceito de desenvolvimento, é importante considerar as interações entre os diversos aspectos que interferem na sua configuração, dentre os quais os aspectos econômico-social, o científico-tecnológico, o geo-ambiental e o político-institucional.

A definição de Casarotto Filho e Pires (1998, p. 92), para tais aspectos é a seguinte:

- a) Econômico-social: relaciona-se à criação de condições para o desenvolvimento econômico, socialmente inclusivo e equitativamente distribuído;
- b) Científico-tecnológico: refere-se ao domínio e atualização do conhecimento e a sua aplicação nas atividades humanas, estimulando a contínua inovação;

c) Geo-ambiental: assegura a manutenção da base de recursos ambientais entendidos como somatória das condições do ambiente social, desde a conservação da natureza até a conservação da cultura social inserida;

d) Político-institucional: estabelecimento e consolidação do sistema político representativo, garantindo continuidade e consistência de um processo estruturado por um sistema coordenado de decisões e ações que promovam o desenvolvimento, a interação e articulação das dimensões do processo.

Boisier (1996) dentro de uma concepção contemporânea do desenvolvimento, engloba três cenários interdependentes: o cenário contextual, o cenário estratégico e o cenário político. O cenário contextual é resultado de um processo econômico de abertura externa (globalização) e de um processo político de abertura interna (descentralização). Paralelamente, assiste-se ao fortalecimento das cidades e das regiões, que surgem como novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados.

O próprio conceito de desenvolvimento pertence mais à esfera da ética do que da economia. Ele visa à libertação da personalidade humana, de todos os homens, e deveria apoiar-se, um dia, mais sobre o autocontrole das necessidades materiais pelo indivíduo, do que sobre um controle social do consumo (SACHS, 1986, p. 32).

Isso nos leva a pensar sobre o que é, de fato, desenvolvimento.

Portanto, sob o olhar da intenção desta pesquisa, o conceito de desenvolvimento faz um recorte através do direcionamento ao desenvolvimento local, com ênfase na valorização de um determinado território, no caso, do município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

2.3 Visões do Desenvolvimento

Numa abordagem sistêmica, Holanda (1983, p. 28) considera desenvolvimento “como um processo de mudança social global. Com implicações não apenas econômicas, como também políticas, sociológicas e culturais”.

Esta posição do autor considera o desenvolvimento como um complexo movimento integrado, entretanto, existem particularidades que exigem diferentes necessidades em momentos diferentes.

De forma bastante abrangente, Oliveira (2002, p. 40) tece as seguintes considerações:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Na concepção de Fischer (2002, p. 17), “desenvolvimento é um conceito, ou melhor, uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados como, atualmente, aos adjetivos local, integrado e sustentável”.

A seguir, apresentamos as visões do desenvolvimento que, com base em Borges (2007), são expressas em quatro diferentes dimensões:

a) Dimensão Econômica:

Cientistas sociais latino-americanos que estudaram o tema “desenvolvimento” no pós-guerra e até a década de 1970, propuseram duas principais correntes de pensamento: a liberal e a estruturalista. A corrente liberal defendia o mercado como regulador e o individualismo como força motriz da ação social. Já a corrente estruturalista, principalmente nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e de intelectuais como Raul Prèbisch e Celso Furtado, questionava aquela lógica, como a questão centro-periferia no universo econômico e as características intrínsecas e particulares do subdesenvolvimento (FURTADO, 2000^a).

O mesmo se aplica para a transição para o neoestruturalismo. Segundo Bielschowsky (2010), é importante considerar a revisão da postura analítica e proativa da CEPAL para se adaptar aos novos tempos e que levou-a a preservar os instrumentos de interpretação acumulados, porém, agora a serviço de uma agenda positiva para o desenvolvimento econômico e social, ao contrário de concepções alternativas fornecidas

pelo pensamento ortodoxo em matéria macroeconômica e neoliberal sobre a alocação de recursos.

É importante registrar o marco do Consenso de Washington (1989) enquanto política de desenvolvimento, tendo em vista o determinante deslocamento de funções do Estado para a iniciativa privada, o que ficou conhecido como ajuste estrutural. Diz respeito às medidas impostas pelos organismos internacionais de fomento à grande parte dos países do terceiro mundo, como condição para a concessão de novos empréstimos. Tais medidas primavam pelo ajuste nas contas externas, planos de estabilização econômica, monetária e fiscal.

A partir de 1991, o governo brasileiro adotou o chamado Programa Econômico, o qual previa uma série de medidas de estabilização preconizadas pelo Consenso de Washington. Esta adoção representou um marco na disseminação forçosa da globalização do capital.

Neste momento, buscando conquistar e preservar a estabilidade macroeconômica, objeto do parágrafo anterior, o foco principal retornou às transformações de longo prazo.

Uma corrente de economistas como Raul Prèbisch, Ragnar Nurkse, Albert Hirschman, Gunnar K. Myrdal e Celso Furtado considerava o crescimento uma condição imprescindível para o desenvolvimento, porém insuficiente, se considerado de forma isolada (TEIXEIRA, 2006).

A mensagem que orientou a temática da investigação e a reflexão da CEPAL, “transformação produtiva com equidade”, expressa os objetivos prioritários abordados por esta Comissão, a saber: o desenvolvimento de uma base produtiva que considere o aumento contínuo da produtividade com uma inserção internacional competitiva, e a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Em paralelo, e com maior ênfase do que nas primeiras décadas, figuram desde então como postulados centrais o bom desempenho macroeconômico e financeiro e a preservação do meio ambiente.

Num contraponto ao Consenso de Washington foi criado, no ano de 2004, o termo "Consenso de Pequim"¹. Nele, é descrito o sucesso do modelo chinês de desenvolvimento em três princípios: compromisso com inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com "gerenciamento do caos" e independentemente da renda per capita e, autodeterminação e soberania das nações.

¹ Termo criado pelo consultor norte-americano Joshua Cooper Ramo, diretor-gerente da consultoria do ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger.

Para o consultor-criador do conceito do Consenso de Pequim, o Consenso de Washington era um bom manual de atração de investimentos feito por banqueiros e para banqueiros, enquanto o de Pequim, numa visão bastante otimista de seu criador, não ignorava a geopolítica e queria "melhorar a sociedade". Implica respostas rápidas a novos problemas, através de vários laboratórios de políticas em regiões diferentes do país e combina interferência com "*laissez-faire*".

O autor admite ainda que, dado o tamanho da China, este modelo é único e dificilmente replicável. Aponta, porém, que outros países em desenvolvimento podem ser inspirados a tentar seus próprios caminhos de desenvolvimento, sem soluções uniformes para problemas diferentes.²

O modelo chinês de desenvolvimento é sedutor, mas sobretudo para os que quiserem conciliar crescimento econômico, liberalismo comercial e estabilidade no poder de uma oligarquia que é meio política, meio industrial.³

Na economia clássica, apenas a acumulação de capital era vista como a solução dos problemas, e colocava todos os países dentro da mesma problemática: aquela noção de que o crescimento econômico acontece quando se distribui diretamente a renda entre os proprietários dos meios de produção, e isso ativa automaticamente a melhoria dos padrões de vida, inclusive dos trabalhadores e, conseqüentemente, chega-se ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 1999).

Para Zapata et al (2001) a dimensão econômica é centrada nos níveis de eficiência e resultados econômicos, devido à capacidade de uma localidade em articular seus fatores produtivos endógenos, pela otimização de maiores oportunidades de trabalho e renda para a população, com vistas a integrar as redes de pequenas empresas e fortalecer as cadeias produtivas locais.

Já Casarotto Filho e Pires (1998) analisam interações, transformações e os efeitos da globalização no âmbito econômico local, pois apesar de se compreender a existência de um impacto geral para todo o mundo diante de uma oportunidade ou ameaça, o resultado é diferente de região para região, de modo que, nessa teia global, uma mesma situação pode gerar efeitos positivos em um local, e negativos em outro.

Gallicchio (2002) tem sua interpretação da dimensão econômica vinculada à criação, acumulação e distribuição de riqueza, e critica o caráter puramente economicista de desenvolvimento, com profundas raízes no conceito de crescimento,

² Le Monde diplomatique Portugal, 2010. Disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article683>. Acesso em julho/2013. ³ Em 2005, mais de um terço dos empresários do setor privado eram membros do Partido Comunista Chinês.

como visto anteriormente, o que se configura em um grande problema do ponto de vista social, devido à grande desigualdade existente no país.

b) Dimensão Social:

Segundo Augusto de Franco (2002, p. 2):

Desenvolvimento é o movimento sinérgico, captável por alterações de algumas variáveis de estado, que consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo, no caso, uma coletividade humana. Desenvolvimento é aquela classe de mudanças sociais nas quais se verificam alterações dos fatores humanos e sociais que garantam a estabilidade dos sistemas sociais. Todo desenvolvimento é desenvolvimento social.

Para Zapata et al (2001), nesta dimensão do desenvolvimento se busca maior equidade social, crescente participação cidadã nas estruturas de poder, e fortalecimento da história, da cultura e dos valores locais.

Quando se questionam as relações de emprego no âmbito do trabalho se inicia um pensamento mais voltado para o lado social, além disso, surgem outras preocupações como o grau de educação da população, os padrões culturais e históricos adotados, e até mesmo a estrutura fundiária geral (BUARQUE, 2004).

A regionalização e a valorização de uma identidade cultural também permeiam a discussão social, tanto que, para alguns autores como Gallicchio (2002), esta dimensão é denominada sociocultural, e nela se configuram abordagens sobre qualidade de vida, equidade e integração social.

Segundo Boisier (2003) citado por Siedenberg (2009, p. 69):

[...] o conceito de desenvolvimento se encontra, no momento, numa fase de transição entre a antiga concepção, que o assimilava à idéia de crescimento econômico e, por conseguinte, a algo objetivo, quantificável e associado a conquistas materiais, e a nova concepção, que o representa como processo e estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais.

Ainda segundo o autor, agora é possível, inclusive, reconhecer situações nas quais níveis baixos de conquistas materiais estão acompanhados de altos níveis de

satisfação pessoal, federal brasileiro atual, o social é o eixo do projeto de desenvolvimento do país. Segundo este mesmo governo, os programas dirigidos à inclusão social e à redistribuição da renda são tratados com prioridade (PPA, 2013).

No entanto, esta não é nem de perto a realidade que enxergamos na maioria dos municípios brasileiros, onde há questões mal resolvidas de saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, emprego formal etc.

De qualquer sorte, respeitada a importância da circularidade da informação num processo de desenvolvimento, citamos a representatividade do eixo social adotada pelo governo federal através do Plano Plurianual de 2013:

Um crescimento vigoroso é um elemento central para a inclusão social e a redistribuição de renda, na medida em que cria emprego - que é a via básica de inclusão -, aumenta a arrecadação pública e facilita a implantação de processos de redistribuição de renda metas a serem tenazmente perseguidas independentemente do ritmo de crescimento que venha a se realizar. Há de se estar atento também ao fato de que, como mostra a experiência brasileira, sem firme decisão política o crescimento não promove de forma adequada inclusão social e muito menos permite avanços na distribuição de renda.⁴

Estas formas equitativas de desenvolvimento, baseadas em maior distribuição dos bens econômicos e sociais podem proporcionar mudanças na estrutura dos grupos sociais, e ainda potencialmente diminuir a concentração de renda no país (SUAREZ, 1993).

Entretanto, esta melhora só é considerada, de fato, quando existe melhoria na qualidade de vida e bem-estar da população, caracterizando a visão social do desenvolvimento.

Desta forma, podemos considerar que a dimensão Social engloba, para além da dimensão Econômica do desenvolvimento, os aspectos ligados à promoção da educação, do emprego e renda, da saúde e do bem estar, da habitação, do saneamento básico, da segurança pública, da cultura, do esporte e lazer etc.

⁴ Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br>. Acesso em Setembro/2013.

c) Dimensão política:

De acordo com Zapata et al (2001), o aspecto político visa impulsionar, por meio de maior representação dos cidadãos nos segmentos sociais, a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, propiciando um ambiente inovador de cidadania e favorável às transformações da economia local.

Segundo Frey (2001), podemos distinguir duas orientações distintas dentro da abordagem política de participação democrática. Primeiro, uma vertente que enfatiza a própria luta do povo, mais especificamente dos excluídos contra o poder dominante das elites tradicionais e, segundo, uma vertente que se concentra na ideia e na suposta força da sociedade civil e na necessidade da criação de uma esfera pública, que deveria tornar-se a força motriz do sistema político e a força transformadora dentro de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. A primeira, aposta tendencialmente no conflito e na luta dos grupos e indivíduos excluídos pelo acesso ao poder social e, na sequência, ao poder político. A segunda, aposta no próprio processo discursivo e no princípio do entendimento, impulsionado por uma sociedade civil organizada e engajada nos processos políticos.

No prefácio do seu livro intitulado "*Empowerment: the politics of alternative development*", Friedman aponta como fator fundamental para a sua abordagem de um desenvolvimento alternativo a ênfase na autonomia de tomada de decisão das comunidades territorialmente organizadas. Mas, apesar do ponto de partida ser o nível local, Friedman não ignora o fato de que a ação local pode ser comprometida pelas forças econômicas globais, pela ação da política, por estruturas de riqueza desigual e por uma aliança de classe hostil. Portanto, a sua perspectiva em relação à concepção do desenvolvimento alternativo, ao menos num primeiro momento, não vai além de uma tentativa para se evitar que os pobres afundem ainda mais na miséria e que a deterioração da natureza se acelere ainda mais (FRIEDMANN, 1992).

É de extrema importância, com o objetivo de exemplificar esta dimensão, registrar o entendimento do poder executivo federal brasileiro sobre a dimensão política do desenvolvimento.

A dimensão política, também chamada de democrática e que integra o Plano Plurianual de 2013, do governo federal, tem por objetivos:

O fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos - políticos, sociais e civis -, a transparência do setor público com controle da sociedade, descentralização, planejamento participativo e gestão pública orientada para o cidadão, a segurança pública e a defesa da soberania nacional. O combate às desigualdades econômicas e sociais é entendido como condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado.⁵

Segundo o PPA – Plano Plurianual do governo brasileiro (2013), a radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização das reformas políticas.

d) Dimensão Ambiental:

Muitos autores relacionam esta dimensão de desenvolvimento com os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e alguns posicionam a territorialização de ações para a resolução de problemas gerais. Cuidar do ambiente e preservar recursos naturais são assuntos frequentemente tratados nessa discussão. Assim, sua característica é a compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando os princípios da sustentabilidade em qualquer opção transformadora (ZAPATA et al, 2001).

Para que se compreenda melhor a questão ambiental é preciso discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu com a intenção de produzir um consenso, mas criticado por seu caráter contraditório. Daí a necessidade de compreensão do desenvolvimento como uma institucionalização da problemática ambiental no âmbito global em termos políticos, onde o crescimento deve acontecer dentro de condições ecológicas e economicamente sustentáveis (NOBRE, 2002).

Do ponto de vista do governo federal brasileiro (2013), a estratégia ambiental é sustentável e de longo prazo e implica, por conseguinte, uma dimensão ambiental que oriente as escolhas no campo social e econômico. Em face da pressão que o desenvolvimento econômico impõe sobre os recursos naturais e os serviços ambientais, os compromissos de justiça social com as gerações atuais são indissociáveis do legado

⁵ Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br>. Acesso em setembro/2013.

que se quer deixar às gerações futuras. O objetivo é o desenvolvimento voltado para a justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável. Os principais problemas que ameaçam nossos ecossistemas demonstram a estreita relação entre degradação ambiental e degradação social.

Rist (2008) alega que a série de práticas em torno do desenvolvimento foi ganhando, ao longo das décadas, reformulações e críticas internas que, pouco a pouco, se tornaram o próprio reconhecimento do insucesso das teorias, dos programas e das políticas.

Entretanto, Escobar (2010) parte de uma concepção ligeiramente distinta. Segundo o autor, a reflexão sobre o desenvolvimento se alinha mais claramente à crítica da modernidade, porém, de forma ambígua. Enquanto a visão crítica da modernidade é almejada, ela não descarta certa afinidade com projetos menos radicais que ainda possam ser transformadores.

Da mesma forma, diz o discurso governamental que é indispensável reconhecer os conflitos de interesse e de responsabilidade pelos custos ambientais e sociais decorrentes do crescimento, construindo pactos que apontem novos caminhos ou minimizem os prejuízos do atual padrão de produção.

Uma vez que a ênfase conceitual deste estudo é o Desenvolvimento Local, o próximo tópico abordado procura demonstrar a importância do território, como recorte espacial onde tudo acontece.

Seja qual for o modelo de desenvolvimento estudado e/ou abordado em teoria específica, é necessário analisar conceitos importantes acerca do território. Noções de espaço e de território são o fundamento básico de qualquer discussão sobre a temática do desenvolvimento.

2.4 A Questão da Territorialidade

Dada a sua importância, nesta seção, ultrapassaremos o paradigma das dimensões do desenvolvimento e apresentaremos o território como sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento local para, a seguir, discutirmos os principais modelos de desenvolvimento local assim definidos sob a ótica deste estudo. Através de 37

seus organismos e instituições, o território se apresenta como o principal agente promotor de desenvolvimento.

Segundo Muls (2008), os territórios são um construto sócio-econômico e institucional. Em termos teóricos, considerar o território como um ator, como um sujeito, significa opor o local ao global e entender que as estratégias locais retroagem sobre as forças globais, a ponto de redirecionar suas leis funcionais, podendo então iniciar um movimento autônomo de crescimento e de autorregulação.

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o espaço local e o patrimônio sociocultural das comunidades. Espaço local é um território, uma comunidade, um município ou região onde se expressam os direitos da cidadania e se realizam as identidades particulares, ensejando, quando articuladas solidariamente o desenvolvimento inclusivo das potencialidades econômicas locais (GEHLEN, 2006).

Ainda na opinião de Gehlen (2006), é no território local que se desenvolvem relações específicas, superando a dicotomia entre o rural e o urbano e, se estabelecem articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania com vistas ao desenvolvimento sustentável. Estas potencialidades constituem o patrimônio socioeconômico e cultural que expressa a capacidade de organização que a comunidade possui, com vistas a mobilizar recursos.

A um território correspondem políticas públicas específicas, segundo as condições objetivas – econômicas, sociais e institucionais – de cada microrregião. É possível realizar um planejamento particular, não generalista, com base nas ações e atividades futuras de cada projeto territorial.

É importante o esclarecimento de Tânia Fischer sobre o contexto do termo “local” e da noção de “território”:

Quando se fala em local, não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios (FISCHER, 2002, p. 13).

Desse modo, a partir da dialética territorial, conforme Santos (1998, 2000, 2006), são identificados novos recortes no território, decorrentes do processo de globalização, os quais o autor classificou de horizontalidades e verticalidades. São dois cortes simultâneos e complementares do espaço geográfico. Na verdade, são as

fragmentações do espaço, suas funcionalidades e reordenações dos lugares em continuidades geográficas ou não.

Horizontalidade diz respeito aos lugares geograficamente próximos, reunidos por uma continuidade territorial. Neste sentido, Santos (2000) alega que as horizontalidades significam tanto as articulações quanto os benefícios gerados no âmbito local pelas ações de um determinado ator sobre o território onde se instala.

As verticalidades, por sua vez, são criadas por meio da coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes. Usufruem do território como um recurso a ser explorado, a partir do uso pragmático de seu conjunto de equipamentos, instituições, práticas e normas (SANTOS, 2000).

Nesse aspecto, Vieira et al (2010) entendem que as formulações da geografia, particularmente, de Milton Santos, podem ser bastante significativas, apontando alternativas para a formulação de políticas públicas nacionais voltadas ao desenvolvimento socioterritorial, pautadas pelas especificidades, potencialidades e demandas locais.

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável se preocupa em criar mecanismos para avaliar a ação dos poderes públicos em suas políticas de desenvolvimento local, como descrito por Perico (2009). Neste sentido, o conceito de território passa a ser fundamental, uma vez que questiona por quem e para quem tais políticas devem ser elaboradas? O modelo de planejamento estratégico clássico perde seu sentido, pois em um território quem define e delibera sobre suas estratégias são os atores locais.

De acordo com Villela et al (2012), o território deve ser compreendido em sua complexidade, destacando sua identidade, oriunda das relações socioeconômicas e culturais que expressam suas relações de poder e conseqüentemente de sua política. O conceito de território supera o conceito clássico de região limitado a fronteiras geográficas. O território significa um espaço ocupado por uma determinada população com o controle espacial ou simbólico de determinada área. Significa um “espaço” ocupado por uma população específica que controla tanto as fronteiras geográficas quanto as relações simbólicas, quando se observa as seguintes dimensões:

- a) **Coesão Social**, que existe na congruência dos laços interpessoais de uma população local onde são definidas as relações cidadãs dos direitos e obrigações;

- b) **Coesão Territorial**, que consiste na capacidade de uma população de um território ter densidade em suas relações para definir suas estratégias em função de seus recursos e seus interesses;
- c) **Governabilidade**, que é a capacidade de os poderes públicos fomentar as ações locais visando o seu desenvolvimento;
- d) **Sustentabilidade**, no sentido de utilizar recursos na produção de bens e serviços sem colocar em risco o bem comum nem a capacidade de utilização destes recursos por futuras gerações;
- e) **Inclusão Econômica**, definida como a capacidade de incluir nas atividades econômicas a população local;
- f) **Bem-estar e o Desenvolvimento Local**, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, agregando infraestrutura, saneamento, instituições de saúde e de educação.

Tais dimensões são marcos no desenvolvimento territorial sustentável. Teoricamente a ausência de uma destas dimensões ocasiona desequilíbrios nas instâncias socioeconômicas e ambientais.

2.5 Modelos de Desenvolvimento Local

É fundamental registrar neste capítulo o entendimento de Desenvolvimento Local considerado neste estudo, que compreende a existência combinada de diversas dimensões (econômica, social, sustentável/ambiental, cultural e política) num mesmo local, seja ele um município ou um estado. No caso, o município de Itaguaí, na região sul-fluminense. Dessa forma, abordaremos a seguir aspectos que se identificam com esta linha de pensamento, como o Desenvolvimento Local enquanto um conceito que surge “de baixo para cima”, algumas considerações acerca da relação entre a administração municipal e o desenvolvimento local e a sustentabilidade do desenvolvimento.

2.5.1 O Desenvolvimento Local

A descentralização de políticas públicas emergiu num contexto em que o modelo de desenvolvimento denominado “industrialização por substituição de importações” se

esgotava (1970 a 1980), com o governo federal deixando de ter condições de conduzir o desenvolvimento nacional.

Como consequência, houve a tentativa de redistribuir a produção industrial brasileira e, assim, o desenvolvimento econômico, mediante políticas públicas de desenvolvimento regional de sucesso bastante limitado, ao longo da década de 1970.

Cabe aqui registrar a afirmação de Santana (2013), de que a reconfiguração do papel do Estado em um mundo globalizado, associado ao discurso de crise financeira, cria tanto a necessidade de apoio de organizações internacionais para financiamento e construção de políticas, quanto de soluções de desenvolvimento endógeno, com programas de desenvolvimento local e ações voltadas para as comunidades desassistidas, integrando assim as duas lógicas de desenvolvimento.

Diante da crise fiscal que atingiu a economia nacional, aquela política de desenvolvimento regional ficou comprometida. A partir daí, avançou a ideia de que os governos regionais e municipais pudessem ser instrumentos de política de desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais territorial do que setorial e/ou nacional.

O ponto de partida é o fato de que as discussões em torno desta temática possibilitaram consolidar a compreensão de que o desenvolvimento é um aspecto de múltiplas dimensões, conforme abordado anteriormente e que, por sua vez, torna os aspectos econômico, social, político e ambiental, indissociáveis.

Segundo Grzeszczyszyn e Machado (2008), quando se trata de desenvolvimento local, há uma mudança significativa de enfoque do processo de desenvolvimento: a abordagem de baixo para cima, ou seja, da base, da comunidade, da cidade, do local para as esferas centrais e superiores de poder. No entanto, esse processo não implica o isolamento do local em relação às outras instâncias como a estadual, regional, nacional, e até mesmo global (nesse caso, considerando-se o local como sendo uma cidade).

Para estes mesmos autores, o desenvolvimento local é um conceito alicerçado no protagonismo da sociedade local. Trata-se de uma reação aos projetos de desenvolvimento nacionais e regionais centralizados e baseados apenas no crescimento econômico e no avanço tecnológico, os quais têm provocado crescente desigualdade social em nível mundial. Assim, a sociedade civil participativa e construtora do seu futuro, constitui o alicerce do desenvolvimento local, principalmente porque ocorre atualmente um reforço das unidades territoriais.

Como menciona Franco (2000), ainda não se sabe com exatidão o que se pretende quando se utiliza a denominação desenvolvimento local, pois existem vários focos e dimensões.

Na ideia de Dowbor (2008, p. 1) “o desenvolvimento local é um outro modelo de desenvolvimento, mais próximo do cidadão, e por ele apropriado”. A inclusão produtiva do que Milton Santos chamou de “circuito inferior”.

Para Batista et al (2013), a credibilidade, os laços afetivos, a cultura regional, e a educação revelada pela historicidade são articuladas ao discurso do desenvolvimento local. À medida que os empreendedores locais almejam crescimento e consolidação de seus negócios na região, esta prosperidade potencializa a expansão do mercado na perspectiva de um empreendedorismo endógeno. Evidencia-se também que não apenas as pessoas, mas os atores empresariais devem se integrar em um plano simbólico para a construção de uma identidade territorial.

Tânia Fischer (2002, p. 21) estabelece dois sentidos e significados para o desenvolvimento local: “orientados para a competição e orientados para a cooperação”. No primeiro, prevalece a lógica econômica globalizante, em que o local está conectado e integrado à trama produtiva total, com um discurso totalizante: “local, integrado e sustentável”. Pressupõe a existência de “recursos humanos qualificados; relações econômicas entre produtores e clientes; circulação de informações entre agentes, instituições e indivíduos; [...] estrutura institucional desenvolvida; [...] identidade sociocultural facilitadora da confiança”.

No desenvolvimento local orientado para a cooperação, são priorizadas a inclusão social e a melhoria das condições de vida, que não rejeitam a ideia de desenvolvimento econômico, mas impõem-lhe limites ao privilegiar a escala local, a ação social, o aproveitamento de técnicas e recursos disponíveis no entorno, o incentivo a formas de produção não capitalistas.

O que de mais importante essas teorias podem trazer, no entanto, é a ideia de que um país, região ou local mais bem dotados desses fatores pode aumentar mais facilmente o valor agregado à produção, a produtividade, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda. Ou seja, do ponto de vista de uma dimensão mais ampliada, o desenvolvimento local é resultado de mudanças estruturais.

Segundo Mazzali e Souza (2013), as ações das localidades visando o dinamismo de suas economias devem levar em consideração as características da estrutura

produtiva e as condições, mais ou menos favoráveis para promover as necessárias articulações em seu interior, acompanhando e se adaptando às transformações do ambiente socioeconômico em que se inserem. A capacidade de interagir com as transformações do ambiente externo e reverter, positivamente (apropriabilidade) para o município/região os efeitos dessas transformações pode ter peso decisivo para o desenvolvimento econômico e social. Isto é, obter resultados que tragam melhorias em termos de geração de emprego e renda, infraestrutura, e produtos e serviços complementares, que se traduzam em melhor qualidade de vida local.

A opinião de Trevizan a respeito da importância da identidade e da sensação de pertencimento é assim expressa:

A identidade da comunidade consigo mesma acontece quando os seus integrantes se reconhecem como pertencentes a ela em função de um conjunto de afinidades comuns. A identidade da comunidade com o local ocorre quando um conjunto de características físicas e culturais pertencentes ao espaço em que se situa a comunidade é reconhecido por seus membros, individual ou coletivamente, como a eles pertencentes e, por isto, como sendo de sua responsabilidade zelar por elas. A sensação de pertencimento leva à participação espontânea, ou à reivindicação por ela quando pessoas ou grupos se sentirem isolados dos processos que levam à tomada de decisões no âmbito comunitário, especialmente quando os significados coletivos não forem respeitados (TREVIZAN, 2006, p. 15).

A participação e a cooperação vinculam-se ao processo de descentralização com o objetivo de fortalecer a cidadania ativa.

Sem dúvida alguma, a discussão sobre como integrar o desenvolvimento local com a cidadania, é um dos pontos mais sensíveis na busca do pleno desenvolvimento. Trata-se de uma ação em que a sociedade e o poder público local praticam, em espaços públicos, a gestão social, uma gestão em busca do entendimento dos diversos atores envolvidos.

A importância da cidadania no processo de desenvolvimento pode ser assim definida:

Desenvolvimento local com cidadania é um processo de planejamento que objetiva alcançar o desenvolvimento sustentável de um território por meio da ação concertada entre os seus diferentes atores sociais e o mercado,

instituídas por meio de espaços públicos sob o princípio norteador da cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2007, p. 133).

Por sua vez, segundo Tenório e Rozenberg (1997), uma participação consciente é aquela em que o envolvido possui compreensão sobre o processo que está vivenciando. A participação não pode ser forçada nem aceita como esmola, não podendo ser, assim, uma mera concessão, sendo que o envolvimento deve ocorrer a partir do interesse do indivíduo, sem coação ou imposição.

A participação e a cidadania referem-se à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Ainda na opinião de Tenório e Rozenberg (1997, p. 103), “sua concretização (destino) passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de modos de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público”.

Na ideia de Mazzali e Souza (2013, p. 4):

O peso das ações dos governos locais fica ainda mais evidente, tendo-se presente, que na ausência de uma política norteadora global, o alcance de políticas locais fica bastante reduzido. Fica clara a importância de identificar, analisar e avaliar detalhadamente os conjuntos de atividades com maior potencial para o desempenho sócio econômico do município (e região). Para tanto, é necessário também examinar e avaliar as modificações que vêm ocorrendo no ambiente maior em que se inserem, os impactos sobre a estrutura produtiva local, e a capacidade de resposta do município a essas transformações. Ou seja, englobar caracterização do município e análise do ambiente, como base para a definição de objetivo e ações.

Segundo a Revista Internacional de Desenvolvimento Local (2013), da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande (MS), o Desenvolvimento Local é entendido como protagonista de coletividades e organizações que, a partir da visão crítica de seus territórios e mediante processos interativos e cooperativos, com o apoio de organizações públicas e privadas, promovem o desenvolvimento contínuo de competências para operacionalizar e gerenciar soluções criativas e sustentáveis voltadas para o atendimento de aspirações comuns: sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas.

É fato que existe uma dificuldade de se manter, de forma contínua e sistemática, elevados níveis de participação nas diretrizes das políticas a serem adotadas em uma determinada região.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (SEN, 2000, p. 71).

E é nos espaços públicos que a liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento.

2.5.1.1 Alguns problemas das metodologias de indução ao Desenvolvimento Local

Numa compilação dos resultados da pesquisa “Aspectos econômicos das experiências de desenvolvimento local” (2004) realizada pelo Instituto Pólis e pela Fundação Friedrich Ebert (ILDES), devem ser consideradas as seguintes limitações nas metodologias de indução ao desenvolvimento local: O desenvolvimento da localidade num ambiente macroeconômico adverso; a promoção do acesso a serviços públicos sem governabilidade sobre as tarifas destes serviços; a dependência da intervenção de atores externos, sejam eles governamentais ou não; a baixa capacidade de intervenção do nível local; a subordinação a uma dinâmica econômica mais ampla; a necessidade de ajustar-se às políticas sociais desenvolvidas por outros níveis de governo e; a contextualização do local e a relação deste com outras instâncias, regional, nacional e internacional.

Segundo Cocco e Galvão (2001), o discurso sobre desenvolvimento local tornou-se algo como uma panaceia, por indicar quase que automaticamente, um rumo aparentemente alternativo, ao mesmo tempo, às políticas industriais de tipo desenvolvimentista (mercado fechado, industrialização por substituição das importações

e importante presença do Estado) e às políticas de orientação neoliberal (de abertura e desregulamentação dos mercados e drástica redução do papel do Estado).

Ainda na opinião destes autores, a dimensão local permite substituir os tradicionais recortes setoriais de análise das cadeias produtivas por análises e políticas em termos de aglomerações de empresas ligadas entre si não apenas pela inserção num determinado setor, mas também pela proximidade espacial, pelas redes de instituições de apoio e, enfim, pelos sistemas locais de inovação que a proximidade dos atores e as redes institucionais proporcionam.

Tenório (2007) observa que este modelo de desenvolvimento está longe de uma visão na qual o poder, a propriedade etc, vêm sendo democratizados, dispersando-se na atmosfera sinérgica das eficiências coletivas e solidárias de um determinado local. Segundo o autor, a falha mais grave é o fato de que a literatura atual negligencia a questão fundamental da hegemonia e do poder político.

De maneira crítica, Tenório (2007, p. 97) complementa sua visão com um questionamento: Como pensar na construção, em qualquer escala, de competitividade sistêmica e na mobilização de forças econômicas locais se a equação política e econômica passa, necessariamente, pela valorização de capitais não-produtivos?

Importante registrar o entendimento deste mesmo autor de que é imprescindível o fortalecimento das capacidades do Estado – nas esferas federal, estadual e municipal, e dos atores sociais coletivos no âmbito local, de modo a se promover articulação entre todos, visando à instituição e à gestão de políticas públicas sob orientação deliberativa.

2.5.1.2 A Administração Municipal e o Desenvolvimento Local

Segundo o projeto BNDES - Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD, sob a coordenação de Tânia Zapata (2001), a dimensão institucional do desenvolvimento passou a ganhar relevância no quesito do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se do desenvolvimento e/ou das mudanças institucionais das organizações do governo, da sociedade civil e dos agentes produtivos, buscando novas formas de articulação.

A partir de 1992, com o término dos primeiros mandatos de prefeito após a constituição de 1988, passou-se a notar que a autonomia política e administrativa dos municípios apresentava resultados positivos frente às diversas demandas da população.

Francisco de Oliveira (2001), no projeto conjunto do Instituto Pólis, FGV/EAESP e Fundação Ford, denominado “Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?” mencionava o sucesso das publicações do Instituto Pólis e da Fundação Friedrich Ebert para ações municipais desde dezembro de 1993, com a publicação do Boletim denominado “Dicas. Ideias para ação municipal”.

O principal objetivo deste autor era apresentar propostas ou experiências bem sucedidas de políticas públicas, além de municiar com informações inovadoras em gestão pública, os prefeitos, vereadores, funcionários públicos, organizações e lideranças municipais.

Observa-se que, em geral, até poucos anos atrás, as intervenções da política de cunho regional nas estratégias de desenvolvimento estruturavam-se na concessão de incentivos fiscais e de crédito, nas obras de infraestrutura, na proteção e controle da concorrência etc. Mais recentemente, em função da crise financeira do setor público e do conseqüente contingenciamento de crédito, estas intervenções estão cada vez mais raras. Por este motivo, temos visto no Brasil a quase inexistência de políticas públicas regionais. Entretanto, em decorrência, têm sido percebidas ações mais localizadas de estados da federação no sentido de atrair investimentos, o que acaba fortalecendo a posição daqueles Estados mais bem dotados de recursos em detrimento dos que menos têm a oferecer.

Um item importante a ser considerado é o aumento das transferências intergovernamentais, o que gera a expectativa de aumento no financiamento de políticas públicas pelos municípios.

Outro ponto relevante é o grau de dependência das receitas orçamentárias dos municípios em relação à arrecadação própria de tributos. A importância da autonomia fiscal baseada nas receitas tributárias próprias no total das receitas municipais, num contexto de descentralização das políticas públicas, como agora, remete ao pensamento de que esta é a fonte mais segura para sustentar no longo prazo os investimentos públicos, em particular aqueles relativos a projetos de interesse local.

Enfim, a participação dos entes governamentais no desenvolvimento local vai muito além de planos plurianuais, orçamentos participativos ou projetos de desenvolvimento eleitoreiros de grande visibilidade e curto prazo de execução.

Os três poderes representados localmente, executivo, legislativo e judiciário devem interagir de modo a repensar o futuro no longo prazo, de forma verdadeira, não

permitindo prevalecer as ironias de uma realidade política que se divide por interesses claramente distintos entre eles.

A complexidade do tema do desenvolvimento humano coloca sobre a mesa assuntos de grande importância e que merecem ampla discussão entre os atores governamentais. Isto porquê muitos destes assuntos nem sequer integram os modelos atuais utilizados para a mensuração do próprio desenvolvimento humano, como a influência da não aprovação das contas anuais das prefeituras municipais pelos Tribunais de Contas, o endividamento familiar, o alto índice de mortalidade de jovens por armas de fogo, a violência contra a mulher ou a prostituição infantil.

Segundo Fontes (2003), na conjuntura de democratização e descentralização – pós-Estado Novo – a alternativa para a modernização administrativa dos municípios, sem ingerência do Estado e das forças rurais conservadoras, foi a criação de uma instituição de caráter privado de perfil técnico. Considera-se que os temas da modernização administrativa e da estatística vinculados ao municipalismo se constituem nas origens específicas do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Através do IBAM, desenvolveu-se uma campanha de modernização dos municípios através das técnicas urbanísticas de zoneamento, planos diretores e de organização institucional, onde se encontram as influências do *city manager*, baseadas na reforma municipal e numa visão autônoma de gerentes municipais. O urbanismo enquanto uma questão nacional incorpora a gestão urbana como uma dimensão de desenvolvimento econômico e de reforma organizacional do Estado.

O movimento “economia e humanismo”, que influenciou o IBAM no início da década de 1960, queria abrir os olhos dos governantes, especialmente no plano urbano, para as necessidades humanas e materiais do povo (FONTES, 2003).

Entretanto, problemas diversos assolam a administração dos municípios. Há muito tempo o desequilíbrio fiscal, a desordem das contas públicas, a inflação e a falta de uma legislação consolidada e rígida, que penalizasse maus gestores, colocavam em risco a governabilidade do país, dos estados e dos municípios. O enfrentamento de tais questões trouxe para a agenda do administrador público a discussão dos requisitos políticos, sociais, organizacionais e gerenciais necessários para tornar eficaz e eficiente a gestão da coisa pública.

Neste contexto, é fundamental o sistemático planejamento governamental, instrumento indispensável na formulação de políticas públicas de desenvolvimento com vistas à elevação da qualidade de vida da população. O sistema se inicia no Plano

Plurianual – PPA, prossegue na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que cumpre a função de ligação entre o plano e o orçamento, e consolida-se com a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Sobretudo no nível municipal fluminense, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria-Geral de Planejamento, alega que o que usualmente se apresenta como PPA ao longo dos últimos anos tem sido extremamente genérico. Já o que seria uma LDO apenas determina o que deverá contemplar a LOA, sendo também carente de explicitação precisa quando define os objetivos governamentais. Por último, a LOA estima a receita e fixa a despesa para o exercício seguinte, estipulando-as tão somente em receitas correntes e de capital, despesas por função e por órgão.

Ainda segundo o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio da edição de 2011 dos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do RJ, os orçamentos das prefeituras mais modestas possuem, por força da lei, as características intrínsecas de orçamento-programa, aparentando ser fruto de planejamento decorrente dos modelos oficiais padronizados, que as prefeituras são obrigadas a preencher. Seu conteúdo é, na maioria das vezes, fictício, pois nada é efetivamente programado: a execução orçamentária desenvolve-se ao sabor das necessidades emergentes. A prova deste fato está na fatura de suplementações e reduções desenfreadas de créditos orçamentários, desfigurando o orçamento original. Desta forma, fica explícita a necessidade de se regular e fiscalizar tanto a elaboração do orçamento municipal e a documentação que lhe deu suporte, como suas alterações através dos créditos adicionais.

Dados históricos sobre a arrecadação, o Produto Interno Bruto, as transferências governamentais, os indicadores de dependência de transferência de recursos, dos investimentos per capita e do grau de investimento, dentre outros, serão apresentados de forma detalhada, a nível do município de Itaguaí (RJ), no quarto capítulo - estudo de caso, em complemento aos indicadores de desenvolvimento do período.

2.6 Indicadores de Desenvolvimento

Muitos são os indicadores utilizados para medir, de alguma forma, o desenvolvimento de uma determinada região. Sem dúvida, há uma limitação espacial muito grande na maioria destes indicadores, alguns expressos a nível de país, outros a

nível restrito de capitais e regiões metropolitanas e poucos que refletem a situação dos municípios.

Há também uma limitação temporal bastante significativa, pois aqueles indicadores que chegam ao nível municipal não retratam informações de maneira periódica, anualmente, por exemplo. No Brasil, há uma dependência total das informações do Censo, do IBGE, cuja última atualização remonta ao ano de 2010. Em outros casos, a divulgação de indicadores regularmente, se resume a uma quantidade pequena de regiões, o que torna o objeto da pesquisa de mais fácil operacionalização.

Convém esclarecer que, embora não concordemos exatamente com o resultado da avaliação proveniente do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M, este será o índice utilizado na análise do estudo de caso, tendo em vista a divulgação de dados recentes, por contemplar todos os municípios brasileiros e por ser o indicador oficial da Organização das Nações Unidas – ONU/PNUD.

2.6.1 O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil 2013, o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alega que o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: a) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e b) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

O IDH-Municipal é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991), em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000) e em 2013 (a partir dos dados do Censo de 2010).

Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas utilizadas para o IDH dos países – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Para a avaliação da dimensão “educação”, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 51

anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados).

O calendário do Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos. O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que frequentam os cursos fundamental, secundário e superior, dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos, da localidade.

Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo grau, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da dimensão “longevidade”, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2010) poderá viver.

O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para a avaliação da dimensão “renda”, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero).

No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo – um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dessa amostra do Censo são expandidos para o total da população municipal e, então, usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M.

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1,

respectivamente, no cálculo do índice. Os subíndices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1.

O IDH-M de cada município é fruto da média aritmética simples desses três subíndices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três (IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R)/3. Após o cálculo, os municípios são enquadrados em uma das seguintes faixas de IDHM:

Quadro 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano

	Muito Alto	0,800 - 1,000
	Alto	0,700 - 0,799
	Médio	0,600 - 0,699
	Baixo	0,500 - 0,599
	Muito Baixo	0,000 - 0,499

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – 2013

A título de ilustração sobre a aplicabilidade do índice, segue uma compilação do IDH-M das regiões brasileiras, de acordo com cada uma das dimensões avaliadas pelo PNUD:

Tabela 1 – IDHM Renda, Educação e Longevidade

IDHM Renda: distribuição dos municípios por região e categoria do IDHM - 2010 (%)

Regiões	Desenvolvimento Humano				
	M. Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Norte	6,0	47,9	41,6	4,5	
Nordeste	5,9	77,8	15,3	1,1	
Sudeste	0,0	9,8	50,7	37,9	1,6
Sul	0,0	0,5	37,7	59,6	2,2
Centro Oeste	0,0	3,9	59,2	36,1	0,9
Brasil	2,4	32,3	36,5	27,8	1,0

IDHM Educação: distribuição dos municípios por região e categoria do IDHM - 2010 (%)

Regiões	Desenvolvimento Humano				
	M. Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Norte	51,2	38,5	8,9	1,3	
Nordeste	59,8	35,4	4,3	0,5	
Sudeste	10,5	34,2	40,6	14,4	0,2
Sul	5,4	32,7	54,0	7,8	0,1
Centro Oeste	7,9	52,4	37,8	1,9	
Brasil	28,4	36,1	29,0	6,4	0,1

IDHM Longevidade: distribuição dos municípios por região e categoria do IDHM - 2010 (%)

Regiões	Desenvolvimento Humano					
	M. Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	
Norte				0,4	71,3	28,3
Nordeste				4,3	90,2	5,5
Sudeste					14,0	86,0
Sul					9,2	90,8
Centro Oeste					8,2	91,8
Brasil				1,4	41,7	56,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil PNUD/Fund. João Pinheiro/IPEA 2013

Tendo em vista que o enfoque dado a este estudo é eminentemente crítico em relação ao impacto do crescimento econômico no desenvolvimento humano, optamos por abordar neste estudo o Produto Interno Bruto como indicador de comparação do crescimento econômico em contrapartida aos indicadores de desenvolvimento humano e social em períodos coincidentes.

3. Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, posto que esta inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, aprender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos natural no mundo social. Dessa forma, “a pesquisa qualitativa visa atingir um entendimento profundo de uma situação. Pretende dizer ao pesquisador como e por que as coisas acontecem” (SCHINDLER e COOPER, 2011).

Nesta linha, este trabalho adotou para este fim a metodologia do estudo de caso, com a finalidade de identificar e analisar o desenvolvimento do município de Itaguaí (RJ), através dos seus indicadores, da arrecadação e da produção local de riquezas, expressa pelo PIB municipal, impulsionados em grande parte pelos investimentos públicos e privados na região.

O estudo de caso será realizado seguindo-se as orientações metodológicas propostas por Yin (2001), nas quais a lógica de planejamento incorpora abordagens específicas à coleta e análise de dados. Neste sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

Ainda como caracterização da pesquisa qualitativa, juntamente com a especificidade do método (estudo de caso), utilizaremos o corte seccional com perspectiva longitudinal. De acordo com Vieira (2006), isto reflete uma pesquisa na qual a coleta de dados é realizada num determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados, onde o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta, e os dados resgatados do passado são, normalmente, utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno.

Cabe mencionar, ainda a exemplo de Vieira (2006), que o nível de análise será o societário, onde o objeto central de interesse da pesquisa é a sociedade.

3.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta pesquisa, será utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, o que permitirá tanto indagar sobre fatos de maneira direta quanto pedir a opinião dos entrevistados sobre determinados assuntos ou eventos, de maneira

espontânea. Também serão utilizadas a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a observação direta não-participante.

Assim podemos definir a observação direta não participante:

A observação direta não participante, pode ser evidenciada quando "o pesquisador se coloca em situação de espaço e tempo que lhe permita assistir às manifestações do fenômeno a ser estudado, podendo utilizar várias formas de registros das suas observações, como caderneta de campo, fichas, instrumentos de medida (testes, escalas), gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas e etc" (ABRAMO, 1979, p. 40).

De acordo com Schindler e Cooper (2011, p. 195), como investigação científica, utilizamos a observação não comportamental, através da análise de registro, que envolve registros históricos e atuais, e registros públicos, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas.

Na presente investigação será realizado um estudo bibliográfico com pesquisa em documentos de órgãos públicos e privados, pessoas, registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, fotografias etc.

Vergara (2009, p. 48) menciona a pesquisa bibliográfica como sendo o "Estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral".

Pesquisa documental ou de gabinete é utilizada quando se está tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego de informações retiradas de material gráfico e sonoro. O objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia.

Segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 57), tais informações são provenientes de órgãos que as realizaram e englobam todos os materiais escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos e particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares. Incluem-se aqui como fontes não escritas: fotografias, gravações, imprensa falada (rádio e televisão), desenhos, pinturas, canções, objetos de arte, folclore etc.

3.2 Sujeitos de Pesquisa

A nosso ver, seria impossível dissociar o poder público e outros atores que, de alguma maneira formam opinião, lideram grupos e têm considerável representatividade social, de uma discussão sobre qualquer um dos aspectos do desenvolvimento.

Considerando este fato, serão sujeitos da pesquisa alguns atores governamentais do poder executivo, representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Itaguaí – ACIAPI, da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, líderes comunitários locais, empresários de pequeno porte empreendedores e empresários já estabelecidos no município, além de representantes das empresas de grande porte do entorno do Porto de Itaguaí. Para efeito de enquadramento quanto ao porte, foram considerados os valores de Receita Bruta anual definidos pela Lei nr. 11.196, de 2005, que são: receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 e inferior ou igual a R\$ 2.400.000,00 para as empresas de pequeno porte – EPP e superior a R\$ 48.000.000,00 para as empresas de grande porte.

A escolha dos entrevistados buscou um alinhamento com as pretensões da própria pesquisa. A seleção dos sujeitos da pesquisa será feita a partir da rede de contatos pessoais do entrevistador, bem como por indicação das entidades de classe do município, todos escolhidos a partir do critério da acessibilidade.

Dessa forma, foram definidos os entrevistados, em número de 14 (quatorze), distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 2 – Relação dos entrevistados

Órgão/Empresa	Função
Prefeitura Municipal de Itaguaí	Vice-Prefeito
Prefeitura Municipal de Itaguaí	Secretário de Desenv. Econômico
Prefeitura Municipal de Itaguaí	Subsecretário de Meio Ambiente
Honda – Recreio Motos de Itaguaí	Gerente
Juliano Telhas, Acabam. e Madeiras	Gerente
Marcelu's Car – Com. Veículos	Proprietário

Italínea Móveis Planejados	Gerente
Itaguaí Construções Navais – ICN	Engenheiro responsável
CPBS Vale S.A.	Diretoria de Relações Institucionais
Federação Regional Assoc. Moradores	Presidente
Assoc. Moradores Bairro Somel	Presidente
Assoc. Moradores e Amigos Vila Geni	Presidente
Assoc. Pesc. Lavrad. Ilha Madeira	Vice-Presidente
Assoc. Coml Indl e Agropastoril	Diretor

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 Procedimentos de Análise de Dados

A análise descritiva dos dados prevê que as entrevistas sejam gravadas e, posteriormente, transcritas a fim de garantir a fiel reprodução e interpretação do que foi externado pelos entrevistados sobre o tema. A partir da autorização expressa para gravação obtida junto aos 14 (quatorze) entrevistados relacionados no item 3.2, as informações foram captadas para uma melhor compreensão do conteúdo.

Como método principal da análise, optamos pela análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos. Segundo Bardin (2009), trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a conteúdos extremamente diversificados.

Nesse sentido, uma vez que as entrevistas semiestruturadas foram geradas a partir da definição das categorias descritas no Quadro 2 - Quadro Analítico-Sintético, da mesma forma as respostas dos entrevistados foram analisadas e agrupadas, salientando os aspectos em comum ou, de certa forma divergentes, passíveis de observação dentro de cada uma das categorias.

Para que as entrevistas pudessem seguir uma sequência em relação à categorias preestabelecidas, optou-se pela estruturação de um quadro analítico, conforme antes mencionado, a partir do qual foi elaborado um roteiro semiestruturado, que apresenta a dimensão e as categorias de análise, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Quadro Analítico-Sintético

DIMENSÃO	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS
Desenvolvimento Local e Territorial	Municipalidade	É uma entidade administrativa, composta por um território claramente delimitado e sua população.	O município tem autonomia fiscal ou depende de repasses da União? Os royalties do petróleo são investidos de que maneira? Existe uma política pública local de investimentos? Se existe, é atuante? A arrecadação retorna à comunidade na forma de investimentos?
	Aspectos da Governança	E a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um determinado local, visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.	Quem são e como agem os atores locais no sentido de buscar, orientar e coordenar o processo de desenvolvimento?
	Pensamento múltiplo	Busca e defesa de interesses comuns	É respeitado o pensamento múltiplo sobre o pensamento único? Especialização, desenvolvimento sustentável?
	Equidade social	Equivalência ou igualdade, imparcialidade, isenção, neutralidade, sem distinção.	O aumento da arrecadação municipal tem servido para combater o tráfico de drogas, a cooptação de menores de idade pelo tráfico de drogas, o alto índice de mortalidade por armas de fogo, a violência contra a mulher e a prostituição infantil?
	Desenvolvimento Educacional	Processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.	Há investimentos no município em formação/qualificação de mão de obra, escolas, creches, cursos técnicos, centros culturais, cursos universitários?
	Cooperação e Participação	Cooperar é operar, trabalhar juntos. A cooperação é essencialmente uma característica humana e está baseada na equidade de mérito para cada indivíduo. Participação é um dos 5 princípios da democracia. Deve ser uma oportunidade efetiva, acessível a todas as pessoas.	O entrevistado participa de entidades representativas, associações ou já foi chamado a cooperar com os entes públicos e a participar da solução de importantes questões da sociedade local?
	Elementos da Aprendizagem	Aprendizagem recíproca, capacidade de reproduzir um comportamento observado.	A comunidade tem ganhos de aprendizagem com este tipo de desenvolvimento?
	Sustentabilidade ambiental	Usufruir o que se tem sem comprometer as gerações futuras. Promover o melhor tanto para as pessoas como para o ambiente.	O processo de desenvolvimento local preserva ou melhora as condições ambientais locais? Quem são e como atuam os atores responsáveis pela sustentabilidade ambiental do município?
	Empreendedorismo	Processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.	A condição atual do município favorece a instalação de novos negócios? Quem são e como agem os atores responsáveis por facilitar o caminho do empreendedor? O que pensam a respeito do processo de desenvolvimento de Itaguaí os empreendedores que já atuam no local há mais de 5 anos?
Origem do Desenvolvimento	Exógeno ou Endógeno	O desenvolvimento local se dá a partir de iniciativas locais? As iniciativas de produção são baseadas na cultura local? Há empreendimentos econômicos e/ou culturais locais?	

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. PESQUISA DE CAMPO – O município de Itaguaí (RJ) e seu Desenvolvimento

Neste capítulo, será apresentado o município estudado nesta pesquisa. Em seguida, será feita a apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo através das entrevistas semiestruturadas, de acordo com as categorias de análise relacionadas no Quadro 2 do capítulo 3 do presente estudo. Após, serão analisados os dados obtidos, à luz da literatura revisada.

4.1 O Município de Itaguaí, no Rio de Janeiro

Segundo a publicação “Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro”, de 2011, editada pelo Tribunal de Contas do Estado, o desbravamento do atual território do município de Itaguaí data de meados do século XVII.

Dotado de terras férteis, Itaguaí desfrutou, até 1880, de fortes atividades rurais e comerciais, exportando cereais, café, farinha, açúcar e aguardente em grande escala.

O escritor Machado de Assis em sua obra “O Alienista”, de 1882, tornou conhecida a cidade de Itaguaí, onde retrata a história do Dr. Simão Bacamarte e do estudo da loucura.

Muito embora não tenhamos a pretensão de traçar um paralelo entre a narrativa de Machado de Assis e a realidade atual da região, é interessante mencionar que há aproximações entre ambos os contextos.

No livro, um personagem de reconhecida instrução formal e politicamente fortalecido consegue negociar com a Câmara Municipal de Itaguaí no sentido de dar forma aos seus projetos, obtendo mais apoio político e recursos financeiros para o empreendimento. Na ocasião, conta o autor, a título de curiosidade, foi criado um novo tipo de imposto à população local no intuito de lastrear os investimentos do protagonista, que, de maneira quase insana, passa a definir e a impor regras de comportamento à comunidade.

A matéria do imposto não foi fácil achá-la; tudo estava tributado em Itaguaí. Depois de longos estudos, assentou-se em permitir o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros. Quem quisesse emplumar os cavalos de um coche mortuário pagaria dois tostões à Câmara, repetindo-se tantas vezes esta quantia quantas fossem as horas decorridas entre a do falecimento e a da última bênção na sepultura (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 17.).

Devido ao descontentamento com o andamento da questão, teria havido uma rebelião no município, por meio da iniciativa e liderança de um “barbeiro” da cidade cujo apelido era “Canjica”, que ficou conhecida como a Revolta dos Canjicas. A força pública foi chamada, porém, não conseguiu desfazer o movimento. Mais tarde, outra rebelião partiu do povo, mas de outra liderança local, agora de um desafeto do líder da rebelião anterior.⁶

Enfim, a história é bastante crítica em relação à burocracia, aos desmandos, alianças, dominações, constrangimentos, criação de novos impostos para subsidiar investimentos questionáveis, força política, entre outras coisas. Nisso, quer-nos parecer que muito há em comum entre a Itaguaí da ficção de 1882 e a dos dias de hoje.

Da ficção ao mundo real, de acordo com os registros históricos do IBGE sobre os municípios brasileiros, com a abolição da escravatura houve considerável êxodo dos antigos escravos na região de Itaguaí, ocasionando terrível crise econômica. Esse fato, aliado à falta de transporte e à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações, periódicas ou permanentes. O abandono das terras provocou a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando-a. A partir de então, com o surgimento e a rápida expansão da malária, foi reduzida a população local, paralisando por várias décadas o desenvolvimento econômico da região.⁷

Daí, depreende-se que as características econômicas da região começaram a ser dissolvidas a partir do momento em que não mais se permitiu o trabalho escravo no Brasil, ponto marcante na história que evidenciou que crescimento em alta e desenvolvimento social em baixa eram vetores que, combinados, direcionavam o resultado do município em épocas passadas.

⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O Alienista*. São Paulo: FTD, 1994. Edição Escolar. Livro do Professor. Introdução de Aguinaldo José Gonçalves.

⁷ <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=330555&search=rio-de-janeiro%7Cseropedica%7Cinfograficos:-historico&lang= EN>

De acordo com publicação do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (2005)⁸, Itaguaí sentiu fortemente os impactos da abertura da Rodovia BR101, também conhecida como Rodovia Rio-Santos na década de 1970.

A instalação do terminal portuário da Petrobras em São Sebastião (SP), da estatal Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. e das usinas nucleares de ANGRA 1 e ANGRA 2, foram obras gigantescas que provocaram grandes mudanças sociais e econômicas na região.

Ainda na opinião do ICMBio, a partir de então as cidades da região receberam migrantes em grande quantidade, que iniciaram uma completa transformação nos padrões culturais e sociais das comunidades antes isoladas em suas próprias tradições. Surgem então dois novos padrões de ocupação: os condomínios de luxo dos veranistas e altos funcionários e as favelas dos pescadores expulsos de suas terras pelo capital turístico, empregados domésticos e operários.

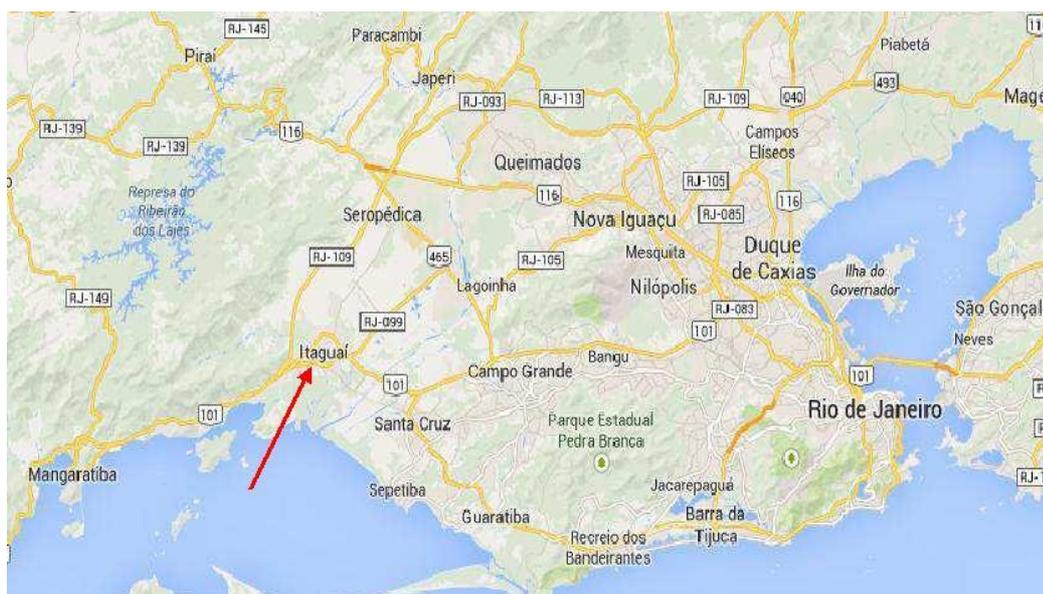
A ausência de planejamento governamental coincidiu com os interesses dos setores envolvidos na construção de uma nova realidade sem controle nem planejamento, à altura dos impactos urbanos, ambientais e sócio-culturais provocados por esta nova realidade, que propiciou um crescimento urbano desordenado da faixa litorânea e a degradação ambiental da região.

Após a construção da rodovia Rio/Santos ocorreu uma desenfreada especulação imobiliária e uma brutal valorização das terras à beira mar, com conflitos violentos pela posse da terra e expulsão dos caiçaras de suas posses, que foram viver nas periferias e ao longo da rodovia, proliferando as invasões para moradias em áreas de encostas e manguezais, de acordo com o Instituto Chico Mendes (ICMBio, 2005).

Em Julho de 1974, com a publicação da lei Complementar nr. 20, Itaguaí passou a integrar a região metropolitana do Rio de Janeiro, enquadramento este revertido em Julho de 2002, quando passou a fazer parte da Região da Costa Verde. Em Outubro do mesmo ano, Itaguaí voltou a integrar a região metropolitana, que abrange também os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (BUENO, 2007).

⁸<http://www.icmbio.gov.br/caicuru/quem-somos/nossa-historia.html?showall=1>, acessado em junho/2013.

Figura 3 – Mapa parcial dos municípios do estado do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.google.com.br>

Já em épocas atuais, como referência aos aspectos da governança analisados nessa pesquisa e pela representatividade que o assunto tem ao longo dos tempos na vida do município, são feitas a seguir algumas considerações sobre a vida pública, crimes políticos etc.

O 29º prefeito eleito Carlo Busatto Junior, do PMDB (prefeito do município vizinho Mangaratiba entre 1997 e 2004) governou Itaguaí de 2005 a 2012. Grande parte desse período amparado por liminares judiciais, visto que teve o mandato cassado por diversas vezes ao longo do tempo. Vale o registro de que, mesmo com liminares, cumpriu na íntegra os dois mandatos (8 anos). As acusações de fraude em licitação (seis vezes), crime de responsabilidade, corrupção passiva e formação de quadrilha foram as mais comuns, tendo integrado a Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, de acordo com o Ministério Público Federal/Procuradoria Regional da República da 2ª. Região.⁹

Segundo o Acórdão nr. 2 56.105, referente à Ação de Investigação Judicial Eleitoral nr. 9 18-04.2011.6.19.0000, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em 2010, o então prefeito “Charlinho” também foi condenado por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições daquele ano.

⁹ Disponível em <http://www.prr2.mpf.mp.br/noticias/sanguessuga-mpf-denuncia-quadrilha-com-prefeito-de-itagua-i-rj>. Acesso em abril/2014.

O 30º e atual prefeito eleito, Luciano Mota, do PSDB, cujo mandato iniciou-se em 2013, elegeu-se após uma aliança pouco comum, feita com a oposição, o PT. Até mesmo os menos politizados poderiam imaginar que ali se iniciava uma difícil relação. Realmente isso culminou com o rompimento político entre o prefeito (PSDB) e o vice-prefeito (PT), que têm poucas afinidades, defende formas diferentes de gestão e têm pontos de vista antagônicos a respeito do desenvolvimento do município.

De longa data, Itaguaí se caracteriza pelas brigas políticas, atentados e assassinatos de desafetos políticos. A publicação Carta Capital de 30.10.2012 lista o município como “um rastro de sangue e pólvora”, tendo sido palco de assassinatos políticos que caracterizaram a baixada fluminense desde a época do deputado Tenório Cavalcanti, nos anos 1950, em Duque de Caxias-RJ. Maiores detalhes são descritos no livro “Dos Barões ao Extermínio – Uma história da violência na Baixada Fluminense”, de 2013, escrito pelo professor José Cláudio de Souza Alves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Em 1990, o então prefeito municipal de Itaguaí foi assassinado, no exercício do mandato. No mesmo ano, um vereador também foi assassinado. No ano 2000, no dia anterior à posse na Câmara Municipal, outro vereador eleito foi assassinado, tendo sido este um marco claro de crime político. No ano de 2006, um ex-vereador sofreu um atentado, mas sobreviveu. Informações chegaram ao Disque-Denúncia no ano de 2011 e foram divulgadas pelo Jornal “O Dia”, na coluna Informe do Dia, assinada pelo colunista Fernando Molica, em dezembro/2011, dando conta de que tanto o prefeito da época Carlo Busatto Júnior, o “Charlinho”, quanto o vereador Jorge Luis da Silva Rocha que assumiria a presidência da Câmara no ano seguinte, seriam alvo de atentados, informando o local provável e a data.

Mas problemas de violência e corrupção não se resumem ao executivo e ao legislativo, o poder judiciário também teve seus dias conturbados em Itaguaí. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) decidiu aposentar compulsoriamente no ano de 2012 o juiz Rafael de Oliveira Fonseca, que foi denunciado em reportagem do jornal “O GLOBO”¹⁰. Ele era acusado, como juiz criminal de Itaguaí, de autorizar

¹⁰ <http://oglobo.globo.com/brasil/tj-do-rio-aposenta-juiz-suspeito-de-autorizar-escutas-ilegais-8083470#ixzz34tiVD1tr>

escutas ilegais, destruir o conteúdo das gravações, receber dinheiro para livrar milicianos da prisão e repassar a assessores armas, carros e outros bens apreendidos pela polícia.

As informações do parágrafo anterior referendam não só um passado conturbado mas também uma realidade atual bastante complexa em termos de instabilidade política e de fortes sinais de corrupção e coronelismo, o que dificulta ainda mais a descentralização do poder local e a participação e a cooperação da sociedade de Itaguaí no processo de crescimento, na busca do pleno desenvolvimento.

Muito provavelmente, essa busca pelo pleno desenvolvimento citada no parágrafo anterior deva ter como ponto de partida pelo menos duas das categorias descritas no Quadro 2 (Desenvolvimento Educacional e Elementos da Aprendizagem) e que serão melhor detalhadas na Apresentação dos Dados da Pesquisa de Campo.

Figura 4 – Fluxo Escolar (2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Nota-se que, na figura 4, em 2010, 2,45% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 14,06%. No mesmo ano, entre os jovens de 18 a 24 anos, 9,42% estavam cursando o ensino superior, 4,54% em 2000 e 2,28% em 1991.

Figura 5 – Frequência Escolar

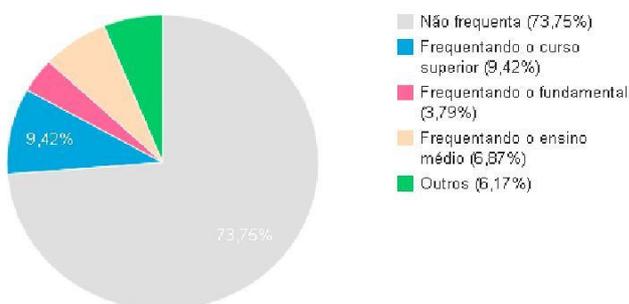
Frequência escolar de 6 a 14 anos - Itaguaí - RJ - 2010



Frequência escolar de 15 a 17 anos - Itaguaí - RJ - 2010



Frequência escolar de 18 a 24 anos - Itaguaí - RJ - 2010



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de 2010

Num contraponto à realidade apresentada até aqui cabe registrar que, segundo estudos da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os

investimentos programados para a região sul-fluminense do estado somente entre 2012 e 2014, giram em torno de R\$ 14,1 bilhões.

Nesse sentido, cabe o relato do Subsecretário de Meio Ambiente, no intuito de definir o movimento de crescimento que ocorre no município: “[...] Eu costumo dizer o seguinte, que nós temos duas cidades, a cidade de dentro e a de fora. A de dentro é pobre e a de fora é uma cidade rica, vamos dizer assim. Então são coisas antagônicas” (depoimento dado em entrevista para esta dissertação).

A cidade de fora a que o entrevistado se refere é a região do entorno do porto de Itaguaí, onde grandes empresas estão instaladas, e a cidade de dentro seria o restante do município.

Em complemento a estes dados e dando prosseguimento à discussão cabe, a partir daqui, mencionar fatores representativos do crescimento econômico obtidos, assim como na Educação, com base em dados secundários.

A evolução da arrecadação municipal no tempo, o Produto Interno Bruto de Itaguaí e os repasses governamentais, em comparação com o indicador oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para avaliar o Desenvolvimento Social do município, o IDH-M, também são demonstrados a seguir.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano do município de Itaguaí

Ano	Educação	Saúde	Renda	IDH-M
1991	0,291	0,652	0,595	0,483
2000	0,426	0,724	0,663	0,589
2010	0,638	0,814	0,703	0,715

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD Brasil – 1991, 2000 e 2010

De acordo com a metodologia de cálculo do índice, o IDH-Educação teve uma variação de 119,24%, no período de 1991 a 2010, tendo sido o item de maior representatividade na composição do resultado final do IDH-M.

4.1.1 Recursos transferidos pela União e pelo estado do RJ ao município x arrecadação municipal de tributos

Ainda segundo o TCERJ, o montante total transferido pela União e pelo estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 109% entre 2005 e 2010.

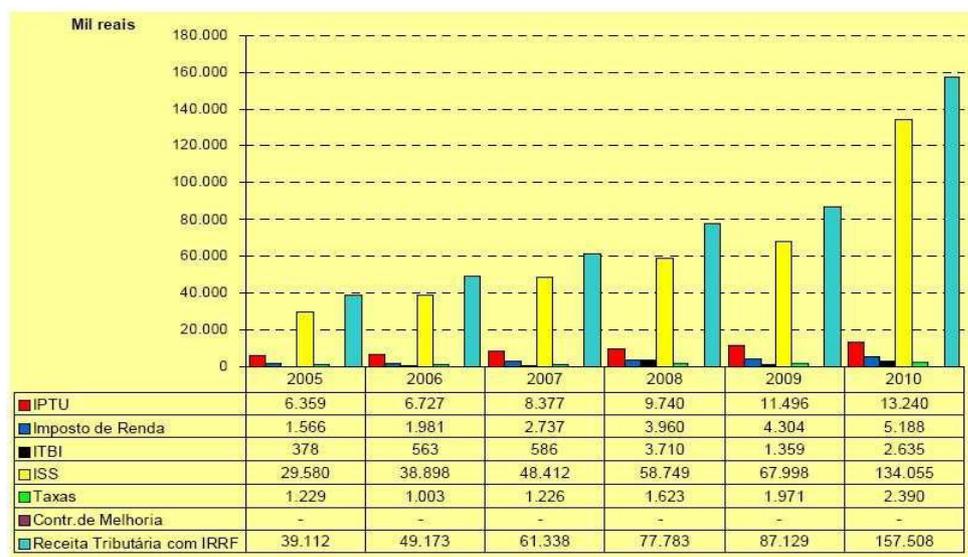
Figura 6 – Evolução dos repasses da União e do Estado (2005 – 2010)



Fonte: Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro

A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 303% no mesmo período, favorecida pelo aumento do número de empregados a serviço das empresas do entorno do Porto de Itaguaí, além dos tributos gerados pelos investimentos recebidos, principalmente grandes construções civis. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 353% na arrecadação de ISS. Também houve acréscimo de 108% na receita de IPTU, de 231% no Imposto de Renda retido na fonte, de 597% no ITBI e de 94% nas taxas, conforme o gráfico a seguir:

Figura 7 – Evolução da receita tributária (2005 – 2010)



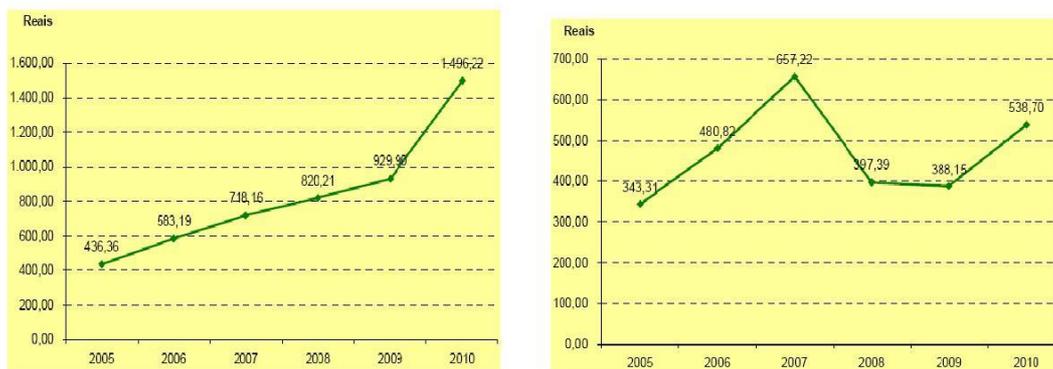
Fonte: Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro

4.1.2 A relação entre a arrecadação municipal e os investimentos do Executivo local

Outra informação relevante refere-se ao indicador que reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência do recolhimento de impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Segundo informações do tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro, ao longo do exercício de 2010, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente R\$ 1.496,00. Para que se possa demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão, vale informar que, em 2010, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 538,70 reais ou o equivalente a 36% do que contribuiu, em benefícios diretos e indiretos.

Figura 8 – Evolução da carga tributária per capita histórico e Investimentos per capita (2005 – 2010)



Fonte: Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro

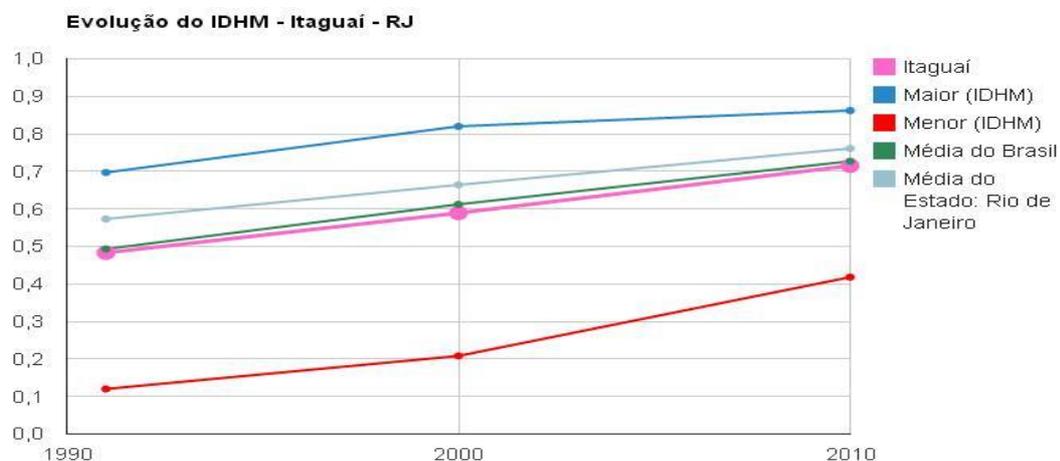
Este cálculo é resultado da relação entre o valor total pago em impostos e o valor total da rubrica orçamentária de investimentos realizados pela prefeitura municipal, considerando-se quantidade total de habitantes-contribuintes em Itaguaí, no mesmo período.

Tabela 4 - A relação entre o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano do Município e o PIB – Produto Interno Bruto (Itaguaí X 10 maiores IDHM do estado do RJ)

	10 municípios com maior IDH no Estado do RJ, em 2010	Indicador Social			Indicador Econômico		
		IDH-M		Var. %	PIB		Var. %
		2000	2010		2000	2010	
1º	Niterói	0,771	0,837	8,56	4.381.733.000	11.258.565.000	156,94
2º	Rio de Janeiro	0,716	0,799	11,59	76.730.775.000	190.017.531.000	147,64
3º	Rio das Ostras	0,620	0,773	24,68	1.348.680.000	6.128.903.000	354,44
4º	Volta Redonda	0,682	0,771	13,05	3.859.693.000	9.076.465.000	135,16
5º	Resende	0,660	0,768	16,36	1.705.986.000	6.417.158.000	276,15
6º	Maricá	0,637	0,765	20,09	375.543.000	1.641.357.000	337,06
7º	Macaé	0,665	0,764	14,89	1.872.298.000	11.169.477.000	496,56
8º	Iguaba Grande	0,626	0,761	21,56	78.143.000	239.092.000	205,97
9º	Mangaratiba	0,642	0,753	17,29	156.749.000	930.883.000	493,87
10º	Nilópolis	0,656	0,753	14,79	701.318.000	1.685.587.000	140,35
		Variação média IDH-M:		16,29%	Variação média do PIB:		274,41%
38º	Itaguaí	0,589	0,715	21,39%	1.017.259.000	4.283.923.000	321,12%

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br> e atlasbrasil.org.br. Elaborado pelo autor.

Figura 9 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD, IPEA e FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Tabela 4 – Comparativo variação do PIB de Itaguaí com o dos 10 maiores municípios (PIB) do estado do Rio de Janeiro 2000-2010

10 municípios com maior PIB no Estado do RJ, em 2010	Indicador Econômico		
	PIB		Var. %
	2000	2010	
Rio de Janeiro	76.730.775.000	190.017.531.000	147,64
Duque de Caxias	8.549.867.000	26.496.845.000	209,91
Campos dos Goytacazes	5.644.907.000	25.313.179.000	348,42
Macaé	1.872.298.000	11.169.477.000	496,56
Niterói	4.381.733.000	11.258.565.000	156,94
São Gonçalo	4.139.434.000	10.340.756.000	149,81
Angra dos Reis	1.143.735.000	10.176.448.000	789,76
Nova Iguaçu	3.996.084.000	9.496.660.000	137,65
Volta Redonda	3.859.693.000	9.076.465.000	135,16
Petrópolis	2.204.652.000	7.063.116.000	220,37
Varição média do PIB:			279,22%
Itaguaí	1.017.259.000	4.283.923.000	321,12%

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br> e atlasbrasil.org.br

Na classificação nacional do IDH-M de 2010, dentre os 5.565 municípios brasileiros, Itaguaí ocupa a 1,454ª posição. Já em relação aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, ocupa a 38ª posição.

O IDH de Itaguaí (0,715) referente ao ano de 2010, apesar de considerado “alto”, está abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro (0,761) e da média Brasil (0,726), apesar da variação média do IDH-M de 2000 a 2010 (21,39%) ter sido superior à variação média dos 10 maiores IDH-M do estado (16,29%), no mesmo período.

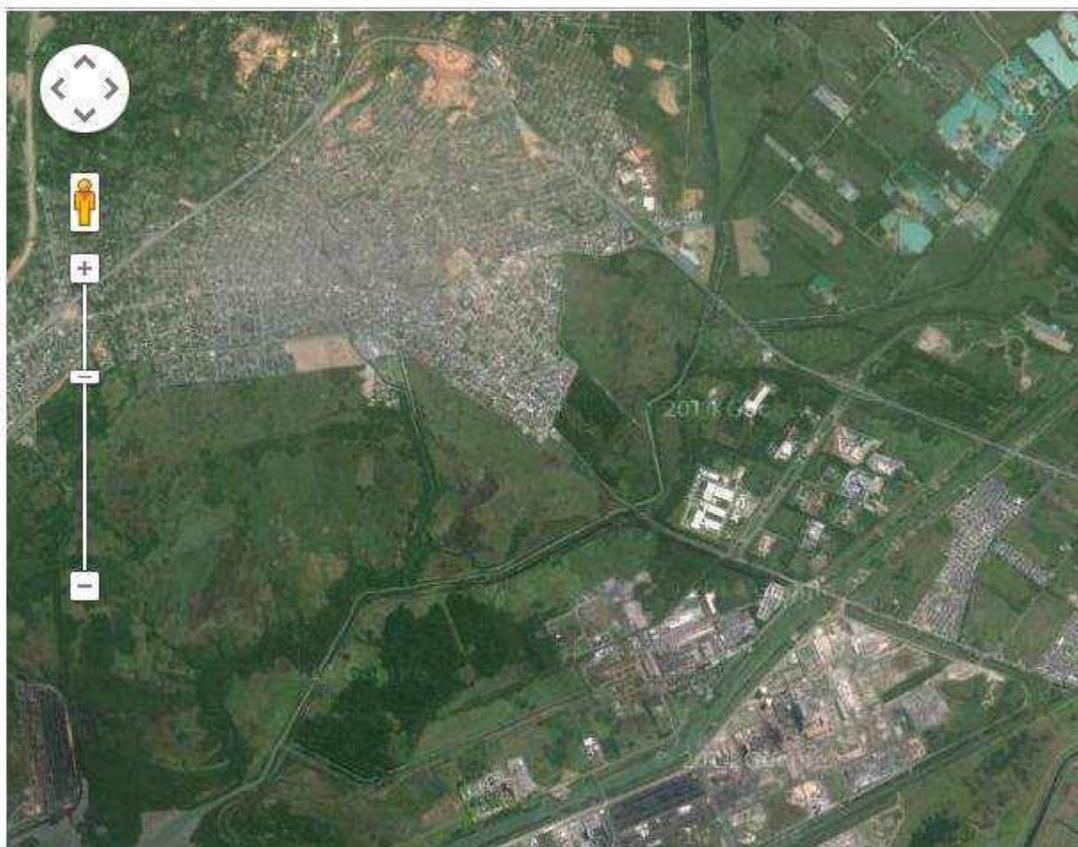
Em relação à variação do PIB de 2000 a 2010, Itaguaí teve um crescimento (321,12%) superior ao crescimento médio dos 10 maiores PIB do Estado do Rio de Janeiro (279,22%), assim como da média do PIB dos 10 maiores IDH-M do estado (274,41%), o que caracteriza o elevado crescimento econômico da região, superando claramente a evolução do índice representativo do desenvolvimento humano no município (IDH-M).

4.1.3 Itaguaí e o Meio Ambiente

Os problemas ambientais estão presentes no município há muitos anos. A contaminação da baía de Sepetiba por metais pesados da fábrica de zinco metálico operada pela falida Ingá Mercantil, a operacionalização dos Areais, a quase extinção da Ilha da Madeira para abrigar as obras do Porto Sudeste, as denúncias recentes de desvio de curso d’água, o assoreamento da baía e a extinção de manguezais em decorrência da dragagem do canal de acesso ao porto, dentre outros, são exemplos destes problemas.

As agressões ambientais ocorridas na Ilha da Madeira, em Itaguaí, e as consequências na vida dos pescadores do local são o tema central do documentário chamado “Território de sacrifício ao deus do capital: o caso da Ilha da Madeira”, produzido por pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que mostra como a vida dos moradores da ilha foi afetada com a chegada de grandes empreendimentos econômicos à região do Porto de Itaguaí.

Figura 12 – Vista aérea do município de Itaguaí (RJ) – Foto de satélite



Fonte: <http://www2.cidade-brasil.com.br/vista-satelite-itaguaui.html>.

Na opinião de Marcelo Bessa (2010), coordenador do projeto de pesquisa “A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos sócio ambientais – o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial INGÁ”, no caso da Ilha da Madeira, os moradores e pescadores foram coagidos pelo poder público a aceitar as indenizações e imposições das empresas. A invisibilidade e a falta de identidade são pontos mencionados pelos moradores da região para retratar a maneira como se sentem em relação à forma arbitrária com que as mudanças vêm sendo colocadas à comunidade local.

Ao final da década de 1990, a empresa INGÁ Mercantil abandonou, a céu aberto, três milhões de toneladas de rejeitos industriais altamente tóxicos (zinco, cádmio, arsênio, chumbo, ácido sulfúrico e diversos outros metais pesados). Foram contaminados o mar, a fauna e a flora da baía de Sepetiba, além do manguezal e o lençol freático da região.

Com as fortes chuvas de verão ocorridas na época, a barragem vazou e a água contaminada escoou para a Baía de Sepetiba, prejudicando a pesca artesanal e o turismo.

Na opinião da Secretaria de Meio Ambiente de Itaguaí, a questão principal era como descontaminar a área de 850mil m² e o destino a ser dado aos rejeitos tóxicos. Os efluentes que formam o lago tóxico ficaram a céu aberto sem qualquer controle ou monitoramento, de 1998 a setembro de 2007, quando houve uma negociação entre o síndico da massa falida da INGÁ Mercantil e o então governador do estado do Rio de Janeiro.

Na ocasião, foram diversas as ações civis públicas no sentido de minimizar de fato o problema.

Apenas em 2008, o terreno que foi considerado um dos maiores passivos ambientais do país, segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente do município de Itaguaí, foi adquirido em leilão pela empresa Usiminas.

Projetos da PUC-Rio e da Coppe/UFRJ foram desenvolvidos no sentido de instalar uma barreira hidráulica de contenção do fluxo do lençol freático, além do envelopamento dos resíduos tóxicos.

Segundo informações da Usiminas, a partir do ano de 2011, mais de R\$ 92 milhões começaram a ser investidos na recuperação ambiental da área contaminada.

Conforme publicação da Agência Brasil, pertencente à Empresa Brasileira de Comunicação (2011)¹¹, ainda de acordo com as estimativas da Usiminas, vem sendo feito um trabalho de envelopamento, que é a separação dos mais de 2 milhões de toneladas de rejeitos no local e o tratamento e renovação da água subterrânea, que também está contaminada. Ao que parece, segundo os técnicos envolvidos, a água terá que ser bombeada por cerca de 20 anos até a total eliminação dos produtos tóxicos.

¹¹ Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-04-26/recuperacao-ambiental-de-area-contaminada-pela-inga-mercantil-envolvera-mais-de-r-92-milhoes>. Acesso em julho/2014.

Figura 11 – Área contaminada pela Ingá Mercantil



Fonte: Google Earth, fevereiro 2014 e site www.vivaterra.org.br

Sofrida com o desgaste gerado pelo passivo da INGÁ ao longo de tanto tempo, a população local continua tentando dar visibilidade às suas preocupações e anseios diante da instalação de novos empreendimentos. No ano de 2012, por meio de um abaixo-assinado, efetivaram denúncia ao ministério público em relação ao licenciamento do Superporto Sudeste e às relações entre a MMX (Grupo EBX) e a Prefeitura de Itaguaí.

Os impactos negativos gerados pela instalação de um cais em local diferente ao que constava do projeto original, conforme apontado pela denúncia do Vice-Presidente da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, são lama, buracos, congestionamento, interdição de pista, explosões, indenizações não pagas, desafetação de áreas, alteração de itinerário dos meios de transporte público, supressão de área de manguezal e aquisição irregular de terrenos.

De forma absolutamente incompreensível, as obras do Porto Sudeste foram consideradas como de “Utilidade Pública” pela prefeitura municipal, de maneira a facilitar a realização do empreendimento. Outra questão é que ao ser solicitado pela comunidade o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto no artigo 67 da lei 2.608/07, a prefeitura negou-se a apresentar, dando indícios de que, mais uma vez, algo parecia estar errado na relação ente público e ente privado.

4.2 Apresentação dos Dados da Pesquisa de Campo

As informações seguintes estão organizadas de acordo com as categorias elencadas para investigação na pesquisa de campo, descritas no item 3.3 – Quadro 2. Ressaltamos que estas categorias foram obtidas a partir das características do modelo de Desenvolvimento Local abordado neste trabalho, de acordo com a revisão da literatura realizada.

4.2.1 Apresentação dos Entrevistados

Dos 14 entrevistados, 03 pertencem ao poder executivo municipal, 02 empresários de pequeno porte – novos empreendedores, 02 empresários de pequeno porte já estabelecidos no município, 02 representantes das empresas de grande porte do entorno do Porto de Itaguaí, 04 lideranças comunitárias e 01 entidade representativa.

Representantes do Poder Executivo do município

Entrevistado nr 1

Organização:	Prefeitura Municipal de Itaguaí
Função exercida:	Vice-Prefeito
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Pós-Graduado
Idade:	42 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 2

Organização:	Prefeitura Municipal de Itaguaí
Função exercida:	Secretário de Desenvolvimento Econômico
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Pós-Graduação em andamento
Idade:	58 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 3

Organização:	Prefeitura Municipal de Itaguaí
Função exercida:	Subsecretário de Meio Ambiente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	63 anos
Residente no município:	Sim

Empresários de pequeno porte – novos empreendedores

Entrevistado nr 4

Organização:	Honda – Recreio Motos Itaguaí
Função exercida:	Gerente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Superior em andamento
Idade:	43 anos
Residente no município:	Não

Entrevistado nr 5

Organização:	Juliano Telhas, Acabamentos e Madeiras
Função exercida:	Gerente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	33 anos
Residente no município:	Sim

Empresários de pequeno porte já estabelecidos na cidade

Entrevistado nr 6

Organização:	Comércio de veículos – Marcelu´s car
Função exercida:	Proprietário
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	42 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 7

Organização:	Móveis Planejados – Itálínea Casa e Cozinha
Função exercida:	Gerente
Sexo:	Feminino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	27 anos
Residente no município:	Sim

Representantes de empresas de grande porte do entorno do Porto de Itaguaí

Entrevistado nr 8

Organização:	Itaguaí Construções Navais – ICN
Função exercida:	Engenheiro Mecânico – Responsável
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Pós-Graduado
Idade:	39 anos
Residente no município:	Não

Entrevistado nr 9

Organização:	CPBS –Vale S.A.
Função exercida:	Diretoria de Relações Institucionais
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Pós-Graduado
Idade:	52 anos
Residente no município:	Não

Lideranças comunitárias, representantes da Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Itaguaí – ACIAPI e Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM

Entrevistado nr 10

Organização:	Feder. Reg. Assoc. Moradores Itaguaí-FRAMI
Função exercida:	Presidente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	63 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 11

Organização:	Assoc. Moradores Bairro SOMEL de Itaguaí
Função exercida:	Presidente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Fundamental completo
Idade:	59 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 12

Organização:	Assoc. Moradores e Amigos de Vila Geni
Função exercida:	Presidente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	73 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 13

Organização:	Assoc. Pescad. e Lavrad. Ilha Madeira-APLIM
Função exercida:	Vice-Presidente
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Ensino Médio completo
Idade:	44 anos
Residente no município:	Sim

Entrevistado nr 14

Organização:	Assoc. Coml, Indl. e Agrop-ACIAPI
Função exercida:	Diretor
Sexo:	Masculino
Grau de Instrução:	Superior completo
Idade:	55 anos

Residente no município: Sim

4.2.2 Apresentação dos Dados

4.2.2.1 A Municipalidade

Trata-se de uma entidade administrativa, composta por um território claramente delimitado e sua população.

Nas entrevistas realizadas, tendo como público-alvo diversos atores do município de Itaguaí, ficou evidente nas palavras daqueles que não integram o poder executivo local, um preocupante desconhecimento dos limites da cidade, suas fronteiras e responsabilidades, sejam estes limites geográficos ou políticos. Na comunidade, a desinformação a respeito de qual parte do crescimento cabe a qual ator, se ao município, ao estado ou à federação é ponto comum, contribuindo negativamente para o processo de esclarecimento de cada um e de desenvolvimento da região, causando certa confusão que é conveniente aos mandatários e, aparentemente, não percebida pelos entrevistados.

Na opinião do representante de uma das maiores empresas nacionais, instalada em Itaguaí, o desenvolvimento do município é “[...] bastante complicado, confuso, me parece que sem participação pública”, o que denota uma visão particular de que não há o reconhecimento do ator “município de Itaguaí” enquanto entidade participativa no processo de desenvolvimento.

O município apresenta diversos problemas bastante antigos, que são reconhecidos pelos representantes do poder público nas entrevistas, ainda que percebam que o tratamento que vem sendo dispensado não seja o melhor, como pode ser notado neste trecho da entrevista do Subsecretário de meio Ambiente:

“[...] Você sabe que toda cidade portuária se caracteriza exatamente por esses índices altíssimos na questão da violência, na questão da prostituição infantil, tráfico de drogas. Isso é muito característico das cidades portuárias. E a gente nota que houve um crescimento muito forte em Itaguaí. Eu acredito que as ações que nós temos hoje não são eficazes, elas não atingem realmente o objetivo. E complementa: “[...] Se a gente não agir rápido, daqui a pouco a coisa se enraíza e fica muito difícil”.

Da mesma forma, chama a atenção também a quase invisibilidade do ente público local quando da decisão dos investimentos pelo empresariado entrante, o que fica definido nas palavras do Subsecretário de Meio Ambiente:

“[...] Existem investimentos aqui em volta do porto, porque querendo ou não Itaguaí é uma cidade portuária. Então essas licenças da área ambiental não são de competência do município, quem licencia é o INEA, o próprio IBAMA às vezes, em algumas situações. Então o município fica órfão na questão de exigir alguma coisa, porque, queira ou não, o projeto vai sair independente de quem for o prefeito.

Fica claro na entrevista do representante da ICN – Itaguaí Construções Navais, que a prefeitura não participou das discussões sobre os investimentos e que, por este motivo, é possível afirmar que estes foram impostos ao município se considerado o ponto de vista do Desenvolvimento Local adotado nesta pesquisa. “[...] as negociações foram todas realizadas junto ao Governo Federal, tanto que a Marinha do Brasil tem uma *Golden Share*¹² na sociedade da ICN”.

Dessa maneira, fica evidente que a personificação jurídica e legal do município é, muitas vezes, desrespeitada, até desprezada por aqueles que vêm de fora, desqualificando o sentido da municipalidade para o qual propusemos chamar a atenção neste estudo.

A esse respeito, o Subsecretário de Meio Ambiente reiterou a desqualificação abordada no parágrafo anterior e relatou o despreparo do governo local:

“[...] O município não se preparou para receber esses investimentos. Esses investimentos, às vezes, não são muito divulgados, nós não ficamos sabendo com antecipação que vai haver X investimentos na área do porto, por exemplo. O que a gente vai fazer? Pra onde a gente vai crescer? A gente tinha que ter essas informações com mais intensidade para poder haver uma reação”.

¹² A definição do termo *Golden Share* no Direito Empresarial Brasileiro pode ser encontrada no artigo 17, § 7º da Lei das Sociedades Anônimas e basicamente é tratada como Ação de Classe Especial detida pelo poder público, principalmente utilizadas quando do desfazimento do controle acionário de empresa com participação estatal, de forma a manter-se o controle desta empresa sem necessariamente haver a titularidade de mais de 50% das ações.

Em relação ao exercício da municipalidade, o mesmo entrevistado relatou as dificuldades de se investir em infraestrutura com recursos da própria prefeitura:

“[...] Olha, na realidade, hoje nós temos uma folha de pagamento batendo lá na casa de 45% da arrecadação. E aí nós temos que transferir também mais 6% da Câmara Municipal. Então sobra-se pouco para a questão de investimento, porque aí você tem a área educacional, que também é bastante numerosa, temos a área de saúde, isso também absorve bastante recurso. Então, na questão de investimentos, a gente fica meio dependente do governo federal, do governo do Estado.”.

No entanto, vale lembrar que a gestão atual já teve tempo suficiente desde a posse em janeiro/2013 para rever seus planos de dispêndios e de investimentos e que a prefeitura é o maior empregador do município chegando a, aproximadamente, 6000 funcionários, o que consome grande parte da arrecadação de tributos e dos repasses governamentais.

É importante registrar aqui, mais uma vez de forma crítica, que a causa do inchaço da máquina administrativa que consome grande parte dos recursos do município não reflete, a nosso ver, alternativa de distribuição de renda, mas sim, a incapacidade de um ente público em ajustar a sua própria estrutura e buscar alternativas de investimento que privilegiem a mão de obra local. Parece-nos, por este motivo, um aglomerado de simpatizantes que atuam como cabos eleitorais, permanentemente, à disposição do executivo.

4.2.2.2 Aspectos da Governança

Governança é entendida, neste estudo, como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um determinado local, visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.

Neste estudo, assim como deveria ser também em todos os campos da vida social, a governança exerce papel preponderante pela forma como o poder é exercido na administração dos mais variados recursos. Foram de fácil identificação nas entrevistas os aspectos falhos na administração pelo poder executivo local.

Vale registrar que a má governança do executivo foi reconhecida inclusive pelos entrevistados que o integram, vice-prefeito e subsecretário do meio ambiente.

O crescimento desordenado, principalmente pela falta de uma política pública de governança foi expresso pelo representante da Secretaria de Meio Ambiente, da seguinte maneira:

“[...] o município não se preparou com relação a esse crescimento, que na verdade é um crescimento desordenado, na questão urbana, no saneamento básico, que hoje, por exemplo, nós não temos um metro de esgoto tratado, na questão do abastecimento de água, na questão do transporte, da mobilidade urbana”.

Da mesma forma, o representante de uma das empresas de grande porte, a ICN, vê o desenvolvimento de Itaguaí como “[...] pequeno e desordenado”.

Pequenos empresários entrevistados compartilham desse mesmo entendimento. Opinião desacreditada também vem dos representantes das grandes empresas do entorno do porto de Itaguaí, cujas negociações para a instalação foram realizadas a nível federal. Entretanto, pudemos observar que estes mesmos representantes que outrora desprezaram a negociação local, hoje fazem duras críticas à prefeitura de Itaguaí por não fornecer condições adequadas de infraestrutura, de qualificação da mão de obra local, dentre outras coisas.

Quando questionado a respeito da participação na discussão do Plano Diretor do município, o presidente da Associação dos Moradores do bairro Somel manifestou a seguinte opinião:

“[...] Eu já fiz parte do plano diretor e o que é colocado dentro do plano diretor nunca bate com o decorrer do ano da vida da gente. Geralmente sai tudo diferente. Eles falam uma coisa, apresentam uma coisa, e na prática, no dia a dia, é outra totalmente diferente que a gente vê”.

Percebe-se que a estrutura já existente, vinda da própria comunidade, não é aproveitada, sob pena de que os interesses maiores sejam prejudicados pela intervenção popular.

Interessante é a percepção de que, mesmo entre situação e oposição as opiniões dos entrevistados se alinham. Nas palavras do vice-prefeito duras críticas são feitas ao modelo atual:

“[...] O plano diretor fica a cargo da Secretaria de Planejamento. Isso não está sendo discutido dentro da Secretaria de Planejamento. Isso também é uma crítica do próprio secretário de planejamento, que hoje limita-se a conduzir o programa Minha Casa, Minha Vida. Não vejo, infelizmente, uma vontade política para que haja um plano diretor que atenda realmente as necessidades que o município tem, e as necessidades que vão surgir em face do crescimento que está por vir”.

Em complemento, as palavras do presidente da Associação de Moradores do bairro Somel, intervêm de forma negativa a respeito da política local de Itaguaí:

“[...] A política atrapalha muito. No meu entender dificilmente a política vem pra ajudar, a política praticamente só atrapalha. Você não vê uma política dentro do município que foi construtiva. No bairro que eu moro e que tento fazer alguma coisa por ele, só foi destruição. Não tem nada que venha dizer: a Prefeitura trouxe isso pra dentro do bairro que está dando bons frutos. Não tem uma escola que tenha um aluno que saiba ler uma cartilha direito, que saiba fazer uma redação direito”.

Muito embora o diretor da Associação Comercial tenha informado que a maioria das grandes empresas instaladas em Itaguaí integram o quadro da ACIAPI, revelou que quase não há participação, uma vez que “[...] a vinda dessas empresas pouco tenha relação com o município, mais nas esferas do estado e do governo federal”. Esse depoimento ratifica falas anteriores que dão conta, também, da pouca ou quase nenhuma participação do poder público local no processo de chegada desses investimentos na região, o que fortalece a ideia de que a governança não é um ponto que conte a favor do município de Itaguaí”.

4.2.2.3 O Pensamento Múltiplo

O Pensamento Múltiplo é um conceito que, nesta pesquisa, deve ser definido como a busca e a defesa de interesses comuns. O prevalecimento daquilo que interessa à comunidade como um todo no que diz respeito às categorias definidas neste estudo, como educação, governança, participação etc, em detrimento de objetivos e interesses claramente particulares, pontuais, que beneficiam apenas uma minoria e acaba por alimentá-la de mais poder, aumentando a desigualdade e as questões centrais que fazem a diferença entre o crescimento e o desenvolvimento.

Importante registrar que este item ficou evidente no trabalho que vem sendo desenvolvido pelas associações de moradores entrevistadas, assim como pela federação regional que as coordena. Muito relevantes, também, neste sentido, são as ações implementadas pela Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, no sentido de buscar nova qualificação para os pescadores e lavradores, incentivando o turismo como mecanismo de compensação à perda do espaço dos pescadores artesanais no mercado de trabalho.

O poder dos empreendimentos, a força do global perante o local, desprezou qualquer possibilidade de pensamento múltiplo. Sobre a instalação do Porto Sudeste, o vice-presidente da APLIM assim se manifestou:

“[...] a gente vê os abandonos que essa comunidade sofreu, não respeita horário, bate estaca a qualquer hora, explosões a qualquer hora, caminhões passando sem respeito nenhum à comunidade. E os vereadores e o poder público fechavam os olhos, ignoravam. Quando implodiram o túnel e caiu pedra na casa das pessoas, quebrou muro, quebrou tudo, o pessoal registrou queixa e levou ao ministério público e o MP ia avaliar se o processo teria seguimento”.

O tema é absolutamente importante, como relata o Entrevistado nr. 1, Vice-Prefeito: “[...] Hoje aqui nós temos a milícia tomando conta do transporte alternativo e se instalando em alguns bairros, cobrando mensalidade de comerciantes, vendendo gás. Isso está em Itaguaí. E pra piorar, nós temos aqui em Itaguaí as facções 3º Comando, Comando Vermelho e ADA se expandindo”. Em complemento, a opinião do Subsecretário de meio Ambiente ratifica a necessidade de que o município de Itaguaí seja repensado na intenção de favorecer a comunidade como um todo: “[...] As comunidades no Rio de Janeiro estão pacificadas, então eles procuram locais onde não há essa intensa fiscalização do poder público. Então a gente tem conhecimento hoje, por exemplo, no bairro do Chaperó já começa a surgir guetos de milícia. Então isso é muito ruim”.

Ficou evidente, também, a ausência de planejamento público no sentido de privilegiar a comunidade local enquanto os investimentos públicos e privados vão acontecendo no município.

Nesse sentido, é do conhecimento da comunidade que o município tem tido ganhos financeiros crescentes com a instalação dos novos empreendimentos

inclusive como resultado do início das suas atividades pela geração de impostos etc. E a questão se complementa a partir do momento em que não é percebida a aplicação e a distribuição desses recursos de forma igualitária. Na opinião de um dos entrevistados, líder comunitário do bairro Somel, “[...] Hoje em dia dizem que a Prefeitura arrecada 470 e poucos milhões. E eles nunca têm verba na Prefeitura pra se fazer alguma coisa de infraestrutura boa dentro do bairro”.

Outro ponto que define a inexistência de pensamento múltiplo por parte da prefeitura municipal, é o fato de que ela não possibilita a interlocução com as associações de moradores, o que é um desperdício da força local que atua, de fato, no centro da comunidade. Exemplificando, no bairro Somel, a associação trocou com a prefeitura a área onde estava instalada por uma outra onde foi construída uma nova sede com escola/creche para a comunidade. Ocorre que as chaves do novo prédio nunca foram entregues à associação de moradores, apesar da existência do acordo, atas, estatuto etc, trazendo prejuízos aos moradores. Isso demonstra, nas palavras do presidente da associação, a intenção de enfraquecer e até desqualificar a importância que a associação tem no bairro.

Assunto comum em todos os discursos, a chamada “contrapartida” se confunde com as exigências do Estudo de Impacto de Vizinhança, obrigatório nos empreendimentos em que há desapropriações, explosões rochosas e alterações radicais no modo de vida da comunidade. Nesse sentido, é importante mencionar a declaração do representante da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, que critica também o tipo de investimento a ser feito, bem como o valor atribuído a ele, assim como a fiscalização quanto ao efetivo cumprimento: “[...] A escola já construiu, o posto usou uma área que era uma escola e reformou o posto e revitalização da orla. E voltou com um outdoor bem grande pra gente: estou melhorando a condição de vida da comunidade. Só na orla ela colocou um outdoor dizendo que eram 17 milhões que ela estava investindo aqui”.

“[...] Só que eu entendo que melhorar minha condição de vida é dar coisas que a Ilha da Madeira não tinha, e passar a ter. A prioridade que eu vejo aqui, como em qualquer lugar, seria o saneamento básico. O esgoto hoje é jogado in natura no mar, como no Rio de Janeiro todo. Agora, de restante, eu não vi melhorar nada. Trocar uma calçada, que já existia calçada, você destruir e botar esses tijolinhos, e dizer que está melhorando minha condição de vida, eu acho isso um absurdo”.

4.2.2.4 A Equidade Social

A equidade social, para este estudo, representa a equivalência ou igualdade, a imparcialidade, a isenção, a neutralidade, sem qualquer distinção.

A indicação pelos entrevistados de que há dois municípios em Itaguaí, um de “dentro” e outro de “fora”, denota a rachadura social existente entre o entorno do porto de Itaguaí, onde estão as grandes empresas e as demais áreas do município.

Há denúncias de desvio do curso d’água, preterindo o abastecimento de bairros residenciais em favor do abastecimento da área ocupada por estas grandes empresas.

Em relação à igualdade de oportunidades, comum também nas entrevistas foi o desconforto pelo fato de que há apenas um Centro de Formação Técnica no município, cuja construção teria sido financiada por uma grande empresa siderúrgica multinacional, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, que costuma indicar os estudantes que irão ingressar no CEFET, para posterior absorção da mão de obra, deixando poucas vagas a serem disputadas por centenas de alunos da rede pública de Itaguaí.

A fala da Gerente da Itálínea retrata não só descontentamento com a forma como as coisas vêm sendo feitas, mas também com o favorecimento de uns poucos em detrimento de muitos outros, ampliando a desigualdade: “[...] O pouco que foi feito na cidade foi feito com interesse próprio. Empresas próprias que fizeram asfalto pra ganhar em cima. As empresas que tinham dentro da Prefeitura não eram de terceiros, e sim do próprio prefeito, das pessoas que estão à volta dele, pra ter renda em cima disso”.

A contrapartida de algumas empresas ao município passa pela oferta de empregos de baixa qualificação e de futuro incerto aos moradores da região, como é o caso da LLX, empresa de logística para a exportação de minério de ferro, cuja proposta contemplou um serviço de reciclagem de lixo na Ilha da Madeira. A esse respeito, o entrevistado presidente da Federação regional das Associações de Moradores foi enfático: “[...] Eu tenho filho, neto, não quero que seja lixeiro. Isso é um direito que me assiste, e isso é um direito que assiste a população toda”.

Exemplo claro do tratamento desigual dispensado na contratação de mão de obra nos grandes empreendimentos foi demonstrada na contradição das palavras do representante da empresa de grande porte do segmento naval entrevistada. Ao informar

que sua empresa tem hoje em torno de 1000 funcionários, afirmou que grande parte deles reside em Itaguaí. Entretanto, num outro momento, informou: “[...] Acredito que, em torno de umas 150 pessoas sejam moradoras de Itaguaí”. De forma simples, concluímos que a empresa contratou em torno de 15% de todo o seu pessoal, de pessoas residentes no próprio município, o que não é, nem de longe, a maior parte dos seus profissionais como havia informado inicialmente.

Uma das empresas de grande porte localizadas no entorno do porto de Itaguaí, o representante da CPBS-Vale relatou o seguinte com relação à desigualdade social de Itaguaí. “[...] procuramos alocar como trainees na planta de Itaguaí, moradores da região mas, de fato, a baixa qualificação da mão de obra local faz com que sejam aproveitadas, em maior número, pessoas de fora”. Na mesma ocasião, o entrevistado informou que poucos funcionários da planta de Itaguaí residem no município e que, por este motivo, dispõe de uma frota terceirizada de veículos que facilita o deslocamento dos trabalhadores de outros pontos do estado até Itaguaí, o que reforça, mais uma vez, a pouca geração de empregos junto à comunidade local.

Segundo o presidente da Federação Regional das Associações de Moradores, as grandes empresas estão trazendo trabalhadores de Minas Gerais e Bahia para trabalhar em Itaguaí. O motivo para tal, segundo ele, é que “[...] desprezamos os nossos trabalhadores de Itaguaí, está desvalorizando, porque nós temos uma Câmara de vereadores que não se move quanto ao trabalhador. E muito menos a prefeitura”.

A esse respeito, o vice-presidente da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira expressa sua preocupação com o legado futuro que esses empreendimentos deixarão para a cidade de Itaguaí da seguinte forma:

“[...] O prejuízo nós vamos ver quando o último desses empreendimentos acabar. Porque como você traz gente de fora, num período tão longo como esse, essas pessoas criam raízes, tem mulher, filhos, ou trazem de outras localidades. E quando as obras acabarem é onde vem as favelizações, é uma coisa que vai deixar de legado para Itaguaí. Quando você contrata pessoas que já residem em municípios próximos ou no próprio município, não aconteceria isso, porque ele já está aqui. Agora, quando o cara vem de longe, o que ocorre é justamente isso”.

Infraestrutura, educação, emprego e renda. Uma vez que todos deveriam ter as mesmas oportunidades, pelo menos no que diz respeito às condições mínimas de

sobrevivência cabe registrar também, em complemento, que a presença de grandes empresas em Itaguaí, com a obrigatoriedade legal de possuírem refeitórios em suas instalações, para o atendimento de seus empregados, geram grande quantidade de sobras e restos de alimentos, diariamente:

“[...] Eu recebia comida de uma empresa particular terceirizada da NUCLEP, eles mandavam comida. Se você visse a fila das pessoas que recebiam essa comida, a gratidão que eles recebiam essa comida, cortaram. Foi uma grande pena. Cortaram para jogar fora. Então por aí você vê quantas pessoas passam fome, praticamente. O município em si nem sonha que dentro de um bairro, dentro do município tem pessoas passando fome, desempregadas”.

Até pouco tempo, contrariando o decreto-lei nr. 2.840, de 1940¹³, que impede a doação das sobras de comida para pessoas ou instituições, uma vez que os responsabiliza no caso de uma pessoa passar mal com o alimento doado, a prática se mantinha, até que vistorias de fiscalização começaram a ser realizadas frequentemente e a prática abortada em definitivo, o que explica a descontinuidade do apoio que diversos moradores recebiam anteriormente.

4.2.2.5 O Desenvolvimento Educacional

O desenvolvimento educacional é tratado, neste trabalho, como sendo o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo. Os representantes das empresas de grande porte entrevistados foram claros ao observar que não há condições de treinamento e desenvolvimento educacional em Itaguaí. Quanto aos empresários de pequeno porte, quase todos moradores do município, para quem a dificuldade também se faz presente, a mão de obra de que necessitam é normalmente qualificada no âmbito da própria empresa, em sua maioria, dos ramos de comércio e serviços.

A pouca oferta de cursos técnicos e a inexistência de um estabelecimento de ensino superior no município são apontadas como responsáveis pela baixa empregabilidade dos profissionais locais.

¹³ FERNANDES e ROLLI, 2001.

Ao ser questionado acerca da inexistência de uma universidade em Itaguaí, o vice-prefeito teceu os seguintes comentários, que enaltecem o caráter político de uma decisão desse tipo, muitas vezes em detrimento dos interesses da comunidade como um todo:

“[...] Para você ter uma ideia, Itaguaí não tem faculdade. Então, o cara terminou o segundo grau, vai fazer o que? Vai fazer uma faculdade. Mas se passar no vestibular, vai estudar no Rio. Pra você estudar no Rio você tem que ter transporte da cidade pro Rio, e tem que ter transporte pra quando você chegar de noite da rodoviária até o seu bairro, e aqui em Itaguaí nós não temos transporte depois das 21h pra interligar os bairros. Então nós temos que trazer faculdades pra cá. Eu, particularmente, atendi 3 faculdades aqui. Fiz algumas reuniões com representantes dessas faculdades, encaminhei-os para o gabinete do prefeito e para a Secretaria de Educação. A última informação que eu tive, porque era desejo das faculdades se instalar aqui, é que eles não conseguiram entrar em consenso com a prefeitura”.

Já para o Secretário de Desenvolvimento Econômico, a questão do desenvolvimento educacional no município está alçando vôos promissores:

“[...] O governo de Itaguaí formalizou um convênio com a CSA e viabilizou a criação da escolinha do SENAI, ali em Santa Cruz, que está funcionando, já formou diversas turmas. Eu teria que ver estatísticas para te fornecer, mas ainda não tive tempo. Mas eu tive dando uma olhada no processo e vi que está sim. Ainda não vi como é feito o processo seletivo”.

Ponto de vista contrário tem o presidente da Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí, em cuja fala demonstra as suas críticas ao processo existente: “[...] Sabe o que eles fazem? Eles fazem escola técnica pra eles. Mas você só é aproveitado pra eles”. Quanto ao processo seletivo e às mesmas oportunidades de acesso, outro líder comunitário afirma: “[...] O pessoal aqui da comunidade mesmo são pouco aproveitados”.

Importante esclarecer que as empresas investidoras nas unidades de formação de mão de obra técnica do município, a exemplo do SENAI, que teve parceiros privados como a CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico na sua construção parecem ter o objetivo claro de direcionar a formação dos jovens às suas próprias necessidades, não necessariamente ao mercado local como um todo, e longe de qualquer possibilidade de pensamento múltiplo que venha a se sobrepor aos interesses do capital.

Para o Vice-Prefeito municipal, a opinião não é diferente:

“[...] A minha impressão é a seguinte, tirando a FAETEC, que se instalou aqui em Itaguaí há cerca de um ano e meio, são poucas turmas também. Se eu disser pra você que são menos de 50 alunos de Itaguaí que estudam lá eu não vou estar mentindo. Nós temos 22.000 alunos na rede pública, mas temos 50 lá na FAETEC. É bom? É, vai formar 50. Mas 50? Tem que haver cursos de qualificação”.

O mesmo ponto de vista é compartilhado pelo líder comunitário, presidente da Federação Regional das Associações de Moradores: “[...] Eu tenho um garoto de 17 anos que está no terceiro ano da ETERJ. Tentei colocá-lo no SENAI e foi um problema sério para jovem aprendiz, era se eu não me engano da Odebrecht. Chegamos lá, eram centenas de jovens de Nova Iguaçu, Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, pra se inscrever e fazer o curso”.

O representante da ICN – Itaguaí Construções Navais opina que há uma dificuldade muito grande em encontrar, em Itaguaí, mão de obra técnica qualificada em número suficiente para atender à demanda. Por isso, informa estar sempre em contato com o SENAI no sentido de verificar o que pode aproveitar de lá mas, por sua vez, entendemos que não investe diretamente na formação da mão de obra local.

Uma mistura de perseverança com empreendedorismo, desenvolvimento educacional, sentido de equidade social, cooperação e participação, com olhos atentos à sustentabilidade, é o exemplo positivo demonstrado na fala do vice-presidente da APLIM, que representa a Ilha da Madeira, local fortemente atingido pelos efeitos negativos dos investimentos industriais e que teve suas características locais completamente desconfiguradas nos últimos tempos:

“[...] Nós transformamos 30 pescadores... nós conseguimos curso para capacitar o pessoal, até porque nós tínhamos pescadores que há mais de 20 anos não estudavam, e competir de igual pra igual numa prova não daria. [...] Isso para moço de convés. [...] Então nós batalhamos pra fazer esse curso pra quando a Marinha precisar de rebocadores ou a MMX, nós teríamos gente qualificada dentro da Ilha da Madeira pra trabalhar com eles”.

Numa demonstração das discrepâncias surgidas por ocasião das entrevistas, numa opinião completamente antagônica a de todos os demais entrevistados, o

Secretário de Desenvolvimento Econômico, registra em sua fala que o compromisso do município para com a comunidade vem sendo cumprido:

“[...] fora os cursos de qualificação, requalificação, a Secretaria de Portos está trabalhando no PLANATEC, Plano Nacional de Qualificação Técnica, está abrindo muitas vagas para a qualificação da população de Itaguaí No passado eu fui presidente do Conselho de Emprego e Renda por dois mandatos, e no primeiro mandato já qualificamos 850. No segundo mandato, 530. Então nós vamos trabalhar em cima disso de novo esse ano”.

Cabe reforçar que esta opinião foi contestada por todos os demais entrevistados, os quais afirmaram que não há um compromisso da prefeitura com a qualificação dos jovens do município.

4.2.2.6 A Cooperação e a Participação

Cooperar é operar, trabalhar juntos. Cooperação está baseada na equidade de mérito para cada indivíduo. A participação deve ser uma oportunidade efetiva, acessível a todas as pessoas.

Assim, foi possível captar, também, que a participação dos representantes das associações de moradores, com suas demandas, foi evitada nas discussões oficiais realizadas no município por meio da criação em paralelo de conselhos comunitários, que eram compostos em sua maioria por funcionários da própria prefeitura e não por representantes da comunidade.

A questão da ausência de participação e cooperação fica evidente no depoimento de diversos atores, seja a respeito da atuação das Associações de Moradores, Conselhos Comunitários e, até mesmo, por conta do Plano Diretor do município. Nas palavras do presidente da Associação dos Moradores da Vila Geni, “[...] Desde o governo passado, o ex-prefeito não gostava de associações, tanto é que ele fundou os conselhos... Para realmente debater com as associações, porque ele era contra as associações, como é até hoje. Diversas pessoas desses conselhos comunitários devem ser do rol dele. Isso foi justamente para confrontar com as associações”.

Por outro lado, é importante entender se existe a busca pela participação e, dessa forma, questionamos a Federação Regional das Associações de Moradores que se pronunciou francamente alegando que:

“[...] eles (prefeitura) tentam sempre dar um jeitinho, driblar as coisas e botar você fora. Como nós tivemos agora aí semana passada, conferência da defesa civil, no restaurante Cochicho, e nós fomos avisados 9 horas da noite, porque era pra gente não ir mesmo. Chegamos lá tinham 50, todos funcionários da Prefeitura. Você explica isso? Não dá para entender”.

Com isso, o resultado é o descrédito da população em relação à participação nas decisões, conforme relata o presidente da Associação dos Moradores do bairro Somel, “[...] A gente chama as pessoas, procura botar as pessoas a par do dia a dia, das coisas que acontecem, só que as pessoas são desacreditadas de tantas coisas que acontecem de errado e eles não vem, acabam não vindo.”

Da mesma forma e pela maneira como chegaram ao município, fica claro o descompromisso das grandes empresas com a prefeitura municipal, na elaboração de políticas públicas, resultando em baixo nível de cooperação e participação, o que pode ser percebido nas palavras do Vice-Prefeito:

“[...] hoje nós somos a cidade que mais morre gente entre os 18 e os 25 anos por arma de fogo. Primeiro por causa da falta de um plano de ação efetivo entre a Prefeitura, entre o Estado junto com o Ministério Público, delegacia, entidades que atuam na cidade, no sentido de sentar. Olha, vamos combater, vamos melhorar as condições. Não adianta você falar que tem tráfico lá no bairro se lá não tem nem iluminação pública”.

Na fala do representante de uma das grandes empresas da área do porto ficou evidente que, em momento algum houve qualquer tipo de negociação com o poder público local no sentido de buscar a qualificação dos moradores ou da oferta de uma contrapartida em investimentos no município, que não tenha partido da própria empresa, sem a interveniência do município, portanto.

Percebe-se que as poucas contrapartidas, quando ocorreram, foram fruto de um EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, cujas empresas são obrigadas a apresentar ao INEA – Instituto Estadual do Ambiente para a obtenção da Licença Ambiental, e cuja realização e baixa qualidade têm sido amplamente questionadas pela APLIM -

Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, também entrevistada, quando alega que essas poucas empresas fizeram apenas uma maquiagem naquilo que já existia, sem sequer buscar a participação da comunidade na definição das prioridades de investimento.

A fraca adesão dos entrevistados a associações de classe e entidades representativas foi percebida nas entrevistas como reflexo da falta de confiança da comunidade nestes atores, o que foi negado pelo representante da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril – ACIAPI, “[...] hoje temos uma adesão muito representativa de associados, bastante participativos nos nossos encontros, o que representa a percepção da credibilidade do trabalho da Associação”. Vale acrescentar aqui, que há diretores da ACIAPI atuando como Secretários Municipais junto à prefeitura. Talvez daí surja a dificuldade da comunidade em não vincular o trabalho da Associação com interesses políticos locais.

Mencionado nas entrevistas como fundamental na busca do desenvolvimento territorial, o Plano Diretor foi reconhecido somente por 2 dos entrevistados que fazem parte do poder executivo e 01 que representa a Federação das Associações de Moradores de Itaguaí. Todos os demais informaram que jamais viram ou souberam algo a respeito.

Ponto negativo para as tentativas de formação e sustentação de capital social, conforme relato do Vice-Prefeito: “[...] as associações de moradores não são ouvidas... Eu digo isso porque recebo em meu gabinete pessoas desses segmentos solicitando ajuda, pedindo uma participação mais efetiva. Porque eles que estão lá no bairro, eles que levantam essas informações, mas quando chegam na Prefeitura as suas demandas não encontram eco”.

Enfim, nas palavras dos entrevistados que são empresários de pequeno porte, não há abertura para cooperação ou participação nas decisões locais. Já para os empresários de grande porte, acrescenta-se a isto o fato de que não parece haver interesse em cooperar ou participar das decisões. Os representantes das Associações de Moradores e Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, são bastante críticos em termos de serem costumeiramente excluídos das discussões e de terem desprezada a sua representatividade. Já a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril não é muito clara nas suas palavras sobre a forma como atua em benefício da comunidade em geral. Entre os próprios representantes do poder executivo, percebe-

se que a cooperação e a participação são reconhecidamente importantes, mas não integram a lista de prioridades do governo atual.

4.2.2.7 Elementos da Aprendizagem

Neste estudo a aprendizagem, em termos de desenvolvimento local, pode ser traduzida como a aprendizagem que se dá de forma recíproca, entre padrões, empregados, entes públicos e entidades representativas.

As informações descritas no item 4.2.2.5 – Desenvolvimento Educacional justificam, em parte, a despreocupação de grande parte dos entrevistados com a aprendizagem recíproca, visto que agem de forma quase negligente em relação ao processo de formação dos trabalhadores.

De outro lado, grande parte dos representantes do poder público afirmam que há carências de todo tipo, como pouca oferta de cursos, falta de professores, baixa qualidade do ensino, evasão escolar, farta oferta de atividades que não requerem qualificação, o que é o caso do narcotráfico, presente de forma maciça no município de Itaguaí, inclusive no entorno das escolas públicas, o que seria uma problemática antiga e de escala crescente.

Além de tudo, não é possível haver aprendizagem sem que haja participação e é justamente essa falta de participação, de cooperação e de atitude, que emperram o processo de desenvolvimento local.

4.2.2.8 A Sustentabilidade Ambiental

O tema da sustentabilidade apresenta-se como de indiscutível importância, e é compreendido, para efeitos deste trabalho, como a capacidade de usufruir o que se tem sem comprometer as gerações futuras, promovendo o melhor tanto para as pessoas como para o ambiente.

A questão ambiental foi abordada de forma recorrente nas entrevistas, tamanho o impacto dos acontecimentos associados a esta esfera no município ao longo dos tempos. Percebe-se que o problema não está restrito aos novos investimentos que o município vem recebendo. Certamente, pelo vulto das obras, o impacto mais recente tem se mostrado assustador. No entanto, diversas outras questões têm demonstrado total falta de interesse tanto dos entes públicos quanto dos privados na gestão sustentável.

Segundo os entrevistados, o fechamento do lixão de Gramacho e o novo Centro de Tratamento criado na região fronteira de Itaguaí com o município de Seropédica impactam diretamente dezenas de famílias que ali já estavam instaladas. Segundo o Subsecretário de Meio Ambiente, há residências no bairro do Chaperó a menos de 50 metros do Centro de Tratamento de Resíduos. O ônus fica com Itaguaí e a arrecadação de impostos com Seropédica, município vizinho.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, a dragagem do canal de acesso ao porto de Itaguaí tem resultado no assoreamento dos manguezais da região, de forma rápida e indiscriminada.

Outros novos investimentos foram mencionados com frequência, como a construção do arco metropolitano e o porto Sudeste. Ambos teriam destruído grande parte da flora e da fauna características da região, além de quase encerrar a atividade de pesca artesanal.

Mais pontual nas suas críticas, o presidente da Federação regional das Associações de Moradores, ao ser questionado quanto aos problemas ambientais do município, expôs o seguinte pensamento:

“[...] Vamos começar pelo arcoanel metroviário. Isso é uma discrepância. Aonde está o INEA, aonde está o IBAMA, aonde está a Prefeitura de Itaguaí que não vê isso? Tiraram árvore centenária. Em 20 anos vai nascer árvore? Não vai. Danificaram tudo. Eles poderiam ter feito como fizeram a Linha Vermelha, por cima, sem danificar o meio ambiente. Caminhão pipa toda hora. Reclamação de água, o pessoal não tem mais água na torneira, mas o caminhão pipa está jogando água na rua pra não fazer poeira. É impressionante. Mas isso é o meio ambiente, só o meio ambiente. Essas firmas estão danificando o meio ambiente, manguezais, tudo aterrado”.

A esse respeito, o Subsecretário de Meio Ambiente externa uma reflexão:

“[...] E às vezes são investimentos que a gente fica pensando: será que vai ser uma boa para o município? Em termos de futuro, como vai ficar o meio ambiente, como vai ficar a nossa baía. Pescadores que eu acredito que já estão até em rota de extinção, porque existem áreas de exclusão, no caso do canal que vai ser ampliado agora, um canal que vai somar 150 metros, o total seria de 300 metros. Então tudo isso somado, a gente espera que num futuro não muito longe, a profissão de pescador aqui nessa área vai ser extinta, pela área de fundeio, ela vai ter também uma área de exclusão”.

Muito importante a manifestação do representante da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM, quando informa que a implantação do Porto Sudeste destruiu 10 hectares de manguezais e 20 de mata atlântica. Segundo ele, a mata atlântica foi replantada junto ao rio Guandu, porém, a área de manguezal a MMX pode replantar até mesmo em outro estado. “[...] Então uma coisa que você tira de dentro da baía teria que replantar, criar uma área de reserva para aquilo não ser mexido”.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico assim manifestou o seu entendimento sobre o trinômio desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade:

“[...] Eu acho que o progresso sempre vai causar danos ambientais. É praticamente impossível você progredir sem causar danos ao meio ambiente. O ponto é mensurar, avaliar, medir e decidir. O prejuízo ambiental que eu terei vale a pena, é interessante para o município ter essa perda, e em contrapartida ganhar algo de bom? Porque o cara pode degradar uma área e recuperar outra. É uma contrapartida”.

Em outras entrevistas, com presidentes de associações de moradores de locais naturalmente favorecidos por quedas d’água e cachoeiras de pequeno porte, e que atualmente sofrem com a falta de água encanada, foi possível identificar a existência de denúncias sobre desvios do curso da água para o abastecimento das obras federais de acesso ao porto, oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal.

Ao consultar os entrevistados sobre a concessão das Licenças Ambientais, fomos informados de que, no caso dos grandes empreendimentos, são concedidas diretamente pelo INEA ou pelo IBAMA, sem interferência da prefeitura municipal de Itaguaí, a quem coube apenas conceder o alvará de funcionamento.

Com o fechamento do Lixão de Gramacho mencionado nos parágrafos anteriores e a instalação de um novo Centro de Tratamento de Resíduos na região, cabe o registro da fala do Subsecretário de Meio Ambiente a respeito: “[...] A nossa secretaria fez uma incursão há aproximadamente 90 dias atrás e detectamos lá inclusive caminhões transportando lixo hospitalar, oriundo do Hospital Estadual, o Albert Schweitzer”. Após coletar as amostras desses resíduos e de dirigirem-se à empresa responsável, nada aconteceu, uma vez que houve posterior entendimento decretado por instância superior de que se tratava “apenas” de material não contaminante, luvas etc.

Segundo o Subsecretário, a região está relegada a 2º plano, sendo que as lideranças políticas estaduais e federais somente aparecem no local em épocas de eleição. Para ele, essa perspectiva de crescimento da região resultou num grande aumento populacional, resultando em invasão de terrenos e favelização de bairros, trazendo transtornos para a cidade.

No momento em que o assunto sustentabilidade ambiental permeia quase todos os discursos oficiais, o presidente da Associação de Moradores do bairro Somel, relatou uma situação de grande importância e impacto e de total invisibilidade diante do poder público:

“ [...] Eu tenho uma área grande que está sendo invadida por pessoas de fora, essa área é de manguezal, de pesca, e está sendo invadida. Foi um a área desapropriada pelas docas, que não está nem aí para o que está acontecendo pra dentro do bairro, está virando uma favela. E que nem o secretário de meio ambiente, nem docas, ninguém fala nada. Até a hora que o negócio ficar pior. Não tem tratamento de esgoto, não tem tratamento de saneamento, não tem nada disso”.

Abordamos os entrevistados localizados no entorno do porto sobre o passivo ambiental da falida INGÁ Mercantil e os problemas do porto Sudeste. A esse respeito, o Subsecretário de Meio Ambiente manifestou-se da seguinte maneira, demonstrando ao mesmo tempo certo desconhecimento técnico a respeito do tratamento dos resíduos da INGÁ, visto que a previsão técnica para o fim do tratamento é de 20 anos, e uma coerente preocupação com o Porto Sudeste:

“[...] A área da Ingá foi adquirida pela Usiminas e lá eles fizeram um trabalho de envelopamento, com todo o cuidado desse material contaminado, e depois foi tratada a água daquele lago, ela foi toda reciclada, toda tratada, enfim. Eu acho que a Ingá hoje está numa situação que se for monitorada ela não vai trazer problemas”.

Já em relação aos impactos do Porto Sudeste:

“[...] Nós estamos muito preocupados não só com a questão do crime ambiental praticado, mas também tem a questão que nós estamos observando e vamos cobrar a questão da esteira, que vai levar o minério até o navio. Nós estamos preocupados porque nós não temos conhecimento ainda com relação ao envelopamento, porque se essa esteira não for envelopada, nós temos aqui ciclos de vento, principalmente do Sudeste, que é muito intenso durante um

período do ano. E com isso ali no entorno vai ser muito prejudicado com relação à poeira, à poeira desse minério.

Quando questionado sobre a maneira com que busca a sustentabilidade ambiental na sua atividade, o representante de uma das maiores empresas nacionais também instalada no entorno do porto de Itaguaí, respondeu com um discurso institucional, politicamente correto, de que a sustentabilidade ambiental é um dos pilares do negócio da empresa, encerrando a resposta, não possibilitando entrar em detalhes sobre a questão prática e operacional de como atua localmente nesse sentido. A preocupação quanto ao impacto da atividade das empresas do entorno do porto ficou evidente nas palavras do Subsecretário de Meio Ambiente de Itaguaí, quando informou que tem havido vistorias frequentes no local em virtude dos resíduos do minério transportado pelas esteiras, o que pode causar transtornos ao meio ambiente e problemas de saúde à população. Caso bastante específico que, ao ser questionado, o representante da empresa deixou subentendido que o problema existe e alegou que “[...] estão buscando uma alternativa que minimize o problema”.

Ao fazermos a mesma pergunta, ou seja, sobre como busca a sustentabilidade ambiental nas suas atividades, ao representante da empresa naval de grande porte, manifestou-se dizendo que não tem condições de opinar sobre o assunto. Se o entrevistado é o engenheiro responsável por grande parte da construção de submarinos para a Marinha do Brasil, ou ele desconhece o processo de fabricação e seus impactos, o que é pouco provável, ou evitou entrar em detalhes que pudessem gerar maiores questionamentos. Num contraponto ao discurso, o mesmo entrevistado definiu desenvolvimento da seguinte maneira: “[...] é a gente gerar riquezas de forma permanente e sustentável”. Sustentável? Difícil compreender se ele afirmou não ter condições de opinar sobre este assunto.

4.2.2.9 O Empreendedorismo

Visto como o processo de criar algo diferente e com valor, mencionado nas entrevistas como um ponto de grande importância para o Desenvolvimento Local, o empreendedorismo no município de Itaguaí não é uma característica comum, fácil de se localizar.

No entanto, pelas respostas obtidas nas entrevistas, tomamos conhecimento de que o SEBRAE tem se esforçado bastante no sentido de fazer valer a sua missão, de acordo com a fala do Vice-Prefeito: “[...] O SEBRAE existe em Itaguaí e eles merecem todo o mérito, porque conseguem realizar cursos de capacitação, de qualificação, e outros, mas sem uma ajuda direta da Prefeitura”.

Na opinião do proprietário da Marceluís Car, pequeno empresário já instalado no município há alguns anos, a situação vem piorando muito e acredita que somente a prefeitura municipal poderia reverter essa situação, o que descreveu da seguinte forma: “[...] Itaguaí sofreu um desenvolvimento muito grande no período em que eu abri a empresa, em 2006. Após a última gestão no município, Itaguaí vem num enfraquecimento, e com isso a cidade perdeu muito. Nós estamos vivendo um momento em que nada funciona no município. Meu negócio piorou muito com o passar dos anos”.

Por outro lado, no segmento de materiais de construção e de acabamento, o Gerente da Juliano telhas acredita no potencial do mercado local, tanto é que abriu recentemente uma filial da sua loja, na zona central da cidade. Ao ser questionado se a instalação de grandes empresas no entorno do porto de Itaguaí impactam de forma positiva o seu negócio, ficou bastante claro que o seu contentamento enquanto empresário vem da especulação imobiliária de terceiros e dos investimentos temporários, como construção de alojamentos, galpões etc: “[...] A pessoa que trabalha... vou fazer casa para alugar, vou fazer dormitórios. Então de uma forma indireta, faz aquecer o ramo. Porque o cara faz pousada, dormitório, construção pra viver daquilo, pra vender, pra alugar. Então indiretamente acaba aquecendo a parte de imóvel, não diretamente”.

Vale registrar, também, que o perfil local dos negócios é basicamente representado por comércio e serviços, tendo a prefeitura como a maior empregadora da cidade. Grandes redes como Lojas Americanas, McDonalds, Cacau Show e Drogarias Pacheco têm se instalado em Itaguaí com forte potencial de concorrência, tornando o pequeno mercado local menos competitivo, gerando alguns empregos de menor qualificação e exportando a renda gerada para os municípios das matrizes dos respectivos grupos empresariais ou franqueadores.

Ao ser perguntado sobre a atuação do poder público em relação ao incentivo ao empreendedorismo localizado, o Secretário de Desenvolvimento Econômico informou:

“[...] Eu estou te apresentando aqui um projeto, isso aqui é a sala do empreendedor, ou seja, é um incentivo ao empreendedorismo. Aqui o empreendedor vai ter um tratamento diferenciado e preferencial. E essa sala aqui é da Prefeitura Municipal de Itaguaí”. “[...] É, o projeto é da Prefeitura, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então já existe um trabalho em andamento fomentando o empreendedorismo”.

Por outro lado, o Vice-Prefeito, questionado a respeito da Sala do Empreendedor, manifestou-se da seguinte forma: “[...] Tenho a consciência sim porque o Secretário vem falando comigo há algum tempo. Mas já tem um ano que ele vem falando comigo e nada aconteceu ainda”.

Por outro lado, um exemplo bastante positivo de empreendedorismo vem novamente da Ilha da Madeira, uma das áreas mais prejudicadas pelos efeitos do crescimento em Itaguaí. Com a dificuldade na manutenção da atividade pesqueira artesanal, por conta dos novos empreendimentos e crimes ambientais que assolam a região, a atividade turística surge como uma alternativa espontânea, gerada pela necessidade de sobrevivência da comunidade local. Importante observar que não há qualquer tipo de incentivo do poder público para a mudança de atividade ou realocação desses profissionais em outro tipo de atividade.

As palavras do vice-presidente da APLIM – Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira ilustram o trabalho que vem sendo feito, assim como as perspectivas de um novo negócio:

“[...] Hoje nós ainda temos turismo graças a nossa própria iniciativa. Esse verão eu acredito que o verão todo, só passeio às ilhas, acho que mais de 20 a 30 mil pessoas visitaram. A cada ano aumenta a quantidade de embarcações fazendo esse tipo de turismo”.

Observamos que são poucos os casos de empreendedorismo, com ações bem localizadas, muito embora ainda seja consenso que o mercado é promissor.

4.2.2.10 A Origem do Desenvolvimento

Esta categoria parte do princípio de que é fundamental observar se o processo de desenvolvimento do município teve origem local (endogenia) ou se decorre de iniciativas e interesses externos independentes do município (exogenia).

Mencionado diversas vezes o despreparo do chefe do executivo, que está em seu primeiro mandato, como sendo incapaz de manter sob seu controle a política de desenvolvimento do município, o que parece não lhe permitir atrair investimentos, negociar incentivos e contrapartidas de interesse coletivo.

No mercado local, o segmento industrial de grande porte é atraído pela excelente localização geográfica do município, pelo arco metropolitano, que interligará o COMPERJ ao porto de Itaguaí, a proximidade com a capital do estado, com a rodovia Presidente Dutra e com os projetos de expansão do porto.

É unânime o entendimento dos entrevistados de que a atratividade se dá de fora para dentro, caracterizando a exogenia do desenvolvimento, principalmente por falta de envolvimento e/ou ação do poder público municipal, entendimento este que foi ratificado pelo Vice-Prefeito, que: “[...] os maiores investimentos que aconteceram na região fazem parte de um programa federal de investimentos”.

Esse entendimento é ratificado pelo Subsecretário de Meio Ambiente, que diz:

“[...] Nós não temos uma diretriz com relação a pra onde a cidade vai crescer, qual o bairro que vai ser industrial, qual o bairro que vai receber a indústria X ou Y. Quer dizer, a gente fica à mercê dos empresários. Então, óbvio, eles visualizam isso, a questão econômica, mas sem observar o município. É por isso que quando eu falo, município de dentro, município de fora. O município de dentro hoje sofre todas essas mazelas do município de fora. Porém, não faz parte desse bolo”.

4.3 Análise dos Dados

Nesta seção, será apresentada a análise dos resultados, à luz da revisão da literatura constante do capítulo 2 deste estudo e, a partir das informações obtidas nas entrevistas, através da pesquisa de campo.

Da análise do conteúdo das entrevistas realizadas, foi possível verificar uma quase unanimidade de opiniões a respeito do rápido crescimento do município. As

críticas, de uma maneira geral, foram uma constante. Com exceção de um dos integrantes do poder executivo entrevistados, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, todos os demais atores questionam de alguma forma a maneira desordenada e desorientada do crescimento que aí se apresenta.

Em diversos aspectos, as opiniões se complementam e, em algumas outras vezes, se contradizem dentro de uma mesma categoria, o que nos chama atenção.

Foi possível perceber, também, um alto nível de desinformação por parte dos entrevistados. No entanto, vale salientar que alguns atores concentram uma grande capacidade crítica e de atuação política no sentido de dar voz aos anseios da comunidade, buscando a vitória do pensamento múltiplo sobre o pensamento único.

Da mesma forma, chama-nos atenção a excelente compreensão dos entrevistados acerca dos problemas e das perspectivas para Itaguaí, porém, com uma dificuldade expressiva em opinar isoladamente sobre os temas “desenvolvimento” e “crescimento”.

Contextualizando geograficamente o município, a área hoje ocupada é dotada de serra e mar, muito próxima à capital do estado e de fácil acesso por vias expressas. Junte-se a isto a perspectiva de um porto atuante, o que desperta naturalmente o interesse de investidores diversos.

Verificamos na opinião dos entrevistados que a realidade de Itaguaí contraria a visão ideal de Muls (2008), visto que no caso em estudo o local não se opõe ao global e muito menos redireciona suas leis funcionais no sentido da autorregulação e do crescimento autônomo. Pelo contrário, os resultados das entrevistas apontam no sentido de que o local se submete aos interesses econômicos globais, o que foi percebido nas palavras do Subsecretário de Meio Ambiente, apresentadas no item 4.2.2 acima, retratando um quadro de desigualdade social e de governança ineficiente.

Na linha do que pensa Boisier (1996) em relação aos cenários interdependentes que compõem o desenvolvimento numa visão contemporânea; o contextual, o estratégico e o político, é possível afirmar que foram de fácil percepção na pesquisa de campo, entretanto, de maneira totalmente independente um do outro. Pareceu-nos que cada um dos cenários descritos por Boisier, trazidos para o caso específico de Itaguaí, é defendido por um determinado tipo de interesse ou ator. Não há relação clara entre o que pensa o poder público federal e o municipal, entre os processos políticos diversos e as estratégias do município e as dos empresários/investidores. Os resultados das entrevistas acenaram para uma realidade de fraca governança, onde o crescimento está voltado apenas para a competição e não para a cooperação.

Enquanto centenas de milhões de reais vêm sendo investidos em Itaguaí, o entendimento dos entrevistados a respeito da desorientação, da ausência de governança é o mesmo, conforme descrito pelo Diretor da ACI-API no item 4.2.2.

Um outro ponto cuja abordagem pelos entrevistados foi recorrente ainda em relação à governança, trata da segurança pública. Quando os investimentos no município são públicos, estaduais ou federais, o silêncio do governo municipal prevalece, intencionalmente ou não, proporcionando certa confusão conveniente aos eleitores e à comunidade em geral. Quando o assunto é segurança pública o que, de maneira geral, apresenta um quadro crítico, o discurso apresentado pelos entrevistados, inclusive pelos representantes da prefeitura, foca a responsabilidade do estado, propiciando o entendimento de que o município não é responsável pela situação. O fato é que é comum o entendimento de que, em casos extremos, como o de Itaguaí, deveria prevalecer o pensamento múltiplo, unindo-se o esforço municipal, estadual e federal, como descrito no item 4.2.2.3, originado pelas falas do Vice-Prefeito e do Subsecretário de Meio Ambiente.

Kliksberg (1998), mencionava que o preâmbulo da Constituição da UNESCO -- um documento produzido muitas décadas atrás --, já alertava, com razoável antecedência, para o fato de que o crescimento econômico é indispensável, mas não suficiente; que o desenvolvimento político é indispensável, mas tampouco suficiente, e que a solidariedade moral e intelectual da humanidade é o fundamento insubstituível para a paz e a segurança coletivas.

Nessa mesma linha, enquanto o Secretário de Desenvolvimento Econômico assevera que muito vem sendo feito pela prefeitura no sentido de melhorar as condições de vida da comunidade local, os demais entrevistados compartilham do pensamento de que há quase tudo a melhorar, com considerações pontuais aos interesses únicos sobre os interesses múltiplos, como na fala da Gerente da Itálínea, empresa de pequeno porte já estabelecida na cidade, transcrita no item 4.2.2 da Apresentação dos Dados.

Partindo do princípio de que movimento assinérgico não é desenvolvimento (Franco, 2002) e que crescimento sem valores compatíveis de capital social e de capital humano é crescimento-sem-desenvolvimento, buscamos observar o nível de equidade social nas entrevistas realizadas.

Na opinião do presidente da Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí, curiosamente, a falta de vagas de emprego para moradores de Itaguaí não se restringe ao problema da baixa qualificação da mão de obra local, como externado pelos demais entrevistados, uma vez que o problema atinge, também, os trabalhadores de funções de menos complexidade, como o relato a seguir:

“[...] Porque, digamos, 40 peões que vem de fora. Quando acabar a obra, eu sou do departamento pessoal. O amigo ali é o empregado, eu chego pra ele com um cheque de 5 mil e dou a ele. Aí ele vai dizer: mas fulano, eu tenho direito a 10 mil. Aí eu vou dizer pra ele o seguinte: você tem que conversar com o coordenador. Você não vai achar o coordenador na obra. Mas quando você virar as costas, eu vou pegar o telefone e vou falar com o segurança lá do alojamento. Fulano de tal não pode mais entrar hoje, porque a partir de hoje ele não é mais empregado, ele só tem direito de pegar as roupas dele e ir embora. O peão vai lá no alojamento pegar as roupas dele. Esse cara recebendo os 5 mil, ele vai para rodoviária e vai embora para sua cidade. Já o povo de Itaguaí, se acontecer isso, vai receber e vai meter na justiça. E isso eles não querem. Qualquer firma aqui dentro, porque o status deles está bonito. Se você tiver um empecilho trabalhista, você não entra numa licitação. Agora mesmo eu estive falando com o Joel que é da saúde sanitária do trabalhador. Trabalhador dentro da CSN não tem banheiro, não tem vestiário”.

E assim é dado ao depoimento o sentido de uma denúncia, visto que a prática exposta no parágrafo anterior não é aceitável de forma alguma e fere tanto os direitos do trabalhador quanto os direitos humanos como um todo.

Outra denúncia diz respeito aos condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida, que o presidente da Federação regional das Associações de Moradores de Itaguaí chamou de Meu sonho, Meu pesadelo, explicando o porquê da seguinte forma:

“[...] Eu tenho laudo de defesa civil municipal, laudo de defesa civil estadual. As casas todas mal construídas, parte elétrica, hidráulica. Você vai na bica tem 10 emendas pra chegar até a bica. Não tem alicerce. Outro crime, a casa não é laje, é tijolo de parede com argamassa. Caixa d'água, 500 litros escorado com madeira. E, no nosso município, ninguém faz nada, nossos governantes e nossa Câmara de Vereadores, também tinham que atuar nisso”.

Vale lembrar que, nas palavras do vice-prefeito, as atividades do Secretário de Planejamento do município restringem-se hoje a acompanhar o Programa Minha Casa, Minha Vida. Cabe aqui o registro de que o governo em exercício é fruto de uma coligação, no mínimo, inusitada entre o PSDB e o PT, partido interessado no sucesso do Programa.

O representante da Ilha da Madeira entrevistado foi enfático ao declarar que o projeto de construção de um cais para os pescadores, oferecido pela Marinha do Brasil e pela empresa Odebrecht, foi indeferido pelo prefeito da época, porque “[...] o dinheiro não passava na mão dele”, do que depreende-se que a corrupção é um dos fatores inibidores do pleno desenvolvimento da região.

Em relação ao Índice Social utilizado nessa pesquisa, com exceção do Vice-Prefeito, que disse já haver estudado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M, em momentos passados e alegou que a metodologia é prejudicada pela atribuição de média simples, no momento de estabelecer um ranking de municípios, todos os demais entrevistados sequer sabiam do que se trata o IDH-M..

No entanto, nas palavras do engenheiro responsável pela construção dos cascos dos submarinos para a Marinha do Brasil, a ICN, a realidade relatada pelos colaboradores que residem em Itaguaí não é condizente com um IDH-M de 0,716, que é alto.

Quanto ao processo de qualificação, que integra o IDH-M no quesito Educação, observamos que algumas alternativas vêm sendo pensadas e outras negociadas como a possível instalação de uma instituição de ensino superior e, ainda, outras alternativas negligenciadas, gerando informações interessantes da parte dos entrevistados, as quais em sua maioria conflitam com a opinião do Secretário de Desenvolvimento Econômico, o que descrevemos nas falas incluídas no item 4.2.2.5 acima.

Já a respeito das grandes empresas que estão em Itaguaí, o presidente da Federação Regional das Associações de Moradores, não poupa comentários (vide item 4.2.2.5), especificamente em relação aos critérios de seleção definidos pelas grandes empresas do entorno do porto às poucas escolhinhas de fábrica que existem.

Exemplos positivos também surgiram e não poderiam deixar de ser relatados. Um bairro bastante prejudicado nesse processo de crescimento de Itaguaí é o da Ilha da Madeira, uma região basicamente sustentada pela pesca artesanal e pela agricultura familiar, cujos novos investimentos no porto Sudeste e Estaleiro e Base Naval da

Marinha do Brasil ceifaram em torno de 60% da área total. Na região, funciona a APLIM – Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira. Com tantas dificuldades geradas a partir do processo de crescimento e conforme relato constante do item 4.2.2.5 desta pesquisa, a própria associação vem buscando alternativas no sentido de qualificar seus moradores em novas atividades e, dessa forma, dinamizar o mercado com novas propostas.

Outro aspecto de grande importância na identificação do modelo de desenvolvimento que existe em Itaguaí é o nível de desenvolvimento educacional.

De maneira geral, nas entrevistas, percebemos que as reclamações se iniciam a respeito da formação educacional de base, em que a alfabetização nas escolas públicas se dá com anos de atraso, passando pela falta de alternativas de capacitação técnica aos jovens estudantes, chegando a inexistência de oferta de cursos de nível superior. Nesses aspectos, as opiniões foram todas coincidentes, com exceção do Secretário de Desenvolvimento Econômico que, apesar de não discordar da ineficiência do poder público nesse quesito, atribui a responsabilidade à má gestão do prefeito anterior.

Na falta de oferta de um ensino superior à população de Itaguaí, a prefeitura municipal disponibiliza 5 ônibus que transportam estudantes diariamente para os bairros de Campo Grande e Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Enquanto o Secretário de Desenvolvimento Econômico informa que falta apenas uma autorização do MEC para o funcionamento da nova Universidade da Costa Verde, o Vice-Prefeito, informa que já recebeu representantes das Universidades Estácio de Sá, Cândido Mendes e Machado de Assis e que, após encaminhá-las para o gabinete do prefeito, não conseguiram chegar a um “acordo” que satisfizesse as partes.

Outro ponto divergente é em relação à oferta de treinamento. O Secretário de Desenvolvimento Econômico informou, de maneira contrária a todos os demais entrevistados, que há farta oferta de cursos de qualificação em Itaguaí, conforme mencionado no item 4.2.2.5 da Apresentação dos Dados. Ao serem perguntados, todos os demais entrevistados alegaram desconhecer as informações do Secretário.

Enquanto politicamente os acordos não se realizam, outro exemplo positivo vem novamente da Ilha da Madeira, onde a APLIM está organizando um curso supletivo para conceder nível médio aos moradores que pretendem fazer o curso de Marinheiro

Auxiliar, para trabalhar em balsas e pequenas embarcações, sem qualquer intervenção do poder público nesse sentido.

No caminho do desenvolvimento a cooperação e a participação têm papel fundamental.

No desenvolvimento local orientado para a cooperação, são priorizadas a inclusão social e a melhoria das condições de vida, que não rejeitam a ideia de desenvolvimento econômico, mas impõem-lhe limites ao privilegiar a escala local, a ação social, o aproveitamento de técnicas e recursos disponíveis no entorno, o incentivo a formas de produção não capitalistas.

Mas este não nos parece ser o caminho definido até então em Itaguaí, tomando por base as informações coletadas na pesquisa de campo.

Na opinião de Zapata et al (2001), o aspecto político visa impulsionar, por meio de maior representação dos cidadãos nos segmentos sociais, a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, propiciando um ambiente inovador de cidadania e favorável às transformações da economia local.

Contrariando o entendimento de Grzeszczeszyn e Machado (2008), em relação à configuração do desenvolvimento local, não pudemos identificar qualquer tipo de protagonismo da sociedade local nas entrevistas realizadas.

No entanto, o trabalho do SEBRAE enquanto agente formador e de cooperação foi algumas vezes elogiado, apesar de poucos entrevistados afirmarem que fazem uso das suas instalações, treinamentos, consultorias etc, conforme relatos constantes do item 4.2.2.6.

Em relação à cooperação e participação, pudemos perceber que as entidades representativas dos moradores são marginalizadas pelo poder público e ainda não têm força suficiente para geração do capital social necessário ao desenvolvimento local.

O empreendedorismo é talvez uma das categorias mais importantes para o estabelecimento do desenvolvimento local, revelando controvérsias dentro do mesmo ambiente, no caso, a prefeitura municipal. Tomando como referência as falas do item 4.2.2.9, enquanto o Secretário de Desenvolvimento Econômico argumentou que há uma excelente relação da prefeitura com o CDL, SEBRAE, FIRJAN, SESC e SENAC,

inclusive apresentando um projeto chamado de Sala do Empreendedor, o Vice-Prefeito argumentou que a relação com essas entidades não reflete de forma alguma para a comunidade e que o projeto da Sala do Empreendedor não sai do papel há muito tempo.

Nas palavras de Batista et al (2013), à medida que os empreendedores locais almejam crescimento e consolidação de seus negócios na região, esta prosperidade potencializa a expansão do mercado na perspectiva de um empreendedorismo endógeno.

Entretanto, na pesquisa de campo, foi possível identificar a chegada de um grande número de estabelecimentos comerciais em Itaguaí originados de grandes grupos empresariais, o que demonstra o interesse comercial nesse novo mercado, mas que de certa forma, tem seus recursos financeiros direcionados para a sede dos grupos, quase todos de fora do município.

Categoria de extrema relevância, a sustentabilidade ambiental apareceu nas entrevistas como uma das questões mais preocupantes. A um custo absolutamente alto, os investimentos vêm sendo feitos no município como se tivessem sido encomendados e, por este motivo, a qualquer preço. Muitos integram o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Por este motivo, acredita-se que não há dificuldades na obtenção de licenças ambientais no curso das obras.

Da mesma forma, diz o discurso governamental que é indispensável reconhecer os conflitos de interesse e de responsabilidade pelos custos ambientais e sociais decorrentes do crescimento, construindo pactos que apontem novos caminhos ou minimizem os prejuízos do atual padrão de produção.

De acordo com esse mesmo ponto de vista, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, entende que é impossível ter progresso sem causar danos ao ambiente, porém, há que se ter algum tipo de contrapartida. No entanto, pelos resultados das entrevistas, se há algum tipo de contrapartida, esta não vem sendo percebida e, muito menos, usufruída pela população local.

Um exemplo claro disso está nas palavras do Subsecretário de Meio Ambiente, ao comentar sobre os impactos da instalação de um dos novos Centros de Tratamento de Resíduos – CTR do Rio de Janeiro, em terras pertencentes ao município de Itaguaí.

Segundo Nobre (2002), daí a necessidade de compreensão do desenvolvimento como uma institucionalização da problemática ambiental no âmbito global em termos políticos, onde o crescimento deve acontecer dentro de condições ecológicas e economicamente sustentáveis.

Contaminação da baía de Sepetiba pela CSN, assoreamento do canal em virtude da dragagem do porto, extinção dos manguezais e de mata atlântica, desvio de curso d'água, eliminação indiscriminada de diversas espécies animais, dentre outras tantas informações, surgiram como resultado das entrevistas realizadas.

Por fim, os dados coletados e analisados dão conta de que os entrevistados concordam de forma uníssona com o fato de que o ciclo de investimentos que atinge Itaguaí independe de ações dos atores locais.

5. CONCLUSÕES

Muito embora em nosso estudo não tenhamos como finalidade captar exclusivamente a opinião do empresariado local, a exemplo do que foi feito por Muls (2004), em sua tese de doutorado na UFRJ, é importante registrar que o sentimento dos empresários no município é bastante dividido entre, de um lado, a esperança de que a expansão dos negócios provocada pelo desenvolvimento do Porto de Itaguaí venha gerar ganhos comerciais e econômicos às suas empresas e, de outro, a desilusão e a constatação, mesmo prematura, de que o Porto de Itaguaí “nada tem a ver com as nossas empresas ou com a economia de Itaguaí”.

O problema é que, em alguns casos, a percepção que os sujeitos constroem de seus espaços é carregada de significados negativos, atribuídos historicamente a eles. No caso de Itaguaí, município objeto deste estudo, percebemos que o descrédito e o desânimo fazem parte do discurso da população há muito tempo, como pode ser conferido na tese de doutorado de Muls (2004) e referendado por esta pesquisa de campo.

No caso de Itaguaí, ainda não é possível observar de que maneira a mobilização dos atores locais terá condições de reverter o processo de crescimento tal como ele vem acontecendo. De qualquer forma, é possível afirmar que esta reversão, além da capacidade de internalizar o que há de positivo nesse processo, depende urgentemente da reformulação do Plano Diretor existente, o que deverá ser feito de maneira integrada entre os entes públicos e as lideranças comunitárias.

O desenvolvimento endógeno não foi uma característica percebida, sendo falhos os aspectos de cooperação e participação, governança, equidade social, desenvolvimento educacional, pensamento múltiplo e empreendedorismo, como indutores do desenvolvimento local, características estas analisadas neste trabalho, através das entrevistas do estudo de caso.

No nosso entendimento, o desenvolvimento local é algo que se constrói e se configura pela presença conjunta das dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política num mesmo espaço territorial.

Pela ineficiente governança, aqui entendida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração de diferentes recursos de um determinado local visando o desenvolvimento, em que foi possível perceber a existência de uma certa blindagem

política ao redor dos poderes formalmente constituídos, há pouco espaço para o surgimento e fortalecimento do capital social. As forças que surgem não nos parecem suficientes para endogeneizar os efeitos positivos do crescimento do entorno da área portuária de Itaguaí.

Considerados os modelos de desenvolvimento apresentados neste estudo, seria apropriado afirmar que, por ora, não visualizamos características determinantes da existência de Desenvolvimento Local.

Esta conclusão se pauta em diversas observações que abaixo estão retratadas.

Em resposta ao problema de pesquisa, este estudo possibilitou reconhecer a existência de um significativo crescimento econômico no município, ainda que desregrado e desorientado.

Foi possível identificar, também, que não há cooperação e solidariedade, tendo sido facilmente percebidas evidências de competição.

Quanto à origem desse crescimento, não há dúvidas de que é exógeno, visto que decorre de investimentos vindos de fora da região, a partir de interesses também externos e independentemente de qualquer esforço feito pelos atores locais, muito provavelmente pela atratividade da região em relação a questões logísticas ou por qualquer outro motivo que seja de interesse externo ao local.

Percebe-se que a atividade política na região é desprestigiada, rotulada e atua como inibidora da ação social. Por esta falta de abertura e de conseqüente oportunidade de envolvimento nos assuntos de caráter municipal, não há comprometimento do empresariado e da comunidade com a atuação do poder público. O centro de decisões é bem definido, constituído em torno do executivo municipal que, inclusive, aparenta se utilizar de artifícios para alcançar com certa facilidade outras esferas de poder, tanto horizontalmente, como a câmara de vereadores e as varas judiciais locais, quanto verticalmente, chegando aos tribunais superiores, congresso nacional, governo do estado etc, o que se comprova pelos alvarás e licenças recebidas nos mais variados processos administrativos e judiciais.

O potencial do território não é explorado na forma de redes ou de arranjos produtivos, assunto este que tem sido objeto de estudo permanente de professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A interiorização do crescimento que se observa em Itaguaí é fruto, em sua grande maioria, de obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal ou de investimentos privados, atentos que estão à localização

privilegiada do porto de Itaguaí e sua importância estratégica, e quase nada por atividades empreendedoras ou por iniciativa do poder público local.

A não participação da sociedade na condução do ensino público e o direcionamento egoísta dado pelas empresas privadas ao ensino técnico existente no município denotam, também, uma terra de muitos donos, que conduzem os negócios de acordo com seus próprios interesses, mais uma vez, relegando o interesse múltiplo em favor de interesses únicos.

Quer-nos parecer que o escritor Machado de Assis, na obra de ficção “O Alienista”, cujo cenário é a cidade de Itaguaí, de certa forma antecipou-se aos acontecimentos e, sem perceber, de forma visionária, descreveu naquela época uma situação que é percebida em pleno século 21. Resta refletir e identificar quais as peças do jogo de hoje se alinham com o comportamento do alienista e dos demais personagens da época.

Outra questão que fica no ar é que a famosa Revolta dos Canjicas não resolveu definitivamente os problemas da ficção, mas deu início à sucessivas mudanças no cenário local, incentivando as lideranças locais a ocuparem o seu espaço de direito na defesa dos interesses múltiplos sobre os individuais, categoria fundamental para o processo de desenvolvimento. No início deste estudo tínhamos uma inquietação que foi exposta no capítulo da introdução e tratava do distanciamento entre as questões centrais do crescimento e do desenvolvimento na região. Agora, ao final, surge uma inquietação complementar, que é o fato de que o espírito crítico do “barbeiro” Canjica e de outras lideranças da obra de Machado de Assis parece não ter se perpetuado na região na vida real.

O distanciamento entre o PIB e o IDH-M de Itaguaí demonstrado na pesquisa bibliográfica apareceu claramente, também, nas respostas dos entrevistados e na observação direta não-participante, sinalizando as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. O município de Itaguaí apenas cresce mas não se desenvolve. Consideradas as principais características do modelo de desenvolvimento no qual este estudo se amparou (categorias de análise), é apropriado afirmar que, através da metodologia utilizada, não identificamos sinais determinantes da existência de Desenvolvimento Local.

Em complemento, merece crítica o resultado da pesquisa do IDH-M realizada pela ONU/PNUD, por representar um índice de composição bastante restrita e até simplória, do ponto de vista da significância do desenvolvimento humano. Atribuir a

Itaguaí um índice considerado de “alto” desenvolvimento humano diante de toda a problemática apresentada neste estudo confere, no mínimo, uma absoluta fragilidade metodológica do indicador.

Portanto, considerados também os estudos já feitos na região, que tiveram como ponto de partida objetivos distintos mas que apresentaram evidente alinhamento nas conclusões sugere-se, daqui pra frente, que projetos aplicáveis aos problemas de Itaguaí sejam desenvolvidos em paralelo aos estudos teóricos, com a participação da comunidade e que possam contribuir efetivamente, conduzindo a população local a dias melhores, através de novas oportunidades e da redescoberta das suas vocações.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. “Pesquisa em Ciências Sociais”. In: HIRANO, S. (org.) “**Pesquisa Social: Projeto e Planejamento**”. São Paulo, T.A. Queiroz, pp. 28-44, 1979.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 14, Brasília: IPEA, 1996.

ÁVILA, V. F. de. **Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BATISTA, M. et al. **Empreendedorismo regional: Um olhar sobre a identidade cultural em narrativas locais**. Revista de Negócios_ISSN 1980.4431_vol. 18, n.2, p.3_26, 2013_Doi:10.7867/1980-431.2013v18n2p3_26.

BIELSCHOWSKY, R. CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Vol. KI, Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decênio 1998-2008**. 1ª. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Visão do Desenvolvimento 2007**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social & PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local**. Disponível em <http://www.projetoendespnud.org.br>, . Acesso em julho/2013.

BOISIER, S. **El desarrollo en su lugar**. Serie GEOLIBROS, Instituto de Geografía. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2003.

_____. **El desarrollo en su lugar**. In: **Dicionário Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Planejamento e políticas públicas. Brasília, nº 13, jun. 1996.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007.

BRANDÃO, C. A. **Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 7., 2002, Curitiba: 2002 (mimeo).

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BUENO, J. C. C. Estudos e Pesquisas nr. 180. **Pólos de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos. XIX Fórum Nacional “Chegou a vez do Brasil? Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o País crescer (PAC e “Projeto)””. 14 a 17 de maio de 2007. Disponível em [file:///C:/Users/Paulo/Downloads/EP0180%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Paulo/Downloads/EP0180%20(1).pdf). Acesso em setembro/2013.

BUGS, J. C. **Abordagem estratégica dos processos de desenvolvimento socioeconômico regional: O caso do COREDE VRP**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 139 f., 2011.

CADERNOS IPPUR/UFRJ v. 22, n. 2, ago./dez. 2008, disponível em http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/caderno_2008_2.pdf. Acesso em 10.02.2014.

CARDOSO, R. **Comunidade Solidária**. In: **Políticas sociais, 1995**. Disponível em <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/csolid/apresent/index.htm>. Acesso em setembro/2013.

CARVALHAL, M. D. **O emprego em Mal. Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital**. Revista Pegada, Vol. 8, n. 1, Presidente Prudente: UNIOESTE, 2008.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégia para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CEPAL/PNUMA – **Globalização e Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones>, 2001. Acesso em maio/2013.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. **Sobre a tropicalização do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano**. In: **Desenvolvimento Local – Dinâmicas e Estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

COELHO, F. D. **Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí**. IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 - 5 Nov. 2004. Disponível em http://www.gp.usp.br/files/desen_ambiencia.pdf. Acesso em Novembro/2013.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DOWBOR, L. **Em busca de alternativas – Desenvolvimento Local**. Le Monde diplomatique Brasil, 2008. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br>. Acesso em abril/2013.

ESCOBAR, A. **Latin America at a crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development**. *Cultural studies*, 24: 1, 1-65, 2010. Disponível em <http://www.unc.edu/~aescobar/text/eng/escobar.2010.CulturalStudies.24-1.pdf>. Acesso em março/2013.

FARIA, V. O Desafio Social. In: Políticas sociais, 2004. Disponível em <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/desafio/apresent/index.htm>. Acesso em setembro/2013.

FAURÉ, Y; HASENCLEVER, L. **O desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro – Estudos avançados nas realidades municipais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

FERNARDES, F.; ROLLI, C. **Brasil “joga fora” R\$ 150 bilhões por ano**. Folha on line, São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u31706.shtml>. Acesso em: maio/2014.

FIRJAN – **Caderno Decisão Rio 2012-2014 – Investimentos**. Disponível em http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf. Acesso em julho/2013.

_____. **Visões de Futuro – Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro – Região Baixada Fluminense – Área I, 2012**. Disponível em <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Visoes%20de%20Futuro%20Potencialidades%20e%20Desafios%20para%20o%20Estado%20Regiao%20Baixada%20I.pdf>. Acesso em julho/2013.

FISCHER, T. **Poderes locais, desenvolvimento e gestão**. ABDL – Associação Brasileira para o desenvolvimento de lideranças, 2004. Disponível em <http://www.abdl.org.br>. Acesso em junho/2013.

_____. **Poderes locais, desenvolvimento e gestão. Introdução a uma agenda**. In: **Gestão de desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONTES, A. M. M. **A singularidade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa: 2003.

FRANCO, A.de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: Arca Sociedade do Conhecimento, 2002.

FRANÇA, C. L. de et al. **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo, Instituto Pólis, Fundação Friedrich Ebert (ILDES) e Fundação Ford, 2002. 184p. (Publicações Pólis, 40)

FREY, K. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local.** Revista Ambiente e Sociedade, ano IV, n. 9, 2001.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development.** Cambridge, Massachusetts: Blackwell Pub, 1992.

FUNDAÇÃO CEPERJ – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Público do Rio de Janeiro. **Anuário Estatístico 2010.** Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br>. Acesso em julho/2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI - **IMF Country Report No. 13/312**

Brazil Staff Report for the 2013 Article IV Consultation, 2013. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13312.pdf>. Acesso em setembro/2013.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capitalismo global.** 4ª. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

GALLICCHIO, E. **La experiencia del Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH) em la construcción de alianzas para el desarrollo local. Analisis de três experiências.** Conferencia em asamblea general de Alop. Antigua Guatemala, Guatemala: 2002.

GANZERT, C. C. **Desenvolvimento sistêmico, equidade e interdependência: a busca por um modelo conceitual de gestão do equilíbrio das relações entre agentes econômicos regionais.** Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2012.

GEHLEN, I. **Território, Cidadania, Identidades e Desenvolvimento Local e Sustentável.** In: Riella, Alberto (org.) *Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos.* Montevidéo: Universidad de La República, 2006. P265 – 283. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/650.pdf>. Acesso em dez/2012.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2001.

GRZESZCZESZYN, G.; MACHADO, H. V. **Empresas Familiares do Setor Moveleiro e Desenvolvimento Local em Guarapuava – PR.** XXXII Encontro da ANPAD, EnANPAD 2008, Rio de Janeiro-RJ, 6 a 10 de setembro de 2008. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2008/ESO/2008_ESO_C1550.pdf. Acesso em setembro/2013.

GUIMARÃES, A. L. S. e LIMA, J. C. C. O. **Desenvolvimento com redução da desigualdade regional: uma abordagem geométrica.** Revista do BNDES, v. 16, n. 31, p. 113-138, Rio de Janeiro: 2009.

HALIMI, S. **Consenso de Pequim**. Le Monde diplomatique Portugal, 2010. Disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article683>. Acesso em Abril/2013.

HOLANDA, N. **Planejamento e Projetos: Uma introdução às técnicas de planejamento e elaboração de projetos**. 12. ed., Fortaleza: Edições – Universidade Federal do Ceará, 1983.

IANNI, O. **Metáforas da globalização**. In: **Teorias da globalização**. 10 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - **IBAM**. Disponível em <http://www.ibam.org.br>. Acesso em Setembro/2013.

INSTITUTO PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Políticas territoriais e desenvolvimento econômico local**. São Paulo: 2004. Disponível em <http://www.polis.org.br>. Acesso em maio/2013.

JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

KEIL, R. **The environmental problematic in world cities**. In: KNOX, P. L. & TAYLOR, P. (org.) **World cities in a world-system**. Cambridge (USA): Cambridge University Press, p. 280-297, 1995.

KLIKSBERG, B. **Repensando El estado para El desarrollo social: Mas Allá de dogmas y convencionalismos**. Coleção Questões da nossa época, Vol. 64, São Paulo: Cortez editora, 1998. Traduzido por Joaquim Ozório Pires da Silva.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Pesquisa. In: **Técnica de pesquisa**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996. cap. 1, p. 15-36.

_____. Pesquisa Bibliográfica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987. cap. 2, p. 44-79.

_____. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Técnicas de pesquisa**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996. cap. 3, p. 57-123.

LA ROVERE, R. L. **Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno**. Projeto FAPERJ no E-26/110.644/2007. Disponível em <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acesso em 06.12.2013.

LASTRES, H. M. M. e CASSIOLATO, J. E. **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LASTRES, H. M. M. et al. **Globalização e Inovação localizada**. In: **Globalização e Inovação localizada: Experiências de Sistemas Locais no MERCOSUL**. Disponível em http://www.sinal.redesist.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?projeto=Lv21&cod=4. Acesso em agosto/2013.

LAXE, C. C. e ANDRADE, V. C. G. (Org.). **Guia para elaborar e estruturar trabalhos monográficos de conclusão de curso**. 2ª. ed. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2007.

LAYRARGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Revista Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México/Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEVY, D. **Political Contestation in global production networks**. Academy of Management, Special issue 33, 2008.

LOPES, J. M. F. **A (re)invenção do local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER**. Coimbra: Editora FEUC, 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/21380>. Acesso em maio/2013.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **O Alienista**. São Paulo: FTD, 1994. Edição Escolar. Livro do Professor. Introdução de Aguinaldo José Gonçalves.

MADDISON, A. **The world economy. A millennial perspective**. Paris: OECD, 2001.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores, livro 1, tomo 2).

MAZZALI, L. e SOUZA, M. C. de A. **As Pequenas empresas e o dinamismo da economia local – O caso de Campo Limpo Paulista em São Paulo, Brasil**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.7, n.2, p.3-17, 2013 (Mai/Ago).

McCHESNEY, R. W. **Digital Disconnect, how capitalism is turning the internet against democracy**. New York: The New Press, 2013.

McCRACKEN, G. **The Long Interview. Qualitative Research Methods**, vol. 13. Newbury Park: SAGE Publications, Inc, 1988.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Texto lido na Conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em <http://www.meszaros.comoj.com/?q=category/5/94>. Acesso em julho 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)/Procuradoria Regional da República da 2ª. Região. Disponível em <http://www.prr2.mpf.mp.br/noticias/sanguessuga-mpf-denuncia-quadrilha-com-prefeito-de-itaquai-rj>. Acesso em fevereiro/2014.

MOTA, A. E.; SILVA, M. das G. e. **A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, p. 37-50, 2009.

MULS, L. M. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais.** Revista Economia, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr 2008

_____ **O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas.** Tese de doutorado – UFRJ/Instituto de Economia. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em http://teses.ufrj.br/ie_d/LeonardoMarcoMuls.pdf. Acesso em 30.11.2013.

NATAL, J. A. **O Estado do Rio de Janeiro pós 95.** Rio de Janeiro: FAPERJ/Pubblicati, 2005, 284 p.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito.** 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. 368 p.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Investimentos públicos e desenvolvimento local: sentidos estratégicos dos recentes projetos e políticas públicas no Rio de Janeiro.** Diez años de cambios em el Mundo, em La Geografia y em lãs Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas Del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/141.htm>. Acesso em 04.12.2013.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/agosto 2002.

O'ROURKE, K. H. e DAVIS, J. G. W. **Globalization and history, the evolution of a nineteenth-century Atlantic economy.** Cambridge-Massachusetts: The MIT Press, 1999.

PACHECO, S. M. M. e MACHADO, M. S. **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.** Rio de Janeiro: 2012, 7 letras.

PARENTE, S.; ZAPATA, T. **Os novos paradigmas, a responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento local.** Instituto Lina Galvani, Desenvolvimento Comunitário, São Paulo: 2009. Disponível em <http://www.linagalvani.org.br>. Acesso em julho/2013.

PECCIOLI FILHO, N. H. **Análise do processo de atuação do SEBRAE-SP, no desenvolvimento do turismo na área de proteção ambiental Capivari-Monos a partir da teoria dos sítios.** Dissertação de Mestrado – Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, SP: 2008. Disponível em <http://periodicos.anhembi.br/arquivos/trabalhos/356466.pdf>. Acesso em novembro/2013.

PERICO, R. E. **Identidades e Territórios no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PIMENTEL, T. D. e PIMENTEL, M. P. C. **Governança territorial como estratégia social do desenvolvimento**. Vitória: EnAPG/ANPAD, 2010.

Plano Brasil de Todos, Participação e Inclusão Orientação Estratégica de Governo: **Crescimento Sustentável, Emprego e Inclusão Social**. Brasil, Governo Federal: 2003. Disponível em <http://sigplan.gov.br>. Acesso em julho/2013.

Plano Plurianual – PPA 2013. Brasil, Governo Federal: 2013. Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br>. Acesso em setembro/2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado**. New York: PNUD, 2013.

RADOMSKY, G. F. W. **Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 26 nr. 75, fevereiro/2011, p. 149-193.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atlas, 1993.

RAMOS, M. H. R. **Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica**. 2010. Disponível em http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=68:dese. Acesso em julho 2013.

Relatório BRUNDTLAND – **Relatório mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento – Nosso futuro comum**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Revista de Economia Fluminense – **Estratégias para o desenvolvimento** – ano V – nº 8 – fevereiro de 2011. Publicação CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://www.youblisher.com/p/142544-Revista-de-Economia-Fluminense-no-8/>. Acesso em novembro/2012.

Revista Internacional de Desenvolvimento Local. – Interações, v. 14, n. Especial, 2013. Campo Grande: UCDB. Disponível em <http://site.ucdb.br/public/downloads/12667-interacoes-v14-especial-1.pdf>. Acesso em julho/2013.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. 3 ed., Londres: Zed books, 2008.

RISTOFF, T. **As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil**. XIII Encontro de História Anpuh Rio, 2008. Disponível em http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212966616_ARQUIVO_AN_PUH-textoparapublicacao.pdf. Acesso em julho 2013.

RUDIO, V. F. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SACHS, I. **Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente: do aproveitamento racional da natureza para a boa sociedade**. In: **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, cap.22, p. 47-64, Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANCHÉZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SANTANA, W. G. P. **Desenvolvimento, gestão e cooperação internacional: um estudo do projeto de desenvolvimento comunitário da bacia do Rio Gavião no sudoeste da Bahia**. Cad. EBAPE.BR, v. 11, nº 2, artigo 1, Rio de Janeiro, Jun. 2013

SANTOS, A. M. S. P. **Desenvolvimento local e autonomia financeira dos municípios**. Revista de Economia Mackenzie, v. 7, nr. 2, p. 112-137, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**, 4. Ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, p. 15-20, 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHLINDLER, P. S.; COOPER, D. R. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SCHMITT, C. P. **Desenvolvimento Regional Endógeno X Desenvolvimento Regional Exógeno – Estudo de caso em Candelária – RS**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul: 2010. Disponível em <http://btd.unisc.br/Dissertacoes/CintiaPorto.pdf>. Acesso em 14.02.2014.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SILVA, G. A. B. **Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas no município de Araxá-MG**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto: 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-03052010-134451>. Acesso em junho/2013.

SILVA, R. R. **O sistema de inovação do Estado do Rio de Janeiro: impactos da indústria petrolífera**. Tese de Doutorado. Niterói, RJ: 2008. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense.

SOBRAL, B. L. B. **Ciclo de investimentos e o papel das estratégias de grandes agentes econômicos: o caso da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995/2010**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 2010. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000853955&fd=y>. Acesso em outubro/2013.

SOUZA ALVES, J. C. **Dos Barões ao Extermínio – Uma história da violência na Baixada Fluminense**. Ed. Sepe-APPH-Clio, 2013.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed., São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SUAREZ, A. R. **El Desarrollo Regional**. Santafé de Bogotá, Colômbia: Esap, 1993.

SUNKEL, O. **O Subdesenvolvimento Latino-Americano e a Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum Editora Ltda, 1979.

TEIXEIRA, A. F. **A geração de energia elétrica em um modelo de desenvolvimento endógeno para as comunidades isoladas do interior do estado do Amazonas**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. **Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação**. Revista de Administração Pública, v. 31, nr. 4, p-101-125, Rio de Janeiro: 1997.

TRENTIN, F.; NASCIMENTO, L. L. do. **Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural na Praça XV de Novembro – Rio de Janeiro, RJ**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local – INTERAÇÕES. Editorial - v. 12 n. 2 p. 127-296 jul./dez. 2011. Campo Grande: Editora UCDB, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/inter/v12n2/a00.pdf>.

TREVIZAN, S.D.P (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ihéus: Editus, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Estudos Socioeconômicos dos municípios do Rio de Janeiro 1997-2000 e 2010-2011** – Secretaria-Geral de Planejamento. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em junho de 2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL do Rio de Janeiro - Acórdão nr. 2 56.105. Ação de Investigação Judicial Eleitoral nr. 9 18-04.2011.6.19.0000, de 18.07.2011. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/decisao-tre-rj-cassou-deputada-andreia.pdf>. Acesso em março/2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9ª. ed.. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Marcelo M. F. et al. **Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento**. Cadernos EBAPE, v. 8, nr. 3, artigo 1, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, Marcelo M. F. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 13-28, 2006.

VILLELA, L. E. et al. Crescimento econômico versus gestão social e desenvolvimento territorial sustentável. Análise dos impactos de megaempreendimentos nos municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ. Revista Desenvolvimento em Questão. Edit. UNIJUÍ, ano 10 n 21 set/dez 2012, p. 119-145. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8962/>. Acesso em 04.12.2013.

WALLERSTEIN, I. **Globalization or the age of transition?** International Sociology, v. 15, n. 2, p. 251-267, New York: SAGE, 2000.

WORLD HAPPINESS REPORT 2013 – **United Nations Sustainable Development Solutions Network**, 2013. Disponível em <http://unsdsn.org>. Acesso em agosto/2013.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento Local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Rede DLIS: 2001.

7. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MODELO 1 – Roteiro de entrevista semiestruturada – Representante(s) do Poder Executivo municipal.

APÊNDICE 2 – MODELO 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada – Empresários de pequeno porte já estabelecidos no município.

APÊNDICE 3 – MODELO 3 – Roteiro de entrevista semiestruturada – Empresários de pequeno porte – novos empreendedores e representante(s) das empresas de grande porte localizadas no entorno do Porto de Itaguaí.

APÊNDICE 4 – MODELO 4 – Roteiro de entrevista semiestruturada – Lideranças comunitárias, representante da Associação dos Pescadores da Ilha da Madeira e da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Itaguaí.

APÊNDICE 1

MODELO 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Representantes do Poder Executivo do município

Esta é uma pesquisa acadêmica e tem por finalidade coletar dados referentes ao município de Itaguaí-RJ, e a possibilidade de gerar desenvolvimento local. Sua realização está ligada ao desenvolvimento da Dissertação do Mestrando Paulo Fernando G. Cavallari, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista:

Início da entrevista:h.....min Término da entrevista:h.....min. Sexo do entrevistado: _____

Idade do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Função exercida na Prefeitura Municipal: _____

1. Há quanto tempo você faz parte do poder executivo de Itaguaí?
2. Você reside em Itaguaí? Se positivo, há quanto tempo?
3. Desenvolvimento pra você, é...
4. Dessa forma, qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do município?
5. Na sua opinião, há investimento do município nas iniciativas locais que privilegiem a cultura da região, a identidade local ou os empreendimentos locais? De que forma ocorre este investimento? Você poderia mencionar alguns exemplos?
6. Na sua opinião, as decisões de investimentos de grande vulto realizadas no município surgem dos interesses da região ou dos interesses e iniciativas dos governos estadual e federal? Poderia comentar seu ponto de vista?
7. Como atua o poder executivo no sentido de estimular o empreendedorismo no município? A PMI busca a co-participação de outros atores especializados no assunto, como o SEBRAE, por exemplo? De que forma?
8. Há um Plano Diretor de Desenvolvimento divulgado pela PMI. Como você descreveria a atuação do poder público em relação ao desenvolvimento local?

9. Quem são e como agem os atores locais no sentido de orientar e coordenar o processo de desenvolvimento?
10. Você, como integrante do poder executivo, entende que há clareza de objetivos para a população quanto à busca pelo desenvolvimento ideal do município?
11. Você acha que a população é chamada a cooperar com o poder público? Há algum Conselho Comunitário de desenvolvimento no município? Como ele funciona?
12. Você acredita que o modelo de desenvolvimento de Itaguaí propicia a aprendizagem dos atores envolvidos? A sociedade local está desenvolvendo formas de sobrevivência a partir das experiências econômicas do município? De que forma isso ocorre?
13. Há muito tempo Itaguaí convive com questões ambientais bastante polêmicas, como os Areais, a fábrica da Cia Mercantil e Industrial INGÁ, o Porto Sudeste, dentre outros. Como a prefeitura tem gerenciado estas questões ambientais?
14. Na sua opinião, qual o impacto dessas questões ambientais no desenvolvimento da região? Como se dá a atuação do município no sentido de proporcionar a sustentabilidade ambiental da região?
15. O município tem autonomia fiscal ou depende de repasses da União? De que maneira são investidos os royalties do petróleo? A arrecadação retorna à comunidade na forma de investimentos?
16. O ano de 2013 foi o primeiro ano do atual governo. Quais perspectivas você vislumbra para os cidadãos de Itaguaí diante de uma arrecadação municipal crescente?
17. Apesar da instalação de novas e grandes empresas na região, a prefeitura municipal ainda é o maior empregador da cidade, se considerados colaboradores residentes no município. Observando a quantidade de ônibus fretados pelas empresas do entorno do porto (VALE, CSN, TECON, NUCLEP, UFEM, ICN) para o transporte diário dos seus funcionários, há preocupação do poder executivo em relação a este movimento pendular de trabalhadores que não vivem/consomem em Itaguaí e em relação às pessoas que residem no município e não tem espaço nesse mercado de trabalho especializado?
18. Diante de tantos investimentos públicos (federais e estaduais) e privados no município, como se dá a participação da prefeitura nesse processo de investimento? Existe espaço para negociações que beneficiem a população local

- com geração de emprego e renda, qualificação da mão de obra, investimentos em infraestrutura básica, por exemplo? Quais?
19. Há investimentos no município em formação/qualificação de mão de obra, creches, cursos técnicos, centros culturais, cursos universitários? Poderia especificar estas ações?
20. Embora a segurança pública seja uma prerrogativa do Estado, de que forma a prefeitura apoia/complementa as ações em favor do cidadão local, especificamente em relação ao tráfico de drogas, a cooptação de menores de idade por este mesmo tráfico, o alto índice de mortalidade por armas de fogo, a violência contra a mulher e a prostituição infantil?
21. Você conhece o IDH-M? Sabe do que se trata e qual o índice atribuído a Itaguaí na última edição do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil? Você acha que esta classificação reflete a realidade do município (alto IDH-M)? Por que?

APÊNDICE 2

MODELO 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Empresários de pequeno porte já estabelecidos no município

Esta é uma pesquisa acadêmica e tem por finalidade coletar dados referentes ao município de Itaguaí-RJ, e a possibilidade de gerar desenvolvimento local. Sua realização está ligada ao desenvolvimento da Dissertação do Mestrando Paulo Fernando G. Cavallari, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista:

Início da entrevista:h.....min Término da entrevista:h.....min. Sexo do entrevistado: _____

Idade do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Função exercida na empresa: _____

1. Há quanto tempo você tem negócios em Itaguaí?
2. Qual o seu ramo de atividade?
3. Quantos empregos você gera atualmente? Este número tem se mantido estável nos últimos anos?
4. Seus funcionários residem em Itaguaí?
5. Você reside em Itaguaí? Se positivo, há quanto tempo?
6. Você participa de alguma entidade de classe ou associação? Se positivo, qual?
7. Desenvolvimento pra você, é...
8. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do município?
9. Você diria que seu negócio melhorou significativamente com o passar dos anos, piorou ou se manteve estável? Na sua opinião, de que forma os recentes investimentos em Itaguaí impactaram seu negócio?
10. Você já procurou ou foi procurado por alguma entidade de apoio (SEBRAE, CDL, ACIAPI) para aperfeiçoar a sua atividade?
11. Você conhece o Plano Diretor de Desenvolvimento do município, divulgado pela PMI?

12. Você acha que a população, inclusive o empresariado, é chamado a cooperar com o poder público? Com o plano diretor? De que forma?
13. De que forma o poder público poderia melhorar a operação do seu negócio?
14. Você acredita que o modelo de desenvolvimento de Itaguaí propicia a aprendizagem dos atores envolvidos? A sociedade local está desenvolvendo formas de sobrevivência a partir das experiências econômicas do município? De que forma isso ocorre?
15. Na sua opinião, questões políticas influenciam o desenvolvimento social, ambiental e cultural da cidade de Itaguaí? Por que? De que forma?
16. Você visualiza o que já foi feito ou o que vem sendo feito pelo município no sentido de qualificar a população local? Quais ações você observa, por parte do município, no sentido de qualificar a população local?
17. Você sabe o que é o IDH-M? Sabe qual o índice atribuído a Itaguaí na última edição do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil? Você acha que esta classificação reflete a realidade do município (alto IDH-M)? Por que?
18. Você ainda acredita no desenvolvimento do município de Itaguaí?

APÊNDICE 3

MODELO 3 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – empresários de pequeno porte novos empreendedores e representantes de empresas de grande porte do entorno do Porto de Itaguaí

Esta é uma pesquisa acadêmica e tem por finalidade coletar dados referentes ao município de Itaguaí-RJ, e a possibilidade de gerar desenvolvimento local. Sua realização está ligada ao desenvolvimento da Dissertação do Mestrando Paulo Fernando G. Cavallari, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista:

Início da entrevista:h.....min

Término da entrevista:h.....min.

Sexo do entrevistado: _____

Idade do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Empresa: _____

Função exercida na empresa: _____

1. Qual o seu ramo de atividade?
2. Há quanto tempo sua empresa está estabelecida em Itaguaí?
3. Quantos empregos você gera atualmente? Este número tem se mantido estável nos últimos anos?
4. Seus funcionários residem em Itaguaí?
5. Há dificuldade em encontrar mão de obra qualificada na região?
6. Sua empresa busca, de alguma forma, contribuir para que se obtenha ou se amplie essa qualificação da mão de obra local?
7. Sua empresa participa de alguma entidade representativa local?
8. Se positivo, qual? Qual a contribuição efetiva dessa participação para a operacionalização ou crescimento do seu negócio?
9. Sua empresa persegue a sustentabilidade ambiental nas atividades que desempenha na região de Itaguaí? De que forma?
10. O município oferece algum tipo de parceria neste sentido? Como?

11. Desenvolvimento pra você, é...
12. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do município?
13. Qual o fator de decisão para que sua empresa decidisse investir seus recursos no município de Itaguaí?
14. Houve alguma ação proativa do poder público local em relação à instalação da sua empresa no município? De alguma forma, você foi procurado pelo poder público no sentido de discutir a qualificação da mão de obra local, uma contrapartida em investimentos de infraestrutura etc?
15. Você diria que seu negócio em Itaguaí melhorou significativamente com o passar dos anos, piorou ou se manteve estável? Na sua opinião, o que a levou a este patamar?
16. Você conhece o Plano Diretor de Desenvolvimento do município, estabelecido pela prefeitura local?
17. Em algum momento você (empresa) foi chamado a cooperar com o poder público local?
18. De que forma o poder público municipal poderia melhorar a operação do seu negócio?
19. Você acredita que o crescimento econômico verificado hoje em Itaguaí propicia a aprendizagem dos atores envolvidos (população residente, população itinerante, organizações em geral) e seu consequente desenvolvimento?
20. Na sua opinião, questões políticas influenciam o desenvolvimento social, ambiental e cultural da cidade de Itaguaí? Por que? De que forma?
21. O ano de 2013 foi o primeiro ano do atual governo do município. Você tem expectativas de melhoria diante de uma arrecadação municipal crescente?
22. Você sabe o que é o IDH-M? Sabe qual o índice atribuído a Itaguaí na última edição do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil? 0,716 – Alto Índice de Desenvolvimento Humano - Você acha que esta classificação reflete a realidade do município? Por que?
23. Você acredita no **desenvolvimento** do município de Itaguaí? Por que?
24. O que sua empresa tem feito nesse sentido?

APÊNDICE 4

MODELO 4 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Lideranças comunitárias, representante da Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira e da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril

Esta é uma pesquisa acadêmica e tem por finalidade coletar dados referentes ao município de Itaguaí-RJ, e a possibilidade de gerar desenvolvimento local. Sua realização está ligada ao Programa de Mestrado da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, por meio do pesquisador Mestrando Paulo Fernando G. Cavallari.

Nome do entrevistado: _____

Data da entrevista:

Início da entrevista:h.....min

Término da entrevista:h.....min.

Sexo do entrevistado: _____

Idade do entrevistado: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Há quanto tempo você atua como líder comunitário/representante da Associação?
2. Você reside em Itaguaí? Se positivo, há quanto tempo?
3. Desenvolvimento pra você, é...
4. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do município?
5. Itaguaí vem sendo mencionada como uma cidade de excelentes perspectivas industriais há muito tempo. Num mercado que era basicamente estruturado em comércio e serviços, como você enxerga a situação das pessoas que empreenderam de alguma forma no município naquela época? Os negócios sobreviveram, cresceram? No caso da Associação de Pescadores, como se deu este ciclo?
6. Na sua opinião, o município tem culturas locais que devem ser observadas e incentivadas, no sentido de buscar um desenvolvimento que parta das

- características da própria região ou é totalmente dependente de iniciativas e investimentos de fora?
7. Há um Plano Diretor de Desenvolvimento divulgado pela PMI. Como você descreveria a atuação do poder público em relação ao desenvolvimento local?
 8. Você, como líder de determinado grupo, entende que há clareza de objetivos para a população quanto à busca pelo desenvolvimento ideal do município?
 9. Você acha que a população é chamada a cooperar com o poder público? Há algum Conselho Comunitário de desenvolvimento no município ou a participação é voluntária?
 10. Você vem desempenhando algum trabalho no sentido de buscar a qualificação da população local? Quais?
 11. Você acredita que o modelo de desenvolvimento de Itaguaí propicia a aprendizagem dos atores envolvidos? A sociedade local está desenvolvendo formas de sobrevivência a partir das experiências econômicas do município? De que forma isso ocorre?
 12. Há muito tempo Itaguaí convive com questões ambientais bastante polêmicas, como os Areais, a fábrica da Cia Mercantil e Industrial INGÁ, o Porto Sudeste, dentre outros. Como se dá a atuação do município no sentido de proporcionar a sustentabilidade ambiental da região? Os moradores da Ilha da Madeira que tanto sofreram com o caso da INGÁ, o que tem a dizer sobre a construção do porto Sudeste? Como é a sua atuação nesse sentido?
 13. Na sua opinião, questões políticas influenciam o desenvolvimento social, ambiental e cultural da cidade de Itaguaí? Por que? De que forma?
 14. O ano de 2013 foi o primeiro ano do atual governo. Quais perspectivas você vislumbra para os cidadãos de Itaguaí diante de uma arrecadação municipal crescente?
 15. Você conhece o IDH-M? Sabe do que se trata e qual o índice atribuído a Itaguaí na última edição do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil? Você acha que esta classificação reflete a realidade do município (alto IDH-M)? Por que?
 16. Você recebe algum tipo de apoio do governo municipal? De que forma?